

Conferência Procedimental – REN

Ata

**Proposta de delimitação da REN da Covilhã
elaborada em simultâneo com a Revisão do PDM**

– Ata da Conferência Procedimental –

Reunião realizada por meios telemáticos

Data: 04 de novembro de 2025, 10h30m-12h30m, continuação no dia 11 de novembro, 14h-17h

Presenças no dia 04-11-2025:

- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P./ Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste – APA/ARH do Tejo e Oeste:
 - Mariana Pedras, Ana Cabrita, Cláudio Rodrigues
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. – CCDR Centro:
 - Ana Carreiró, Zulmira Duarte
- Câmara Municipal da Covilhã – CM:
 - Hélio Fazendeiro (Presidente), Isabel Matias, Maximino Bidarra, Rui Ferrão, Cassandra Mota, Mariana Lino, Mafalda Teixeira
 - Equipa Técnica *Território XXI*

Presenças no dia 11-11-2025:

- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P./ Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste – APA/ARH do Tejo e Oeste:
 - Teresa Álvares, Mariana Pedras, Ana Cabrita, Cláudio Rodrigues, Dina Santos
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. – CCDR Centro:
 - Ana Carreiró
- Câmara Municipal da Covilhã – CM:
 - Luís Marques (Vereador), Isabel Matias, Maximino Bidarra, Rui Ferrão, Cassandra Mota, Mariana Lino, Mafalda Teixeira
 - Equipa Técnica *Território XXI*

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte cinco, pelas 10 horas e 30 minutos, realizou-se **o primeiro momento da Conferência Procedimental** (CP), nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), por remissão do n.º 3 do artigo 15.º do mesmo diploma, tendo por objetivo a emissão de parecer sobre a proposta de delimitação da REN, elaborada em simultâneo com a revisão do PDM, com base nas Orientações Estratégicas de âmbito

Nacional e Regional (OENR), aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 03/10, com a revisão legislativa operada pela Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro.

Para o efeito, a Câmara Municipal da Covilhã(CM) disponibilizou memória descritiva e justificativa dos trabalhos desenvolvidos, informação vetorial da proposta de delimitação da REN, dos resultados intermédios e da cartografia de base, referente à versão cinco (v5) da proposta de delimitação da REN e à versão dois (v2) da proposta de exclusão de áreas de REN, que decorrem dos pareceres da CCDR Centro e da APA/ARH do Tejo e Oeste anteriormente emitidos, tendo sido apresentados os respetivos quadros de ponderação. Do processo consta ainda a Proposta de Áreas Urbanas Consolidadas e a Proposta de acertos de áreas menores que 25m2.

Face às situações identificadas pela APA no seu parecer ref.ª S062478-202511-ARHTO.DPI e a disponibilidade desta entidade para reunir noutra data, a fim de possibilitar, por parte da CM/Equipa Técnica, a ponderação do mesmo e as eventuais correções à proposta de delimitação da REN, a reunião teve **um segundo momento no dia 11 de novembro de 2025.**

I. APRECIAÇÃO DA PROPOSTA

I.1 – APA/ARH do Tejo e Oeste

No primeiro momento da reunião, em 04-11-2025, a entidade disponibilizou o parecer com a ref.ª S062478-202511-ARHTO.DPI, de teor desfavorável – **Anexo 1** da presente ata.

A representante da entidade referiu que as principais questões elencadas no parecer se prendem com a rede hidrográfica e em especial com os CALM e as ZAC e que os ajustes a efetuar às Cabeceiras das Bacias Hidrográficas (CBH) estão dependentes da estabilização da rede hidrográfica da cartografia base.

A representante salientou, ainda, que as preocupações relativas às omissões identificadas na cartografia da rede hidrográfica foram identificadas nos diversos pareceres e partilhadas com a CM no decorrer do processo de revisão da delimitação da REN e da revisão do PDM. Foi também assinalada a importância da identificação rigorosa da rede hidrográfica nos diversos IGT's, para uma eficaz gestão do território.

Por solicitação da CM para a identificação concreta dos CALM que se encontram em falta ou incompletos, a APA referiu que o parecer da APA identifica uma ou mais situações a título de exemplo, como é habitual, cabendo às CM a verificação das situações para a totalidade do seu território, salientando que seria inviável que fosse a APA/ARHTO a efetuar esse trabalho em todos os municípios na área de jurisdição da ARHTO (cerca de 100 municípios). Cabe assim, à CM, identificar, completar e/ou corrigir os restantes CALM que se encontrem na mesma situação, tendo por base a Carta Militar, os Ortofotomapas e a verificação dos mesmos no local.

Sobre a tipologia ZAC, por solicitação da CM, a entidade apresentou as situações que carecem de clarificação e refere que as mesmas estão devidamente identificadas no parecer.

Em conclusão da posição da entidade, mantém o parecer:

- desfavorável às tipologias CALM e ZAC;

- favorável condicionado à tipologia AEIPRA/CBH;
- desfavorável à proposta de exclusão de áreas de REN uma vez que a delimitação da REN ainda não se encontra estabilizada.

No segundo momento da reunião, em 11-11-2025, face aos novos elementos referentes à delimitação das tipologias ZAC e CALM, disponibilizados pela CM/Equipa Técnica nos termos do Quadro de ponderação - **Anexo 3** da presente ata, a entidade emitiu o seguinte parecer:

- tipologia CALM – favorável condicionado, aceitando as alterações apresentadas pela CM/Equipa Técnica e identificando mais duas situações que carecem ainda de correção, informando que após esta correção considera que a tipologia está em condições de merecer parecer favorável.

Salienta-se que, com base nos exemplos apresentados, a CM procedeu à identificação de outras situações referentes aos CALM que avaliou e corrigiu em conformidade.

No entanto, a CM não procedeu a correções noutros cursos de água, pelo que a APA reforçou a necessidade de ser corrigida a cartografia de base, conforme tem sido reiterado, uma vez que no contexto da REN existem condições para a aceitação da proposta dos CALM, mas, no contexto do PDM, a rede hidrográfica de base continua sem condições de aceitação por parte da APA. Esta entidade reforçou que a omissão e outras incorreções na representação das linhas de água têm implicações graves no ordenamento e na gestão do território, também ao nível do licenciamento, em que todas as entidades presentes têm responsabilidades no âmbito das suas competências.

- tipologia CBH/AEIPRA – favorável condicionado aos ajustes necessários na sequência da alteração da delimitação da tipologia CALM, após o que a tipologia está em condições de merecer parecer favorável.

- tipologia ZAC – para a reapreciação e reavaliação do sentido do parecer (desfavorável), clarificou-se que se aguarda a revisão dos elementos da proposta contendo a apresentação de:

- ponderação e fundamentação da proposta das ZAC no que respeita à consideração ou desconsideração dos registos de cheias fornecidos pela APA, dos registos de cheias históricos, dos registos face ao trabalho de campo;
- localização geográfica das secções onde foi determinado o caudal de cheia (segundo as secções das figuras do Anexo II do EHH/secções de confluências, ...), cuja tabela de atributos contenha a identificação da respetiva linha de água, o caudal de cheia e as correspondentes velocidades e cota de cheia (para o período de retorno de 100 anos);
- integração em ZAC, das áreas ainda não delimitadas como ZAC, na confluência do rio Zêzere com a ribeira de Gaia, conforme solicitado no parecer antecedente. Reforçou-se este pedido, reiterando a fundamentação técnica existente e evidenciando um registo fotográfico relativo a ocorrência de cheia, no local, no ano de 2000, proveniente da proposta de revisão da REN de Belmonte com fonte no Arquivo municipal de Belmonte.

Quanto à proposta de exclusão de áreas de REN, a entidade mantém a posição, de teor desfavorável, uma vez que a proposta de delimitação da REN apenas poderá ficar totalmente aceite após a estabilização das ZAC, o que se espera poder acontecer em resultado da discussão técnica havida no 2º momento da reunião. Neste contexto, julga-se que estarão reunidas as condições para a apreciação da

proposta de exclusões no contexto da conferência decisória, a ser agendada após receção da proposta de delimitação da REN reformulada pela CM.

I.2 – CM da Covilhã/Equipa técnica *Território XXI*

No primeiro momento da reunião, em 04-11-2025, o Sr. Presidente da Câmara Municipal saudou e agradeceu a participação dos Técnicos, Parceiros e Entidades intervenientes na revisão do PDM e delimitação da REN, solicitando às entidades que seja encontrado o caminho de convergência para que a aprovação dos processos seja célere.

A CM/Equipa Técnica frisou a dificuldade de saber quantas e quais as linhas de água que a APA considera necessárias introduzir/corrigir na proposta de delimitação dos CALM, uma vez que apenas são dados exemplos e não são identificadas todas as situações concretas.

A CM/Equipa técnica alertou ainda para o facto das OENR explicitarem que “a definição de cursos de água constante do regime jurídico da REN determina a seleção das linhas de água identificadas na cartografia de base que possuem as características mínimas para serem integradas na REN”. A CM/Equipa técnica citou, também, o n.º 6 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto onde se refere que “os organismos e serviços públicos, bem como as entidades concessionárias de serviços públicos, só podem utilizar cartografia oficial ou, na ausência desta, cartografia homologada, desde que inscritas no Registo Nacional de Dados Geográficos” (SNIG), sendo a DGT a entidade competente para promover a constituição da Base de Dados Nacional de Cartografia.

A CM/Equipa técnica reforçou que a cartografia utilizada, foi homologada pela DGT, no âmbito da qual foi apreciada a Rede Hidrográfica, conforme consta do “Relatório de avaliação da qualidade da Cartografia Topográfica do Município da Covilhã – 2021” que integrou procedimento de Homologação. Assim, foram suscitadas dúvidas quanto à eventual posição da DGT quanto ao tipo de alterações/atualizações sugeridas.

Foi igualmente assinalado o problema das discrepâncias que decorrem das diferentes escalas de representação, nomeadamente da Carta Militar, dos Ortofotomapas e do Plano, e implicações que a representação de “novas” linhas de água que não coincidam com a realidade verificada no local, têm no exercício das competências das Câmaras Municipais e das Entidades, nomeadamente, no âmbito do Ordenamento do Território e da Gestão Urbanística.

A CM/Equipa técnica referiu também que a eventual existência de linhas de água, que não sejam CALM, e que não estejam cartografadas encontra-se expressamente salvaguardada no n.º 1 do artigo 8.º da proposta de Regulamento do Plano, com a seguinte redação:

“1 – Sempre que se verifiquem desfasamentos ou omissões entre a representação gráfica do domínio hídrico constante da Planta de Condicionantes e a realidade física do território, são aplicáveis às linhas de água identificadas no local todas as disposições legais e regulamentares relativas à servidão administrativa, devendo a área de intervenção de qualquer operação urbanística ser avaliada com base no traçado efetivamente existente”.

Ainda assim, no decorrer dos diversos pareceres emitidos pelas entidades no âmbito do processo de delimitação da REN (a decorrer em paralelo com o processo de revisão do PDM), foram sendo efetuadas, sucessivamente, diversas correções aos traçados dos CALM: ao todo, foram efetuadas 332

correções em troços de cursos de água, devidamente documentadas na Memória Descritiva da REN, em informação geográfica auxiliar e nos quadros de ponderação aos pareceres das entidades. A maioria das alterações corresponde a correções de traçado, havendo também lugar a correção/integração em CALM de troços que se encontravam omissos na cartografia de base, e outras correções na forma de representação (polígono ou linha) do curso de água.

Por fim, em face do elevado número de correções que já efetuou nos CALM, a CM/Equipa técnica apelou que a APA enviasse uma proposta de delimitação/traçado (em shapefile) das linhas de água que considera que devem ser alteradas e/ou do prolongamento de algumas CALM para montante. A CM/Equipa técnica alertou ainda que, no terreno, o traçado de alguns destes cursos de água será de difícil aferição e interpretação dúbia (nomeadamente nas zonas de apanhamento próximas das cabeceiras, onde o curso de água não tem expressão).

No segundo momento da reunião, em 11-11-2025, o Executivo da CM da Covilhã esteve representado pelo Sr. Vereador Luís Marques, que agradeceu a presença de todos e apelou a um esforço adicional para que o procedimento de revisão do PDM fosse concluído na maior brevidade, face à importância deste instrumento de planeamento.

Em momento prévio, a CM/Equipa remeteu o quadro com a ponderação de todas as situações identificadas pela APA/ARHTO no parecer de 4 de novembro – **Anexo 3** da presente ata, identificando-se os principais aspetos então analisados:

- Em relação à tipologia CALM, foram efetuadas correções/alterações à proposta, tendo sido aceites pela APA.

A APA identificou e apresentou, ainda, mais duas situações que carecem de correção, tendo sido assumido pela CM/Equipa corrigir o traçado daqueles cursos de água conforme indicado pela APA.

- A CM/Equipa esclarece que as alterações então efetuadas à tipologia CALM não implicam na proposta de delimitação das cabeceiras das bacias hidrográficas;

- No que respeita à proposta de delimitação das ZAC, foram ponderadas todas as situações identificadas pela APA/ARHTO em 04 de novembro, destacando-se as situações:

- ZAC.04: foi complementada a tabela de atributos da shapefile “XS_covilha_nov2025”;

- ZAC.05: a CM/Equipa esclareceu que não foi efetuada qualquer subtração de áreas e que as referidas “bolsas” são resultado do modelo que suportou a delimitação das ZAC, pelo que se mantém a proposta de ZAC apresentada na segunda reunião plenária;

- ZAC.06 e ZAC.08: foi fundamentado o facto de os registos de cheias terem uma localização estimada, o que compromete a fiabilidade dos dados e, em consequência, a aferição no terreno. Sem prejuízo, a CM/Equipa acrescentou fotografias e perfis de elevação que evidenciam a diferença de cotas entre a cota de cheia aferida no EHH e os arruamentos existentes.

A CM/Equipa concordou com as condições apresentadas pela APA/ARHTO no dia 11 de novembro, designadamente quanto às tipologias CALM e CBH, ficando de ponderar a ZAC.05.

Para efeitos de conferência decisória, a CM comprometeu-se a remeter a proposta de delimitação da REN reformulada e a proposta de exclusão de áreas de REN decorrente da proposta de ordenamento da Revisão do PDM, assim como os respetivos quadros de ponderação.

I.3 – CCDR Centro

No primeiro momento da reunião, em 04-11-2025, foi referido que a análise e o parecer da entidade constam do Anexo 2 da presente ata, de onde se conclui:

- Relativamente à proposta de delimitação da REN, a CCDR Centro emite parecer favorável à proposta de delimitação da tipologia AIV. Quanto às restantes tipologias, a CM deve acolher o parecer da APA, enquanto entidade que detém a respetiva tutela.
- Em relação às AUC, para cumprimento do estabelecido no n.º 6 da Secção II das OENR, face à reformulação da proposta das AUC nos termos da apreciação da CCDR Centro emitida no âmbito da 2ªCC, a CCDR Centro aceita a proposta de AUC porquanto abrange áreas que se encontram estabilizadas em termos de morfologia e de infraestruturação e também abrange áreas nos limites da delimitação das tipologias AEREHS e AEIPRA (franjas), pelo que devem as mesmas deixar de integrar a proposta de delimitação da REN por já não desempenharem as funções que lhes conferiam valor e sensibilidade ecológicos.
- Sobre a proposta de exclusão de áreas de REN e face aos elementos apresentados, deve a mesma ter em atenção a posição assumida pela CCDR Centro na Tabela 1, do Anexo 1.

Alerta-se a Câmara Municipal que nas áreas de exclusão abrangidas pela tipologia *zonas ameaçadas pelas cheias*, que por força da proposta de ordenamento sejam classificadas como zonas inundáveis em perímetro urbano, devem ser implementadas medidas que salvaguardem as funções desta tipologia de REN estabelecidas no respetivo regime jurídico, nomeadamente, prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens, garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas, regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas, estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa, manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.

Para o segundo momento da reunião, em 11-11-2025, a CM/Equipa Técnica apresentou o quadro de ponderação respeitante ao parecer da CCDR Centro – **Anexo 4** da presente ata.

Face à fundamentação apresentada, a CCDR Centro considera que todas as condições elencadas na Informação n.º UOT-DOT 1653/2025, de 30 de outubro de 2025 (Anexo 2 da presente ata), se encontram devidamente atendidas, nomeadamente

- nas exclusões da REN na área do PNSE – Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas.

Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM.

Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE.

Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.

- nas exclusões da REN em Zonas Ameaçadas pelas Cheias – Integração da respetiva área como *zonas inundáveis* da *Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos* e no Regulamento do PDM é adotado um normativo (SECÇÃO VI – RISCO DE INUNDAÇÃO / Artigo 42.º - Zonas inundáveis), a aplicar às áreas de exclusão da tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias, que por força da proposta de ordenamento são classificadas como Zonas Inundáveis, que dá resposta às preocupações elencadas.

A CCDR Centro emite, assim, parecer favorável à proposta de exclusão de áreas da REN, no âmbito da proposta de ordenamento da Revisão do PDM da Covilhã.

II. CONCLUSÃO DA CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 11.º do RJREN, o parecer emitido na conferência procedimental vincula os representantes dos serviços e entidades intervenientes na mesma, bem como os que tendo sido regularmente convocados não tenham comparecido.

Registada a posição manifestada pelas entidades, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do RJREN, face à divergência entre a posição final favorável da CCDR Centro e a posição desfavorável da APA/ARH do Tejo e Oeste relativamente à proposta de delimitação da REN Bruta e de exclusão de áreas de REN, nos termos do estabelecido no n.º 6 do artigo 11.º do RJREN, a CCDR Centro irá promover uma Conferência Decisória (CD) com a APA e a Câmara Municipal da Covilhã, para efeitos de decisão final.

A convocatória da CD será promovida pela CCDR Centro após a receção da proposta de delimitação da REN reformulada pela CM da Covilhã, nos termos da apreciação que antecede.

Nada mais havendo a acrescentar, foi dada por encerrada a reunião.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro		
	Ana Carreiró	Zulmira Duarte
Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste		
	Teresa Álvares	Mariana Pedras
	Ana Cabrita	
	Dina Santos	Cláudio Rodrigues
Câmara Municipal da Covilhã Equipa Externa		
	Hélio Fazendeiro (Presidente da CM)	Isabel Matias

Anexos:

- Anexo 1 – Parecer APA/ARHTO (ref.ª S062478-202511-ARHTO.DPI, de 04-11-2025)
- Anexo 2 – Parecer CCDR Centro (Informação N.º: UOT-DOT 1653/2025, de 30-10-2025)
- Anexo 3 – Quadro de Ponderação ao Parecer da APA/ARHTO
- Anexo 4 – Quadro de Ponderação ao Parecer da CCDR Centro



CCDR CENTRO - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 - COIMBRA

S/ referência

Data

N/ referência

Data

UOT-DOT 944/2025

S062478-202511-**ARHTO.DPI****ARHTO.DPI.00103.2022**

Assunto: Proposta de delimitação da REN do município da Covilhã, elaborada em simultâneo com a Revisão do PDM – Versão 4 | setembro 2025
Convocatória para Conferência Procedimental a 04.11.2025

Em resposta à convocatória para Conferência Procedimental, a realizar em 4-11-2025, relativa à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho da Covilhã, submetida pela Câmara Municipal via correio eletrónico, em 07-10-2025, a **APA emite o seguinte parecer** à proposta:

- **Reserva Ecológica Nacional** – Parecer **desfavorável**, conforme fundamentação e detalhe incluídos no Anexo 1, de onde se destacam as tipologias CALM e ZAC.
- **Exclusões da REN** - Parecer **desfavorável**, a proposta ainda não reúne as condições para poder ser alvo de análise quanto a esta matéria.

A proposta deve ser revista em conformidade com o exposto no anexo do presente ofício.

No envio de nova documentação, a mesma deve ser acompanhada da ponderação da globalidade dos pareceres emitidos pela APA, com a indicação clara das alterações efetuadas.

Esta entidade continua disponível para qualquer esclarecimento tido por conveniente.

Com os melhores cumprimentos,

P/A Administradora Regional da ARH Tejo e Oeste

MARIANA DE
JESUS NETO
PEDRAS

Assinado de forma
digital por MARIANA DE
JESUS NETO PEDRAS
Dados: 2025.11.04
12:03:54 Z

Teresa Álvares

(No uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 11481/2025, publicado no DR n.º 188, 2ª Série, de 30/09/2025)

Anexo 1 - Apreciação da proposta de REN

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)

Anexo 1 - Apreciação da proposta de REN

O processo de revisão do PDM inclui o processo de revisão da delimitação da REN do município de Covilhã e nesse âmbito atende ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, e das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais para a delimitação das áreas REN (OENR – Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro), na sua versão atual.

O presente parecer é emitido pela APA no âmbito do acompanhamento da proposta de revisão da delimitação da REN Bruta e respetivas exclusões, em sede de Conferência Procedimental, atento o RJREN, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto e regimes complementares, nas suas versões atuais.

1. Antecedentes

No âmbito do processo de delimitação da REN da Covilhã em curso, foram anteriormente emitidos pareceres e realizadas algumas reuniões sobre documentos apresentados pela CMC para apreciação, bem como enviada informação solicitada pelo município, considerando-se de destacar os seguintes:

- S032725-202506-ARHTO.DPI - Parecer desfavorável, conforme fundamentação e detalhe incluído no Anexo 2, de onde se destacam as tipologias CALM, AEIPRA e ZAC.
- S041256-202407-ARHTO.DPI – (sem tipologia ZAC) a proposta não se encontra em condições de ser aceite, devendo ser reformulada, relativamente às tipologias CALM, AEIPRA (Recarga de Aquíferos).
- S061266-202310-ARHTO.DPI - proposta não se encontra em condições de ser aceite, designadamente pela falta da proposta de delimitação da tipologia ZAC, bem como pelas restantes questões identificadas no presente parecer.
- S064438-201512-ARHTO.DOLMT – Análise de documentos remetidos pela CMC após a realização de uma reunião em 30-09-2015 relativos a uma primeira versão da delimitação da REN: “A proposta apresentada carece de revisão e aprofundamento não permitindo a emissão de parecer favorável, particularmente pela omissão das Zonas Adjacentes, bem como da fundamentação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias e Áreas de Estratégias de Proteção e Recarga de Aquífero e Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo, devendo ser revista tendo em conta os aspetos salientados no presente parecer”;

2. Elementos da proposta

Foram descarregados da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) os seguintes elementos:

- Memória Descritiva e Justificativa da REN (0503_MDJ REN_17092025.pdf, datada de setembro de 2025)
- Informação geográfica:
 - Proposta de delimitação das diferentes tipologias;
 - Cartografia de base

Note-se que não foi entregue nenhum exemplar da MDJ ou outros documentos com as alterações introduzidas devidamente assinaladas conforme amplamente solicitado em pronúncias anteriores destes serviços.

3. Enquadramento legal

O processo de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Covilhã deve atender ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, e das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais para delimitação das áreas REN (OENR) publicadas pela Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, nas respetivas versões atuais.

4. Apreciação técnica

4.1. Aspetos gerais

Relativamente à representação da hidrografia de base, e apesar de se verificar que foram realizadas correções/aferições, conforme indicado na MDJ e na shapefile *pnt_rev_CALM_Covilhã.shp*, estas retificações não são suficientes para assegurar uma correta representação da rede hidrográfica do concelho.

Reitera-se o entendimento anteriormente comunicado de que a proposta apresentada não assegura uma correta representação da rede hidrográfica, carecendo de revisão.

4.2. Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre

4.2.1. Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM)

No que respeita à proposta da delimitação dos CALM, reitera-se o referido nos pareceres anteriores relativamente à cartografia de base - Rede Hidrográfica, designadamente nas

consequências que advêm para a proposta de delimitação da REN. Esta questão foi, igualmente, abordada no processo de revisão do PDM.

Quanto à proposta de delimitação desta tipologia, continuam a subsistir questões que não foram acolhidas pela entidade e para as quais apresentamos o nosso entendimento:

- i. As linhas de água para montante da Albufeira da Cova do Viriato devem integrar a REN;

Neste aspeto não se concorda com a interpretação apresentada pela CMC, recordando-se que as OEREN indicam no seu ponto 2.1 – Curso de água e respetivos leitos e margens, o seguinte:

"Os cursos de água são delimitados em toda a sua extensão, ou seja, da nascente até à foz e a sua integração na REN deve ser precedida da verificação da sua evidência no terreno."

No nosso parecer com ref^a. S061266-202310-ARHTO.DPI, consta *"...Importa salientar desde já que esta tipologia não pôde ser devidamente analisada sem a cartografia vetorial da hidrografia do concelho, em falta..."*, e que portanto, seria *"...efetuada uma análise parcial e aleatória sobre a representação do traçado das linhas de água tendo em conta diversas fontes de informação cartográficas ou de imagens aéreas, com particular relevo para os ortofotomapas (DGT), no sentido de detetar situações não conformes com a realidade no terreno."*

Assim, naquele parecer emitido sobre a delimitação desta tipologia, não nos foi possível fazer uma análise detalhada à mesma, por falta de informação disponibilizada pela entidade. Nos pareceres subsequentes tem também vindo a insistir-se que *"no que respeita à cartografia de base – rede hidrográfica, tem repercussões significativas nesta tipologia"*, *"É ainda referida a representação das linhas de água da foz à nascente. Contudo, neste âmbito, existem ainda algumas situações a rever, tal como já referido."*, conforme consta no parecer com a Ref^a S041256-202407-ARHTO.DPI.

A situação apontada sobre a Albufeira da Cova do Viriato foi expressamente reiterada no parecer com a Ref^a S032725-202506-ARHTO.DPI, em 06/06/2025.

Desta forma, reafirma-se o apontado anteriormente sobre a necessidade de integrar na REN as linhas de água para montante da Albufeira da Cova do Viriato.

- ii. Linhas de água que não estão representadas até à cabeceira;

Verificou-se que do trabalho realizado no aperfeiçoamento da representação dos cursos de água CALM até à cabeceira, apenas se detetou, na totalidade do concelho, o prolongamento de três cursos de água. Subsistem, assim, muitas situações em que as incorreções se encontram por sanar. Apresenta-se, a título de exemplo, a Fig.1

representando uma dessas situações, reforçando que a verificação deverá ser assegurada pela CMC em todo o território, complementando idênticas situações, e não apenas no exemplo apontado.



Fig.1 (CALM) - Proposta atual (azul); Prolongamento até à nascente (amarelo)

- iii. Linhas de água representadas na Carta Militar, visíveis nos ortofotomapas e que não estão representadas na rede hidrográfica de base.

Como já referido, subsistem omissões na representação da rede hidrográfica, que se considera que deverão ser corrigidas. Esta representação é essencial para a correta delimitação da REN e da análise a efetuar. Identificou-se que existem, muitas omissões de linhas de água, sendo a zona de Tortosendo um exemplo claro desta questão, conforme se pode verificar na Fig. 2.

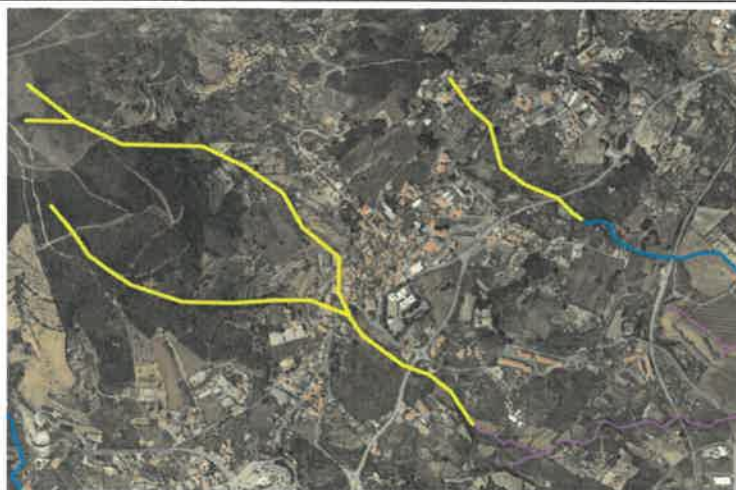


Fig.2 - Exemplo de representação da rede hidrográfica em falta (Tortosendo): Rede hidrográfica apresentada (roxo); CALM (azul); Linhas de água, visíveis no ortofotomapa e representadas na Carta Militar (amarelo).

Neste contexto, considera-se que a proposta de delimitação das CALM deve ser revista tendo em conta as situações exemplificativas acima referidas, bem como os aspetos referidos nos pareceres antecedentes.

Salienta-se que as situações apontadas, ilustram as implicações que as lacunas na representação da rede hidrográfica têm diretamente na elaboração da proposta de REN – CALM.

Tendo em conta o exposto, considera-se que a proposta de delimitação da tipologia CALM não se encontra ainda em condições de ser aceite.

4.2.2. Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, respetivos leitos, margens e faixas de proteção (ALB)

Após análise da proposta, considera-se que não foram detetadas alterações quanto à componente das Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção. Neste contexto, visto que a delimitação da metodologia já foi anteriormente aprovada nada se altera em relação ao parecer emitido anteriormente.

4.2.3. Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA)

Esta tipologia integra duas componentes: áreas de recarga e cabeceiras das bacias hidrográficas, verificando-se que é apresentada a metodologia para ambas.

Em relação à análise da tipologia das áreas de recarga, observa-se que a metodologia descrita na MDJ se encontra equivalente à da proposta anterior.

Neste contexto, uma vez que a metodologia e o resultado final, não foram alterados, considera-se de aceitar a proposta de delimitação das áreas de recarga.

Relativamente à componente das cabeceiras das bacias hidrográficas no município de Covilhã, não foram detetadas alterações quanto à metodologia ou resultado da delimitação das Cabeceiras das Linhas de Água.

Neste contexto, nenhum aspeto se altera em relação ao parecer anterior, mantendo-se a necessidade de alertar que o referido na análise, remetida através do documento Nº S032725-202506-ARHTO.DPI, enquadrada nas orientações em vigor, não foi acolhido.

Não obstante, uma vez que foram considerados os ajustes, explicitados no parecer Nº S041256-202407-ARHTO.DPI, ARHTO.DPI.00048.2022 e ARHTO.DPI.00103.2022,

considera-se que a delimitação se encontra favorável condicionada ao resultado da revisão da rede hidrográfica da cartografia base.

4.3. Áreas de prevenção de riscos naturais

4.3.1. Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC)

4.3.1.1 Antecedentes

- i. Parecer constante do ofício com a ref. ^a S058523-202410-ARHTO.DPI, de 10/10/2024, quanto à Proposta de delimitação da REN do município da Covilhã, remetida com a demarcação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias, apresentada e datada de agosto de 2024, para fins de reunião setorial a realizar a 14 de outubro de 2024. A sua análise concluiu que a metodologia proposta não se apresentava conforme com as OENR, carecendo de maior aprofundamento no que respeita aos critérios utilizados, e de reformulação e/ou fundamentação dos aspetos apontados no parecer, tendo-se prestado parecer desfavorável.
- ii. Reunião setorial havida por meios telemáticos no dia 14/10/2024 e no dia 23/10/2024 (continuação), com as presenças da CMC, APA-ARHTO e CCDR-C, decorrente da ponderação efetuada pelo Município da Covilhã aos pareceres emitidos pela Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA-ARHTO), relativos à Proposta de Delimitação da REN avaliada no âmbito da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (CC) da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã (PDMC), realizada no dia 28/06/2024, e à Proposta de delimitação das ZAC, enviados pelos ofícios ref.ªS041256-202407-ARHTO.DPI e ref.ªS058523-202410-ARHTO.DPI, respetivamente.
- iii. Ata da reunião setorial de 14/10/2024 e de dia 23/10/2024, assinada (saída com a ref.ª S007016-202502-ARHTO.DPI).
- iv. Parecer emitido no ofício com a ref. ^a S032725-202506-ARHTO.DPI, sobre os elementos da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal e da proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho da Covilhã - Conferência Procedimental – tendo o mesmo sido desfavorável no que respeita à REN, destacando para o efeito as tipologias CALM, AEIPRA e ZAC.

4.3.1.2 Apreciação técnica

Face ao parecer antecedente prestado no ofício S032725-202506-ARHTO.DPI, cumpre esclarecer:

- i. Conjuntamente com a Proposta e o EHH, datados de setembro e de abril de 2025, respetivamente, é apresentado um quadro/tabela que sistematiza as questões levantadas pela APA-ARHTO e as respetivas respostas, que se designa por Quadro de Ponderação (QP).

- ii. Refere-se que não foi remetida, conjuntamente com a Proposta, uma versão da MDJ com identificação de todas as alterações introduzidas (com texto em cor diferente) de modo (...) a tornar eficaz a análise a efetuar”, conforme solicitado no parecer antecedente.

O QP fundamenta esta opção na circunstância de que «As alterações/correções, advindas da 1ª Reunião Plenária da CC, foram vertidas na MDJ da delimitação da REN, bem como nos respetivos Quadros de Ponderação apresentados. Neste contexto, a MDJ sofreu um número muito significativo de alterações, dando lugar à reformulação de um grande número de textos, dados, cartogramas, e mesmo de alguns subcapítulos de forma integral.

Num primeiro momento, procurou-se manter esse registo de alterações no documento Word, mas este acabou por ficar demasiado “pesado”, tendo sido necessário abandonar esse registo de alterações, sob pena de não ser possível trabalhar ou mesmo gravar o documento.

Optou-se, assim, pela apresentação de uma MDJ “final” consolidada, onde, numa forma integral, se analisasse a delimitação da REN do concelho».

O fundamento respeita à 1ª Reunião Plenária da CC.

Considera-se que a opção considerada em sequência do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (parecer antecedente), da MDJ e outros elementos não serem apresentados com indicação das alterações, não é suscetível de ser enquadrada no fundamento anterior, ainda que o mesmo fosse eventualmente admitido, pelo facto das alterações em causa serem bastante inferiores.

- iii. Face ao parecer antecedente S032725-202506-ARHTO.DPI, bem como ao correspondente Quadro de Ponderação (QP) apresentado, cumpre esclarecer que, não obstante o mencionado no QP, verifica-se que a atual Proposta não introduz quaisquer alterações à versão anterior. Assim, é de referir o seguinte:

a) Questão ZAC.02 do QP, referente à redação demasiado lata do EHH, considerando que este não era focado para o contexto da delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) no âmbito do RJREN e das OENR, o QP indica que o contributo foi acolhido quando, na realidade, não o foi.

b) Questão ZAC.03 do QP, considerada como “Contributo Registado”, consta o comentário de que:

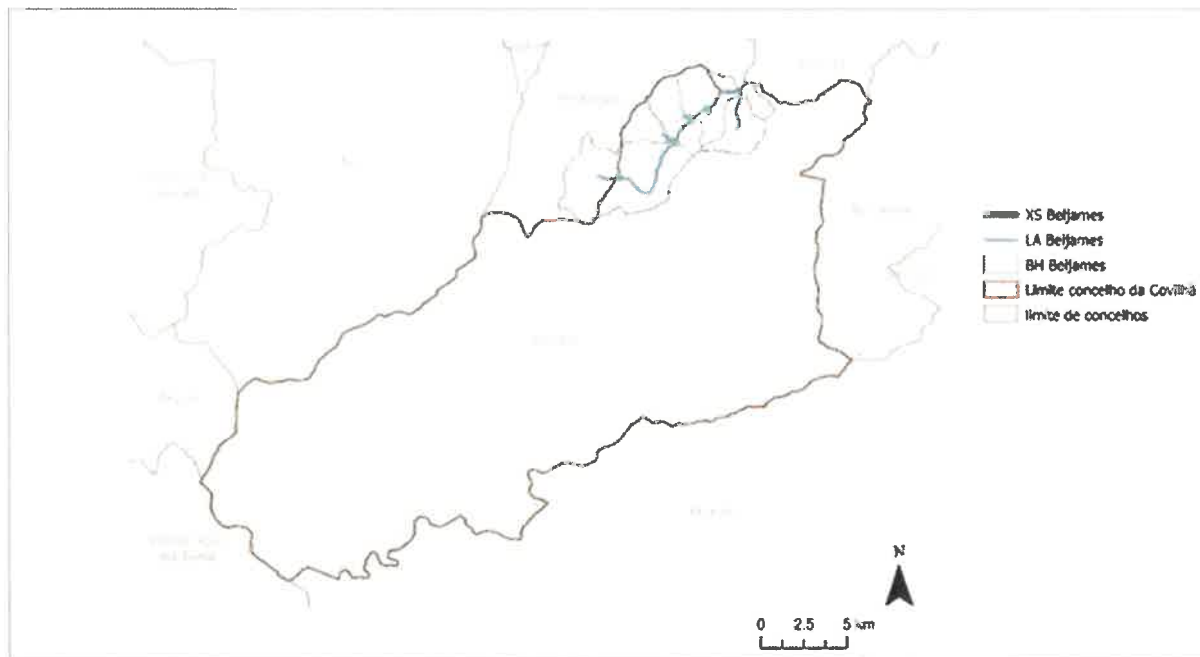
"A informação vetorial, indicada pela entidade, consta da Informação Intermédia (delimitação da ZAC) apresentada em sede da 2.ª Reunião Plenária.

Constando ainda os Registos de cheia analisados e a velocidade e profundidade de escoamento", nos ficheiros à altura enviados.

Note-se estar em causa o pedido da localização exata, em shapefile, das secções estudadas no Estudo Hidrológico e Hidráulico, de acordo com a localização das figuras, e completada com os atributos das tabelas, ambas do Anexo II do EHH, acrescida dos parâmetros profundidade e velocidade de escoamento.

Em resumo, fornecendo o exemplo do Rio Beijames, pag.34 do "Anexo II - Secções de avaliação de caudal de pico de cheia para dimensionamento das ZAC" do EHH (ficheiro "0503_Anexo I – Cartografia de Risco de Inundação_Estudo Hidrológico_abril 2025.pdf", pag.161), as secções identificadas (figura seguinte) devem constar da informação geográfica, e a informação constante do quadro associado às secções (tabela seguinte), bem como a profundidade e velocidade de escoamento em cada uma dessas secções, deve integrar a tabela de atributos da referida informação geográfica. Esta informação não consta dos ficheiros intermédios, nem na versão anterior, nem na atual versão (note-se que a atual versão é idêntica à anterior).

Esta solicitação aplica-se às várias bacias estudadas, em conformidade com o Anexo II do EHH.



Secções de avaliação de caudal de pico. Rio Beijames (Fonte – Figura da página 34 do Anexo II do EHH)

River	Reach	River Stat	qp(m ³ /s/km ²)	Area (km ²)	Q(m ³ /s)
rio de Beijames	Reach 1	10500	4.99	9.3	46
rio de Beijames	Reach 1	4300	4.99	30.2	151
rio de Beijames	Reach 1	2600	4.99	38	189
rio de Beijames	Reach 1	1400	4.99	41	205
beijamesME01	beijamesME01	2511	4.99	2.9	14
ribCova	ribCova	1000	4.99	4.0	20
ribSarzedo	ribSarzedo	500	4.99	3.0	17

Caudal de pico, para as secções estudadas. Rio Beijames (Fonte – Tabela da página 34 do Anexo II do EHH)

c) Relativamente à questão identificada na ZAC.04, de que a delimitação das ZAC representada na Imagem D da Figura 40 do EHH (Fig. ZAC-1 do parecer antecedente), não se afigurava viável do ponto de vista da representação das ZAC no local, independentemente dos testemunhos obtidos no trabalho de campo da Equipa Técnica (ET), tendo-se na altura solicitado a correção daquela mancha, a recomendação não foi acolhida como descrito no QP.

É referido que, *"Transversalmente, observa-se que o resultado "bruto" é coerente nas duas margens do rio Zêzere, mostrando-se com a mesma cota de inundação.*

No caso das áreas vazias de maior dimensão, através da análise dos pontos cotados da cartografia de base homologada, verifica-se, genericamente, que estas se encontram acima da cota de inundação apresentada (...).

Neste contexto, entende o Município/ET, manter a delimitação dos vazios da ZAC".

"Relativamente às incoerências registadas nos ficheiros da profundidade e velocidade de escoamento, importa salientar que, por lapso, foi integrado, no processo da REN remetido para a 2.ª Reunião da CC, uma versão antiga e desatualizada dos ficheiros de profundidade e escoamento.

Para que não restem dúvidas sobre os resultados intermédios da delimitação da tipologia, mais especificamente, os mapas de profundidade e velocidade de escoamento que fundamentam a delimitação das ZAC, juntam-se ao processo da delimitação da REN os ficheiros atualizados".

Clarifica-se que os ficheiros agora apresentados não esclarecem as dúvidas suscitadas. Por outro lado, não obstante o mencionado no QP, reforça-se o anteriormente exposto:

"O local é aplanado, localizado em zona de confluência de dois cursos de água com caudal elevado em situação de evento de precipitação extrema, com vasta área contributiva, sendo que as diferenças de cotas entre as áreas delimitadas como ZAC e as bolsas/áreas excluídas não são expressivas, o que não permite garantir com segurança que o nível de água decorrente de cheia centenária, não atinja essas áreas".

Reforça-se que a área em causa (representada na figura seguinte) integra a Zona Adjacente (ZA) ao rio Zêzere publicada pela Portaria n.º1053/93, de 19 de outubro.

Salienta-se ainda que, embora as OENR não definam o acréscimo de precipitação na situação de eventos extremos em consequência das alterações climáticas, o seu efeito não é desprezável, pelo que deve ser acautelada a segurança do local. Dizem as OENR, na sua Secção II, n.º10, que *"A delimitação da REN deve evoluir em paralelo com a disponibilidade de informação que permita delimitações mais rigorosas (e. g. conhecimento mais rigoroso acerca da recarga e descarga de aquíferos resultante de modelos numéricos de escoamento subterrâneo e da delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias) ou maiores certezas sobre certos fenómenos (e. g. efeitos das alterações climáticas e respetivos cenários), privilegiando-se para o efeito os mecanismos de dinâmica dos instrumentos de gestão territorial"*.

As alterações climáticas são atualmente uma evidência que, associadas às incertezas dos parâmetros e dos procedimentos de modelação hidrológica, cumulativas, justificam a adoção de soluções de menor risco.

As áreas indicadas na figura seguinte devem integrar as ZAC, pelas razões apontadas.



Confluência do rio Zêzere com a ribeira da Gaia. Proposta de ZAC (setembro de 2025), a cor vermelha. Bolsas identificadas pelas setas devem integrar as ZAC

d) No que respeita à ZAC.05, a recomendação dos serviços não foi acolhida, tanto no que respeita à revisão da hidrografia de base (fundamentação exposta em AG.01 do QP e a avaliar nesse âmbito), como na revisão da localização do registo de ocorrências de cheias fornecido pela APA, de modo que aquelas sejam devidamente ponderadas na delimitação das ZAC.

O QP refere que "O Município já efetuou, no âmbito da proposta de REN apresentada no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC, um significativo esforço de aferição, partindo de dados de base com pouca consistência e incompletos (fornecidos pela entidade), que resultaram, mesmo com o conhecimento sobre o território em questão, numa grande incerteza. Conclui-se, assim, conforme já exposto, que os mesmos se demonstram inadequados para serem considerados no âmbito da delimitação da tipologia, não sendo viável ou consequente, qualquer nova tentativa de aferição (...)"

A título exemplificativo, a figura seguinte demonstra que existem registos de ocorrências de cheia, fornecidos pela APA, que não devem ser desconsiderados, cuja informação do município (constante da tabela de atributos da informação geográfica do registo de cheias

fornecido pela APA, completada com informação do município ou outra), é inconsistente com a proposta de delimitação das ZAC apresentada.



Registo de ocorrência de cheia, a cor amarela, e respetiva tabela de atributos (Fonte – APA, com complemento da Equipa Técnica). Proposta de ZAC, a cor vermelha (Fonte – CMC, datada de abril de 2025)

Também a figura seguinte é representativa de uma ocorrência de cheia na Rua das Almas, cujo registo foi fornecido pela APA, não admitida para efeitos de ajuste da mancha de ZAC, embora a proximidade a linha de água e a ZAC. Consta da tabela de atributos que a ZAC proposta não atinge a cota do arruamento e que a ocorrência deverá dever-se a insuficiente capacidade de vazão do coletor pluvial. No entanto, pela figura (registo fotográfico aéreo) observa-se a contiguidade do referido arruamento ao curso de água, pelo que é provável que a ocorrência em causa se deva efetivamente ao transbordo da referida linha de água.

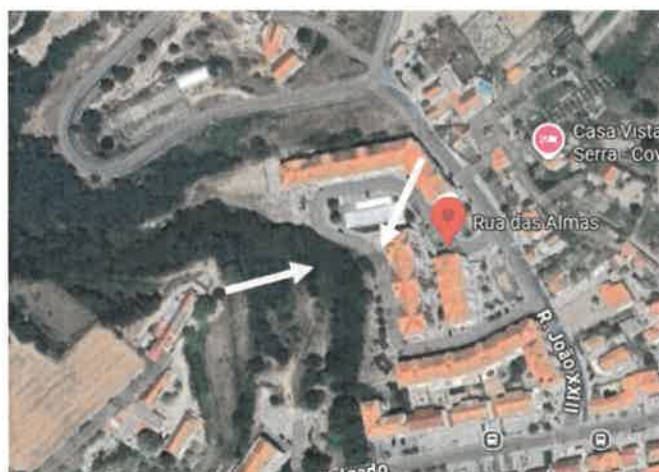
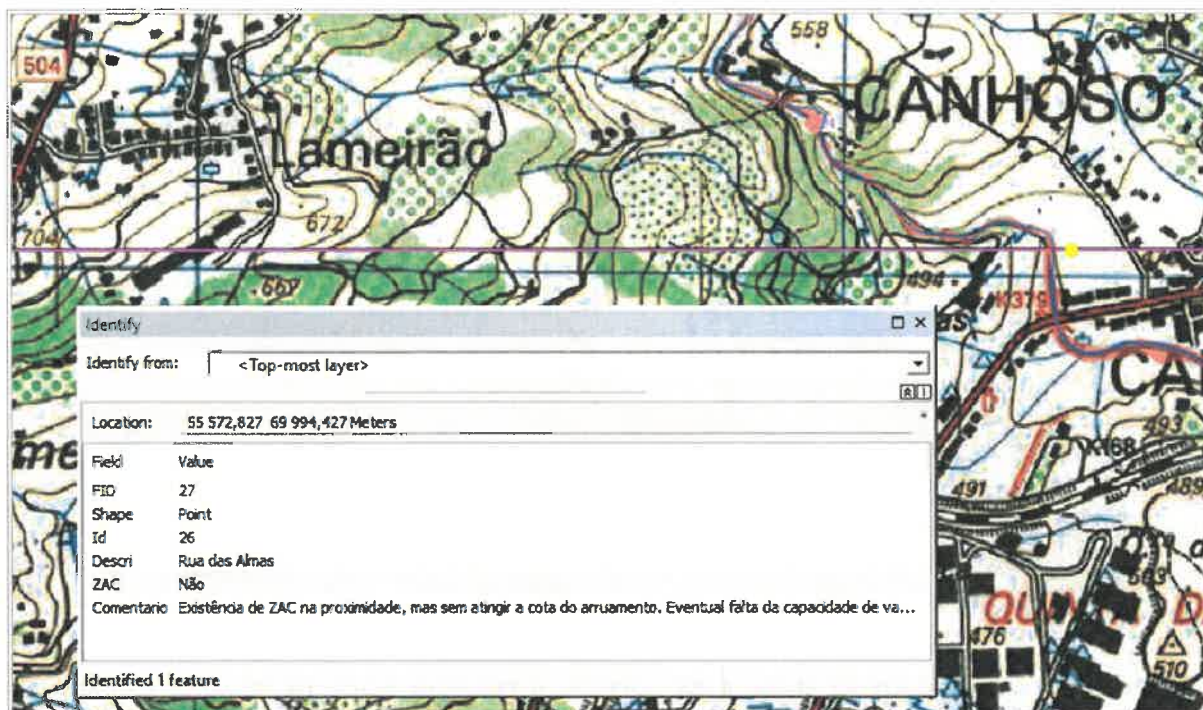


Figura superior: Rua das Almas. Registo de ocorrência de cheia, a cor amarela, e respetiva tabela de atributos (Fonte – APA, com complemento da Equipa Técnica). Proposta de ZAC, a cor vermelha (Fonte – CMC, datada de abril de 2025); Figura inferior: Registo fotográfico aéreo da Rua das Almas e da linha de água confinante, setas a cor branca (Fonte – GoogleMaps)

Foram igualmente desconsideradas algumas marcas de cheias resultantes do trabalho de campo (exemplo meramente ilustrativo, figura seguinte).



Insiste-se na verificação e ou confirmação dos registros de ocorrências de eventos de cheias provenientes das diversas fontes disponíveis, os quais devem integrar um ficheiro único de informação geográfica (shapefile), cuja tabela de atributos compreenda as coordenadas, a cota altimétrica (se existente), a origem da informação e, quando os mesmos forem ignorados ou rejeitados, fundamento relativamente ao mesmo. Por princípio, a delimitação das ZAC deve incluir ou ser balizada pelas marcas de cheia resultantes do transbordo de cursos de água, pelo que a desconsideração dessas marcas deve ser adequadamente alicerçada.

Pelo exposto, deverá haver ajustamento/redelimitação das ZAC, face às marcas de cheias que venham a ser validadas.

e) A ZAC.06 não introduz preocupação no âmbito da delimitação das ZAC, não se tendo anteriormente solicitado qualquer retificação. Quanto à proposta de exclusão explicitada, a mesma será analisada em sede e tempo próprios.

4.3.2. Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS)

Relativamente à tipologia de AEREHS, após análise da proposta apresentada, conclui-se que a metodologia descrita na MDJ se encontra equivalente à da proposta anterior.

Neste contexto, uma vez que a metodologia e o resultado, não foram alterados, considera-se de manter a aceitação da proposta de delimitação das AEREHS.

5. Áreas Urbanas Consolidadas

Quanto à metodologia apontada pela CM Covilhã para a aferição das tipologias AEIPRA e AEREHS através das AUC, a APA mantém o seu entendimento de que a exclusão de áreas da REN deverá decorrer no contexto das exclusões. Desta forma, mantém-se a posição expressa no parecer anterior.

6. Exclusões

Relativamente aos pedidos de exclusões, considera-se que a proposta ainda não reúne as condições para poder ser alvo de análise quanto a esta matéria, emitindo-se globalmente parecer desfavorável.

6. Conclusão

Face ao exposto, considera-se que a proposta de delimitação da REN de Covilhã apresentada não reúne as condições para aprovação, pelo que é emitido parecer desfavorável.

Informação N.º: UOT-DOT 1653/2025

Para: Chefe de Divisão

MEF N.º: 450.10.201

C/C:

Parecer

Concordo com a apreciação efetuada à proposta de delimitação da REN da Covilhã, elaborada em simultâneo com a proposta de revisão do PDM, e respetivas propostas de exclusão, a qual proponho que se consubstancie como o parecer desta CCDRC,IP a transmitir na Conferência Procedimental a que alude o art.º 11.º do RJREN.

À consideração superior.

Assinado por: Carla Maria Velado dos Santos

Num. de Identificação: BI09610203

Data: 24/10/2025 às 16:26:56

**Despacho**

Concordo.

Assinado por: Maria Margarida Martins Ventura Teixeira Bento

Num. de Identificação: BI07804640

Data: 30/10/2025 às 12:30:17

Subdelegação de Competências, Despacho N.º 10480/2025



N/Ref.ª REN-CB.03.00/1-15

ASSUNTO/RESUMO:

Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) da Covilhã elaborada em simultâneo com a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22/08, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28/08 (RJREN) – versão 5 | setembro 2025, no âmbito da 'concertação' após o Parecer Final da Revisão do PDM

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

No âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e após o Parecer Final, a Câmara Municipal da Covilhã (CM) reformulou a proposta de delimitação da REN e a Proposta de exclusão de áreas de REN, remetendo os respetivos elementos para apreciação, dos quais consta a versão cinco (v5) da proposta de delimitação da REN e a versão dois (v2) da proposta de exclusão de áreas de REN.

Relativamente ao procedimento de delimitação da REN, a proposta apresentada foi elaborada ao abrigo das Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional (OENR) aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 03/10, com a revisão aprovada pela Portaria n.º 336/2019, de 26/09, tendo sido disponibilizada pelo município a respetiva informação geográfica de suporte, enquadrando-se o procedimento no artigo 15.º do RJREN, e a proposta é apresentada no âmbito do artigo 11.º do mesmo diploma, por remissão do seu artigo 16.º.

Do processo REN constam os elementos necessários para a respetiva apreciação, nomeadamente, memória descritiva e justificativa dos trabalhos desenvolvidos, informação vetorial da proposta de delimitação da REN, resultados intermédios e cartografia de base. A CM apresentou também a ponderação aos pareceres já emitidos pela CCDR Centro e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Do processo constam ainda os seguintes elementos:

- Proposta de Áreas Urbanas Consolidadas;
- Proposta de acertos de áreas menores que 25m²;
- Proposta de Exclusão de Áreas de REN.

2. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA REN

2.1. Memória descritiva e justificativa (MDJ)

Documento datado de setembro de 2025 e organizado por tipologia de REN, no qual expõem as definições, critérios e metodologias aplicadas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto (RJREN), e nos termos da Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro (OENR), alterada pela Portaria n.º 264/2020, de 13 de novembro.

Em observância dos pareceres emitidos o documento foi alterado, sendo apresentadas no relatório de ponderação as alterações efetuadas e justificado o não acolhimento de algumas recomendações das entidades.

Também incluem a informação sobre a cartografia de base utilizada, elaborada à escala 1/5000, no sistema de referência PT-TM06/ETRS89, homologada pela DGT com o processo n.º 780, de 27-06-2021, produzida pela Artop-Aerotopográfica, Lda., e editada em 2021, propriedade da CM da Covilhã.

Da MDJ consta também a apresentação detalhada dos resultados obtidos para cada uma das tipologias que assim o exigem, a indicação das fontes de informação utilizadas na delimitação de cada tipologia, os cartogramas representativos de cada uma das tipologias e respetivos resultados intermédios, englobando a totalidade da área objeto da delimitação, e o Quadro síntese de todas as áreas integradas em REN por tipologia, respetiva superfície e a percentagem relativamente à superfície do concelho, comparativamente à REN em vigor.

Apresentam também

- a **análise comparativa entre a proposta da delimitação da REN e a REN em vigor**, de forma a garantir que a aplicação do novo quadro legal da REN, cumpre os objetivos e funções que a REN

visa proteger, sendo assim necessário proceder a uma análise crítica e detalhada sobre os resultados da aplicação das OENR, em especial quando se verificam variações significativas na proposta da delimitação da REN, pelo que importa apresentar dados quantitativos, devidamente fundamentados, das variações positivas e negativas existentes entre a REN em vigor e a REN proposta, por tipologia, tendo por base a área do concelho, e com a devida justificação entre elas.

- a **avaliação da conectividade e continuidade geográfica da REN**, dando cumprimento ao ponto 15 da Secção II das OENR, de forma a assegurar, genericamente, a continuidade espacial das tipologias da REN com as delimitações da REN dos concelhos confinantes, nomeadamente, Arganil, Seia, Manteigas, Guarda, Belmonte, Fundão e Pampilhosa da Serra, tendo sido registadas as descontinuidades encontradas e a sua justificação.

2.2. Delimitação da REN - Tipologias

No que concerne à metodologia e critérios aplicados na delimitação de cada uma das tipologias que se observam no território concelhio, observa-se que tiveram em conta a matriz de sobreposições da DGT/CNT (2021).

Constata-se que, no que concerne a normas, composição e representação cartográfica da carta da REN, em formato matricial e vetorial, tiveram presente as especificações do documento “Norma Técnica para a Produção e Reprodução da Carta de Delimitação da REN” (NT) publicada pelo Aviso n.º 9282/2021, de 17/05.

2.2.1. Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM)

A delimitação desta tipologia não foi alterada comparativamente à versão anterior, sendo apresentada no relatório de ponderação a fundamentação para o não acolhimento das situações constantes na pronúncia da APA/ARH do Tejo e Oeste, enquanto entidade com competência para a análise ao procedimento metodológico da delimitação desta tipologia descrito no ponto 2.1. da Secção III das OENR.

A proposta de delimitação desta tipologia contabiliza 281,42 km, na sua representação linear, 214,15 hectares, quando o leito é representado por polígono, e 824,85 hectares correspondentes à delimitação das suas margens.

2.2.2. Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como respetivos leitos, margens e faixas de proteção (ALMFP)

Os critérios e a metodologia utilizados seguiram globalmente o descrito no ponto 2.3. da Secção III das OENR, tendo sido delimitadas duas albufeiras, nomeadamente, a albufeira da Cova do Viriato e a albufeira de Covão de Ferro, tendo já merecido parecer favorável da APA, enquanto entidade competente na análise ao respetivo procedimento metodológico.

Na MDJ consta a informação sobre o NPA das albufeiras, a margem foi delimitada com a largura de 30 metros e a faixa de proteção assumiu a largura de 100 metros contados a partir do limite do leito.

A proposta de delimitação contabiliza 34,01 hectares referentes ao leito das albufeiras, 11,88 hectares respeitantes às respetivas margens e 41,76 hectares relativos à delimitação das faixas de proteção, totalizando 87,65 hectares.

2.2.3. Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA)

Os critérios e a metodologia utilizados seguiram genericamente o descrito no ponto 2.4. da Secção III e o ponto 2.2. da Secção IV das OENR, tendo sido aplicado o Índice de Recarga Efetiva (*IRef*) e demarcadas as cabeceiras das bacias hidrográficas.

A delimitação não foi alterada comparativamente à versão anterior, sendo apresentada no relatório de ponderação a fundamentação para o não acolhimento das situações constantes na pronúncia da APA/ARH do Tejo e Oeste, cabendo a esta entidade a análise ao procedimento metodológico da delimitação desta tipologia.

Face à validação das AUC, a delimitação desta tipologia foi corrigida, deixando de integrar as áreas que já não desempenham as funções que lhes conferiam valor e sensibilidade ecológicas, passando a contabilizar 21786 hectares.

2.2.4. Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC)

A proposta de delimitação das ZAC resultou de estudo hidrológico e hidráulico (Anexo I da MDJ), conforme previsto no ponto 3.3. da Secção III e o ponto 3 da Secção IV das OENR, cabendo aos serviços da APA pronunciar-se sobre o procedimento metodológico.

A proposta de delimitação das ZAC não foi alterada comparativamente à versão anterior e contabiliza 1886,24 hectares, sendo apresentada no relatório de ponderação a fundamentação para o não acolhimento das situações constantes na pronúncia da APA/ARH do Tejo e Oeste.

2.2.5. Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS)

Os critérios e a metodologia utilizados seguiram genericamente o descrito no ponto 3.4. da Secção III e o ponto 4 da Secção IV das OENR.

A APA já se pronunciou favoravelmente à proposta de delimitação desta tipologia, enquanto entidade competente na análise ao respetivo procedimento metodológico.

Face à validação das AUC, a delimitação desta tipologia foi corrigida, deixando de integrar as áreas que já não desempenham as funções que lhes conferiam valor e sensibilidade ecológicas, passando a contabilizar 31520 hectares.

2.2.6. Áreas de instabilidade de vertentes (AIV)

A análise ao procedimento metodológico da delimitação das AIV recai inteiramente no âmbito das competências da CCDR Centro, tendo já merecido parecer favorável na versão anterior, com base nos seguintes pressupostos:

Face ao objetivo da REN de integrar as áreas que, pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, devem ser objeto de proteção especial e aos objetivos de prevenção e redução de riscos naturais, considerando

- _ que a CM da Covilhã não dispõe de inventário de movimentos de massa em vertentes (MMV), o que inviabiliza a aplicação do Método do Valor Informativo (MVI) previsto nas OENR;
- _ a inexistência de qualquer trabalho científico e técnico no âmbito desta matéria, para a área do concelho;
- _ que o histórico de ocorrências da plataforma DISASTER referencia apenas 8 movimentos de massa em vertentes no território concelhio (1865-2010), sendo um número insuficiente para desenvolver o MVI;
- _ que o documento “*Avaliação Nacional de Risco*” (ANEPC, 2019) inclui o concelho da Covilhã nas zonas de maior suscetibilidade (vertentes da serra da Estrela), apresentando suscetibilidade a MMV ‘*Nula ou Residual*’ a ‘*Elevada*’, sem qualquer registo de ocorrências nas suas bases de dados;
- _ que o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC – Município da Covilhã; 2019) não identifica ocorrências de MMV;
- _ que o cálculo do *Índice de Suscetibilidade* a movimentos de vertentes foi desenvolvido por outra metodologia alternativa, conforme previsto nas OENR, baseada numa análise multicritério dos fatores de predisposição de MMV, nomeadamente, declives, exposição e curvatura das vertentes, litologia, Índice de Topográfico de humidade (Topographic Wetness Index), a precipitação média anual (fator R) e o coberto vegetal (fator C);
- _ que os resultados apresentados se coadunam com as características físicas e morfológicas do território da Covilhã, pela coerência e homogeneidade observada nas variáveis estudadas, que se revelam

preponderantes na instabilidade de vertentes, sendo apresentada a informação de base e os resultados intermédios obtidos, com as respetivas classes de suscetibilidade associadas;

_ que a proposta integra as áreas com características de escarpas naturais (declives superiores a 45 graus) e as respetivas faixas de proteção e a MDJ apresenta informação sobre área, cotas da base e crista, distância considerada para delimitação da Faixa de Proteção e a localização/coordenadas;

_ que o resultado foi sujeito a um processo de generalização conforme previsto na legislação em vigor, garantindo a compacidade das manchas.

A proposta de delimitação de AIV contabiliza 3871 hectares referentes à área obtida no cálculo da suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes e 80 hectares correspondentes à área ocupada pelas escarpas.

2.3. Síntese conclusiva da Proposta de delimitação da REN

A **Tabela 26. Síntese da proposta de delimitação, por tipologias, da REN Bruta** apresenta a quantificação das áreas de REN, tendo sido contabilizada a sobreposição topológica e complementada a informação com a **Tabela 27. Síntese da proposta de delimitação da REN bruta e respetivas sobreposições entre tipologias**, tratando cada sobreposição como uma nova tipologia.

A proposta de delimitação da REN da Covilhã, elaborada em simultâneo com a revisão do PDM, **totaliza 45893,92 hectares, correspondendo a 82,6% do território municipal**, considerando a sobreposição de tipologias.

É evidenciado na MDJ que os resultados refletem as características biofísicas de cada tipologia no território e que, por essa razão, as áreas que são objeto de proteção especial pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais se encontram salvaguardadas e que refletem a realidade do território concelhio, tendo sido, globalmente, assegurada a conectividade e continuidade biofísica com os territórios confinantes, nomeadamente, Seia, Manteigas, Guarda, Belmonte, Fundão, Pampilhosa da Serra e Arganil.

3. ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS (AUC)

No ponto 4 da MDJ (pág.143), procedem à apresentação da metodologia para a identificação das Áreas Urbanas Consolidadas (AUC), de acordo com o n.º 6 da Secção II das OENR, estando as mesmas sujeitas à validação da CCDR Centro.

Tendo presente os elementos apresentados e a explicitação dos trabalhos, a identificação assenta nos seguintes critérios:

- Determinação das áreas de *buffer* com profundidade de 25 metros em torno de todo o edificado existente no município;
- Determinação das áreas *buffer* com profundidade de 50 metros em torno das condutas de abastecimento de água;
- Determinação das áreas de *buffer* com profundidade de 50 metros em torno dos coletores de águas residuais;
- Identificação da rede viária relevante para a execução deste exercício, determinando também as áreas de *buffer* com profundidade de 50 metros para estes objetos.

Na Tabela 29, pág.146, consta a quantificação e proporção de consolidação para cada perímetro/aglomerado proposto, ficando demonstrada a compactação construtiva, face à contiguidade do edificado e à presença de infraestruturas.

Constata-se que a proposta de AUC respeita maioritariamente os conceitos estabelecidos na legislação, nomeadamente, adotaram o conceito de 'áreas urbanas consolidadas' referido no n.º 6 das diretrizes para a delimitação da REN, em articulação com a definição constante na Ficha I-15, do Decreto

Regulamentar (DReg) n.º 5/2019, de 27 de setembro, respeitando os critérios da classificação do solo, nomeadamente os estabelecidos pelo n.º 3 do artigo 7.º do DReg n.º 15/2015, de 19 de agosto, para o solo urbano.

Para avaliação da proposta das AUC teve-se em conta a informação geográfica dos perímetros urbanos da proposta de ordenamento da revisão do PDM, da RAN, das tipologias da REN subjacentes e a sua localização em relação à delimitação da REN.

Face à pronúncia da CCDR Centro, a proposta de AUC foi reformulada nos termos apresentados no relatório de ponderação, datado de setembro 2025, tendo a mesma sido ajustada aos limites da RAN e de acordo com a proposta de ordenamento (datada de 05-09-2025).

Com este contexto e após análise dos elementos disponibilizados, aceitam-se as AUC que abranjam áreas que se encontrem estabilizadas em termos de morfologia urbana e de infraestruturação e também as áreas nos limites da delimitação das AEREHS e AEIPRA (franjas), deixando as mesmas de integrar a proposta de delimitação da REN.

4. PROPOSTA DE EXCLUSÃO DE ÁREAS DE REN

Tendo presente a proposta de ordenamento em sede do procedimento de revisão do PDM, a CM promoveu a ponderação das áreas a excluir da REN de acordo com os n.ºs 5 e 7 da Secção II das OENR em articulação com o n.º 2 do artigo 9.º do RJREN.

Para tal, foi incluído o capítulo 5 na MDJ da REN referente à proposta de exclusão de áreas da REN, apresentando as fichas de caracterização de cada exclusão, com a respetiva fundamentação, tendo sido disponibilizada a respetiva informação geográfica de suporte em formato vetorial (*shapefile*).

Na MDJ consta a informação fundamental para apreciação da proposta, em específico:

- **Tabela 32. Áreas de exclusão da REN efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas), do tipo 'C'** – proposta de áreas de exclusão da REN efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas) com identificação do número de ordem, respetiva superfície, tipologia REN em presença, fim a que se destina e fundamentação da exclusão baseada nos seguintes critérios:

- . que se encontrem urbanizadas ou parcialmente infraestruturadas;
- . que o uso atual não agrava a o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa e ao risco de cheias;
- . o regime de edificabilidade previsto para a respetiva categoria de solo está condicionado pelo RJREN (uso ou ação interdita).

- **Tabela 33. Áreas de exclusão da REN destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, do tipo 'E'** – proposta de áreas de exclusão da REN para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, com identificação do número de ordem, respetiva superfície, tipologia REN em presença, fim a que se destina e fundamentação da exclusão para conformação, consolidação e nucleação dos territórios parcialmente comprometidos/urbanizados .

- **Tabela 34. Síntese das áreas a excluir da REN, por tipologia e tipo de exclusão** – síntese das áreas de exclusão da REN efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas), e das áreas que se pretendem excluir da REN para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, por tipologia da REN.

- Fichas de caracterização das propostas de áreas de exclusão, incluindo a fundamentação objetiva da exclusão e justificação da inexistência de alternativas fora da REN, sobre imagem aérea (indicando a respetiva data) com a representação do limite de cada área de exclusão sobreposta à REN e à proposta de Ordenamento.

Alerta-se que para as propostas de exclusão que tenham por objetivo a integração em perímetro urbano de áreas legalmente comprometidas ou com edificações anteriores à entrada em vigor do PDM/Carta da REN, tanto mais que as mesmas não devem ser concebidas como meio de possibilitar a legalização de obras clandestinas, devem apresentar uma Declaração da CM a comprovar a situação urbanística das edificações existentes ou as respetivas licenças de construção, conforme estipulado na alínea c) do n.º 3 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), de modo a comprovar a legalidade das operações em causa.

1.1. Apreciação das áreas a excluir da REN

Em resultado da articulação com a proposta de ordenamento da revisão do PDM reportam a necessidade de avaliar a exclusão de áreas inseridas em REN:

- 81 áreas efetivamente já comprometidas, que contabilizam a área aproximada de 54,47 hectares (identificadas com a letra C);
- 11 áreas para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, que contabilizam uma área de 23,48 hectares (identificadas com a letra E).

Assim, salvaguardando o princípio estabelecido pelo n.º 2 do artigo 9.º do RJREN, apenas poderão ser aceites propostas de exclusão de áreas da REN quando correspondam a áreas com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas; e/ou quando correspondam a áreas destinadas à satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, cuja fundamentação deve ser demonstrada com base em indicadores quantitativos que justifiquem a necessidades de expansão e a inexistência de alternativas para zonas não abrangidas pelo regime da REN.

Neste contexto, a análise da proposta de exclusão de áreas da REN foi efetuada com base nos 6 critérios já estabelecidos para a análise da anterior proposta, por serem os diretamente aplicáveis à situação do Município, e consta da Tabela 1 apresentada no final da presente apreciação.

Constata-se que, na atual versão 2 da proposta de exclusão de áreas de REN, apenas se aplicam os critérios 1, 2 e 3, face à reformulação da mesma em cumprimento do parecer da CCDR Centro emitido no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva da Revisão do PDM.

1. Serão aceites as propostas de exclusão que tenham por objetivo a integração em perímetro urbano de áreas legalmente comprometidas ou com edificações anteriores à entrada em vigor do PDM/Carta da REN. Considerando que as áreas de exclusão propostas não devem ser concebidas como meio de possibilitar a legalização de obras clandestinas, deverá ser remetida a licença de construção das edificações existentes/loteamentos à CCDR Centro de modo a comprovar a legalidade das mesmas. No caso das zonas ameaçadas pelas cheias, a aceitação das respetivas exclusões com base neste critério fica condicionada à sua integração nas zonas inundáveis em perímetro urbano e ao estabelecimento de regras adequadas a nível regulamentar, nos termos do disposto no DL n.º 364/98, de 21 novembro.

2. Serão aceites as propostas de exclusão que visem a satisfação das carências existentes em termos de habitação, equipamentos, infraestruturas e atividades económicas, para as quais se considere demonstrada a sua necessidade e a ausência de alternativas fora da REN, a localizar em perímetro urbano, áreas de edificação dispersa ou aglomerado rural, que já se encontrem parcialmente infraestruturados e comprometidos com edificações existentes e permitam a sua conformação / consolidação / nucleação, em detrimento da criação de novas áreas de expansão urbana e desde que da exclusão das mesmas não resulte prejuízo para o equilíbrio ecológico ou coerência sistémica, nem se coloque em causa as funções inerentes às tipologias de risco afetadas.

3. Propostas de exclusão em áreas do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) - ficam condicionadas à pronúncia do ICNF sobre a proposta de perímetro urbano/aglomerado rural.

4. Não serão aceites as propostas de exclusão cujo principal fundamento seja o aumento da profundidade do perímetro urbano, sempre que a profundidade existente seja já claramente suficiente para permitir a edificação ou que visem o alargamento de aglomerados urbanos ao longo das vias ou a ligação de diferentes aglomerados, contrariando assim as orientações superiores em matéria de ordenamento do território. Note-se que o RJREN admite já, em algumas situações, um conjunto de usos e ações compatíveis que tornam desnecessárias estas exclusões.

5. Não serão aceites as propostas de exclusão que se destinem a usos ou ações compatíveis com o atual RJREN ou que possam enquadrar-se no regime previsto no artigo 21º do RJREN (ações de relevante interesse público), devendo neste caso a proposta de ordenamento e regulamento acautelar a execução daqueles usos ou ações.

6. As propostas de exclusão de reduzida dimensão (< 500m2) serão eliminadas, devendo ser corrigida a delimitação da REN.

Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN

Exclusão D Public setembro 2025	Superfície (m2)	Tipologia(s) REN	Fim a que se destina / Uso proposto	Parecer CCDR Centro	Critério	Observações
C1	11 086,69	AEIPRA + ZAC	Espaços de Atividades Industriais	Favorável condicionado	1	a mancha foi substancialmente reduzida passando a incluir apenas o edificado existente condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos RERAE - decisão favorável condicionada - o comprovativo de legalidade das construções existentes só pode ser viabilizado pela alteração da REN
C2	12 122,65	ZAC	Área de Edificação Dispersa	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C3	8 044,09	AEREHS	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável condicionado	3	PNSE
C4	10 544,21	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1	
C5	9 694,94	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1	
C6	3 615,52	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C7	1 113,55	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C8	1 111,19	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	

C9	12 101,28	AEIPRA	Espaços Agrícolas de Produção	Favorável	1	a área de exclusão integra o edificado existente e as áreas de circulação necessárias para o normal funcionamento da atividade. decorre de processo RERAE.
C10	1 119,97	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C11	1 344,48	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C12	16 471,63	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	juntou as exclusões C10 e C11 da 2ª CC
C13	1 157,46	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C14	1 045,03	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C15	80,08	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C16	545,18	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C17	2 972,17	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C18	2 465,20	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C19	2 740,92	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C20	698,90	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C21	19 652,63	AEIPRA	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE
C22	24 203,13	AEIPRA + AEREHS	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE
C23	4 314,49	AEIPRA + AEREHS	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE
C24	4 165,43	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C25	14 660,16	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos, Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	juntou as exclusões C21 e C24 da 2ª CC
C26	1 046,25	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C27	65,91	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos

C28	8 783,59	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C29	7 433,83	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C30	8 532,94	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C31	2 286,75	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C32	17 713,66	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I, Espaços Centrais	Favorável	1	juntou as exclusões C31, C32 e C33 da 2ª CC
C33	12 673,53	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I, Espaços Verdes de Utilização Coletiva	Favorável	1	juntou as exclusões C34 e C35 da 2ª CC
C34	803,36	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I, Espaços de Equipamentos	Favorável	1	
C35	485,61	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Favorável	1	
C36	4 056,38	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	
C37	6 825,19	AEIPRA + ZAC	Espaços Agrícolas de Produção	Favorável condicionado	1	juntou as exclusões C38 e C39 da 2ª CC a área de exclusão integra o edifício existente e as áreas de circulação necessárias para o normal funcionamento da atividade. decorre de processo RERAE , condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos. Compatível com RAN .
C38	37 253,05	AEIPRA	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C39	22 944,72	AEIPRA + AEREHS	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	1	apenas se aceita a exclusão das áreas aprovadas pelo Despacho 3170/2023
C40	13 492,10	AIV	Espaços Urbanos de Baixa Densidade, Espaços Verdes de Enquadramento	Favorável	1	
C41	2 027,36	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C42	5 838,34	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C43	1 071,44	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C44	462,01	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos
C45	1 469,75	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	PIP válido
C46	62 357,07	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	PIP válido
C47	3 318,66	ZAC	Aglomerado Rural	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.

C48	44 637,58	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1	
C49	601,16	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	
C50	2 630,43	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	
C51	3 831,03	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	PIP válido
C52	4 397,47	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	
C53	4 165,60	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais, Espaços de Uso Especial	Favorável	1	
C54	816,76	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C55	38,22	ZAC	Espaços Centrais	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.
C56	40,40	ZAC	Espaços Centrais	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.
C57	3 105,32	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C58	2 937,75	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.
C59	10 452,40	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade, Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Favorável condicionado	1	juntou as exclusões C60 e C61 da 2ª CC condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.
C60	4 307,08	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.
C61	443,82	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.
C62	464,72	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C63	981,51	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C64	3 166,87	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C65	18 878,81	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C66	1 969,63	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C67	919,28	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C68	4 212,00	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	
C69	2 546,83	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.
C70	2 411,19	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	

C71	11 359,62	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Favorável	1	juntou as exclusões C71 e C73 da 2ª CC
C72	4 981,36	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C73	3 393,50	AIV	Espaços Centrais	Favorável	1	
C74	76,10	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C75	2 838,35	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C76	2 694,04	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C77	2 817,48	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C78	3 880,54	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	
C79	2 638,03	AIV	Espaços Centrais	Favorável	1	
C80	3 191,57	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	juntou as exclusões C78 e C79 da 2ª CC
C81	889,97	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.
E1	25 851,17	AEIPRA + AEREHS	Aglomerado Rural	Favorável condicionado	3	PNSE
E2	2 448,18	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	
E3	928,98	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	
E4	997,30	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	
E5	52 361,44	AEIPRA + AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	
E6	5 977,39	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável	2	
E7	42 229,18	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável	2	
E8	53 088,25	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	a mancha foi substancialmente reduzida passando a incluir apenas o edificado existente
E9	934,53	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	
E10	48 983,14	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	
E11	1 016,46	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	

5. CARTA DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA REN DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

A Carta da REN prevista no artigo 9.º do RJREN deve ser apresentada à escala do Plano e vai integrar todas as áreas a incluir e a excluir da REN, devidamente identificadas e diferenciadas, elaborada de acordo com todas as especificações da “Norma Técnica para a Produção e Reprodução das Cartas de Delimitação da REN”, aprovada pelo Aviso n.º 9282/2021, de 17/05.

6. PROCESSO DIGITAL

Para efeitos de normalização da estrutura da informação geográfica de suporte à dinâmica dos procedimentos REN e de acordo com as orientações da Direção Geral do Território (DGT), a estrutura dos ficheiros deve dar cumprimento às especificações da 'Norma Técnica para a produção e reprodução das

cartas de delimitação da REN', respeitando também as orientações da DGT expostas no Manual SSA.IGT, disponíveis no sítio da internet da DGT.

O processo digital foi apresentado conforme indicado pela CCDR Centro no parecer anterior.

7. CONCLUSÃO

Face à análise realizada pela CCDR Centro à quinta versão da proposta de delimitação da REN da Covilhã e à segunda versão da proposta de exclusão de áreas de REN, no âmbito da Revisão do PDM, apresentada após o Parecer Final emitido na 2ª Reunião Plenária da respetiva Comissão Consultiva, conclui-se o seguinte

_ **Relativamente à proposta de delimitação da REN**, a CCDR Centro emite **parecer favorável** à proposta de delimitação da **tipologia AIV**. Quanto às restantes tipologias, a CM deve acolher o parecer da APA, enquanto entidade que detém a respetiva tutela.

_ **Em relação às AUC**, para cumprimento do estabelecido no n.º 6 da Secção II das OENR, face à reformulação da proposta das AUC nos termos da apreciação da CCDR Centro emitida no âmbito da 2ªCC, a **CCDR Centro aceita a proposta de AUC** porquanto abrange áreas que se encontram estabilizadas em termos de morfologia e de infraestruturação e também abrange áreas nos limites da delimitação das tipologias AEREHS e AEIPRA (franjas), pelo que devem as mesmas deixar de integrar a proposta de delimitação da REN por já não desempenharem as funções que lhes conferiam valor e sensibilidade ecológicos.

_ **Sobre a proposta de exclusão de áreas de REN** e face aos elementos apresentados

- deve a mesma ter em atenção a posição assumida pela CCDR Centro na Tabela 1.
- alerta-se a Câmara Municipal que nas áreas de exclusão abrangidas pela tipologia *zonas ameaçadas pelas cheias*, que por força da proposta de ordenamento sejam classificadas como zonas inundáveis em perímetro urbano, devem ser implementadas **medidas que salvaguardem as funções desta tipologia de REN estabelecidas no respetivo regime jurídico, nomeadamente, prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens, garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas, regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas, estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa, manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.**

Face ao exposto, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do RJREN, propõe-se transmitir a presente pronúncia de teor favorável condicionado, na conferência procedimental a realizar no dia 04-11-2025, através da plataforma ZOOM.

À consideração superior.

Assinado por: Ana Isabel Monteiro Carreiró

Num. de Identificação: B109863486

Data: 24/10/2025 às 14:49:40




Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO)


Ponderação do parecer emitido em sede de Conferência Procedimental realizada no dia 04 de novembro de 2025 (S062478-202511-ARHTO.DPI ARHTO.DPI.00103.2022) - Apreciação da proposta de REN

N. REF.#	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
2. Elementos da proposta				
EP.01	3	<p>Foram descarregados da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Memória Descritiva e Justificativa da REN (0503_MDI REN_17092025.pdf, datada de setembro 2025)• Informação geográfica:<ul style="list-style-type: none">○ Proposta de delimitação das diferentes tipologias;○ Cartografia de base <p>Note-se que não foi entregue nenhum exemplar da MDJ ou outros documentos com as alterações introduzidas devidamente assinaladas conforme amplamente solicitado em pronúncias anteriores destes serviços.</p>	<p>Reitera-se a fundamentação já apresentada no quadro de ponderação ao parecer emitido pela Entidade no âmbito da proposta de REN submetida para a 2.ª Reunião Plenária da CC da 1.ª Revisão do PDM:</p> <p>"As alterações/correções, advindas da 1.ª Reunião Plenária da CC, foram vertidas na MDJ da delimitação da REN, bem como nos respetivos Quadros de Ponderação apresentados. Neste contexto, a MDJ sofreu um número muito significativo de alterações, dando lugar à reformulação de um grande número de textos, dados, cartogramas, e mesmo de alguns subcapítulos de forma integral.</p> <p>Num primeiro momento, procurou-se manter esse registo de alterações no documento Word, mas este acabou por ficar demasiado "pesado", tendo sido necessário abandonar esse registo de alterações, sob pena de não ser possível trabalhar ou mesmo gravar o documento.</p> <p>Optou-se, assim, pela apresentação de uma MDJ "final" consolidada, onde, numa forma integral, se analisasse a delimitação da REN do concelho."</p>	
4. Apreciação técnica				
4.1. Aspectos gerais				

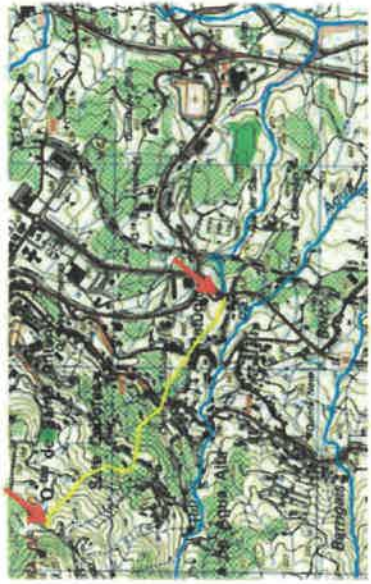
(ANEXO 3)


<p>AG.01</p>	<p>3</p>	<p>Relativamente à representação da hidrografia de base, e apesar de se verificar que foram realizadas correções/alterações, conforme indicado na MDJ e na shapefile <i>pnt_rev_CALM_Covilhã.shp</i>, estas retificações não são suficientes para assegurar uma correta representação da rede hidrográfica do concelho. Reitera-se o entendimento anteriormente comunicado de que a proposta apresentada não assegura uma correta representação da rede hidrográfica, carecendo de revisão.</p>	<p>Importa destacar, neste âmbito, a dificuldade em saber exatamente quantas e quais as linhas de água nas quais a Entidade considera necessário efetuar correções, na medida em que, nos diversos pareceres emitidos, foram sendo identificados casos exemplificativos e nunca fora identificadas as situações na sua totalidade. Reitera-se o já referido nos quadros de ponderação aos pareceres anteriormente emitidos pela Entidade: as OENR (Portaria n.º 336/2019 de 26 de setembro) explicitam que “a definição de cursos de água constante do regime jurídico da REN determina a seleção das linhas de água identificadas na cartografia de base que possuem as características mínimas para serem integradas na REN”.</p> <p>Para além disso, o n.º 6 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto estabelece que “os organismos e serviços públicos, bem como as entidades concessionárias de serviços públicos, só podem utilizar cartografia oficial ou, na ausência desta, cartografia homologada, desde que inscritas no Registo Nacional de Dados Geográficos” (SNIG), sendo a Direção-Geral do Território (DGT) a entidade competente para promover a constituição da Base de Dados Nacional de Cartografia.</p> <p>No caso específico da Covilhã, a cartografia utilizada (no PDM, e também como base para delimitação da REN) foi homologada pela DGT, no âmbito da qual foi apreciada a Rede Hidrográfica, conforme consta do “Relatório de avaliação da qualidade da Cartografia Topográfica do Município da Covilhã – 2021” que integrou o procedimento de Homologação. Assim, subsistem dúvidas quanto à eventual posição da DGT quanto ao tipo de alterações/atualizações sugeridas pela APA, na medida em que estas pressupõe correções de forma avulsa, e não obedecem aos necessários processos de homologação legalmente exigíveis.</p> <p>Salienta-se, igualmente, o problema das discrepâncias que decorrem das diferentes escalas de representação, nomeadamente entre a Cartografia de Base (1:5000), a Rede Hidrográfica Geocodificada do SNIAmb (Escala Equivalente 1:25.000), a Carta Militar (escala 1:25.000) e os Ortofotomapas da DGT (Resolução espacial: 25 cm/30 cm).</p> <p>Paralelamente, importa considerar as implicações que a representação de “novas” linhas de água que não coincidam com a realidade verificada no local, têm no exercício das competências das Câmaras Municipais e das Entidades, nomeadamente, no âmbito do Ordenamento do Território e da Gestão Urbanística.</p> <p>A eventual existência de linhas de água, que não sejam CALM, e que não estejam cartografadas encontra-se expressamente salvaguardada no n.º 1 do artigo 8.º da proposta de Regulamento do Plano, com a seguinte redação:</p> <p>“1 – Sempre que se verifiquem desfasamentos ou omissões entre a representação gráfica do domínio hídrico constante da Planta de Condicionantes e a realidade física do território, são aplicáveis às linhas de água identificadas no local todas as disposições legais e regulamentares relativas à servidão administrativa, devendo a área de intervenção de qualquer operação urbanística ser avaliada com base no traçado efetivamente existente”.</p> <p>Apesar de todos os argumentos acima apresentados, no sentido de procurar uma aproximação da proposta de REN à posição manifestada pela Entidade, foram sendo efetuadas, ao longo do processo de delimitação da REN (a decorrer em paralelo do processo de Revisão do PDM), diversas correções aos traçados dos CALM: ao todo, foram efetuadas 332 correções em traços de cursos de água, devidamente documentadas na Memória Descritiva da REN (ver imagem seguinte), em informação geográfica auxiliar e nos quadros de ponderação aos pareceres das entidades anteriormente emitidos. A maioria das alterações corresponde a correções de traçado, havendo também lugar a correção/integração em CALM de traços que se encontravam omissos na cartografia de base, bem como outras correções na forma de representação (polígono ou linha) do curso de água.</p>
--------------	----------	---	---

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			 <p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none">1. Cursos de água selecionados para integração na tipologia CALM2. Cursos de água selecionados para integração na tipologia CALM3. Cursos de água selecionados para integração na tipologia CALM4. Cursos de água selecionados para integração na tipologia CALM <p>Figura 4. Localização e tipo de correções do traçado efetuadas nos cursos de água selecionados para integrar a tipologia CALM</p> <p>Base cartográfica da figura: CAOP, 2023; Sisemap da ESR</p>	
4.2. Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre				
4.2.1. Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM)				
CALM.01	3 e 4	No que respeita à proposta de delimitação dos CALM, reitera-se o referido nos pareceres anteriores relativamente à cartografia de base - Rede Hidrográfica, designadamente nas consequências que advêm para a proposta de delimitação da REN. Esta questão foi, igualmente, abordada no processo de revisão do PDM.	<p>Decorrente do parecer da Entidade emitido no âmbito da Conferência Procedimental, o Município propõe também, adicionalmente, efetuar um conjunto de alterações de correção de traçado de CALM e/ou prolongamento de CALM para montante. Essas alterações encontram-se identificadas no Anexo I, apresentado neste mesmo documento, no final do quadro de ponderação.</p> <p>Note-se que as alterações propostas neste Anexo se reportam apenas aos CALM (âmbito do processo de delimitação da REN), sendo que nem todas as linhas de água identificadas pela Entidade no parecer cumprem os critérios de integração nesta tipologia da REN (não sendo, por esse motivo, alvo de redelimitação ou prolongamento para montante).</p>	-

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALIM.02	4	<p>Quanto à proposta de delimitação desta tipologia, continuam a subsistir questões que não foram acolhidas pela entidade e para as quais apresentamos o nosso entendimento:</p> <p>I. As linhas de água para montante da Albufeira da Cova do Viriato devem integrar a REN;</p> <p>Neste aspeto não se concorda com a interpretação apresentada pela CMC, recordando-se que as OEREN indicam no seu ponto 2.1 – Curso de água e respetivos leitos e margens, o seguinte:</p> <p>“Os cursos de água são delimitados em toda a sua extensão, ou seja, da nascente até à foz e a sua integração na REN deve ser precedida da verificação da sua evidência no terreno.”</p> <p>No nosso parecer com ref.º S061266-202310-ARHTO.DPI, consta “...Importa salientar desde já que esta tipologia não pôde ser devidamente analisada sem a cartografia vetorial da hidrografia do concelho, em falta...”, e que portanto, seria “...efetuada uma análise parcial e aleatória sobre a representação do traçado das linhas de água tendo em conta diversas fontes de informação cartográficas ou de imagens aéreas, com particular relevo para os ortofotomapas (DGT), no sentido de detetar situações não conformes com a realidade no terreno.”</p> <p>Assim, naquele parecer emitido sobre a delimitação desta tipologia, não nos foi possível fazer uma análise detalhada à mesma, por falta de informação disponibilizada pela entidade. Nos pareceres subsequentes tem também vindo a insistir-se que “no que respeita à cartografia de base – rede hidrográfica, tem repercussões significativas nesta tipologia”, “é ainda referida a representação das linhas de água da foz à nascente. Contudo, neste âmbito, existem ainda algumas situações a rever, tal como já referido.”, conforme consta no parecer com a Ref.º S041256-202407-ARHTO.DPI.</p> <p>A situação apontada sobre a Albufeira da Cova do Viriato foi expressamente reiterada no parecer com a Ref.º S032725-202506-ARHTO.DPI, em 06/06/2025.</p> <p>Desta forma, reafirma-se o apontado anteriormente sobre a necessidade de integrar na REN as linhas de água para montante da Albufeira da Cova do Viriato.</p>	<p>Propõe-se a integração em CALIM das duas principais linhas de água a montante da Albufeira da Cova do Viriato (nos troços sinalizados a amarelo na imagem infra).</p> 	Recomendação acolhida



N. REF. #	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CAUM.03	4 e 5	<p>II. Linhas de água que não estão representadas até à cabeceira;</p> <p>Verificou-se que do trabalho realizado no aperfeiçoamento da representação dos cursos de água CALM até à cabeceira, apenas se detetou, na totalidade do concelho, o prolongamento de três cursos de água. Subsistem, assim, muitas situações em que as incorreções se encontram por sanar. Apresenta-se, a título de exemplo, a Fig.1 representando uma dessas situações, reforçando que a verificação deverá ser assegurada pela CMC em todo o território, complementando idênticas situações, e não apenas no exemplo apontado.</p>  <p>Fig.1 (CALM) - Proposta atual (azul); Prolongamento até à nascente (amarelo)</p>	Ver ponderação ao ponto AG.01/Anexo I. Efetuam-se correções/alterações apenas em CALM.	Recomendação acolhida

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<p>III. Linhas de água representadas na Carta Militar, visíveis nos ortofotomapas e que não estão representadas na rede hidrográfica base.</p> <p>Como já referido, subsistem omissões na representação da rede hidrográfica, que se considera que deverão ser corrigidas. Esta representação é essencial para a correta delimitação da REN e da análise a efetuar. Identificou-se que existem, muitas omissões de linhas de água, sendo a zona de Tortosendo um exemplo claro desta questão, conforme se pode verificar na Fig. 2.</p>  <p>Fig. 2 - Exemplo de representação da rede hidrográfica em falta (Tortosendo): Rede hidrográfica apresentada (roxo); CALM (azul); Linhas de água, visíveis no ortofotomapa e representadas na Carta Militar (amarelo).</p>	Ver ponderação ao ponto AG.01/Anexo I. Efetuam-se correções/alterações apenas em CALM.	Recomendação parcialmente acolhida
CALM.04	5			
		<p>Neste contexto, considera-se que a proposta de delimitação das CALM deve ser revista tendo em conta as situações exemplificativas acima referidas, bem como os aspetos referidos nos pareceres antecedentes.</p> <p>Salienta-se que as situações apontadas, ilustram as implicações que as lacunas na representação da rede hidrográfica têm diretamente na elaboração da proposta de REN – CALM.</p> <p>Tendo em conta o exposto, considera-se que a proposta de delimitação da tipologia CALM não se encontra ainda em condições de ser aceite.</p>	Ver ponderação ao ponto AG.01/Anexo I. Efetuam-se correções/alterações apenas em CALM.	Recomendação acolhida
CALM.05	6			
4.2.3. Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA)				
AEIPRA.01	5 e 6	<p>Relativamente à componente das cabeceiras das bacias hidrográficas no município de Covilhã, não foram detetadas alterações quanto à metodologia ou resultado da delimitação das Cabeceiras das Linhas de Água.</p> <p>Neste contexto, nenhum aspeto se altera em relação ao parecer anterior, mantendo-se a necessidade de alertar que o referido na análise, remetida através do documento Nº S032725-202506-ARHTO.DPI, enquadrada nas orientações em vigor, não foi acolhida.</p> <p>Não obstante, uma vez que foram considerados os ajustes, explicitados no parecer Nº S041256-202407-ARHTO.DPI, ARHTO.DPI.00048.2022 e ARHTO.DPI.00103.2022, considera-se que a delimitação se encontra favorável condicionada ao resultado da revisão da rede hidrográfica da cartografia base.</p>	As alterações propostas aos CALM não têm influência na representação das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas	-

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
4.3. Áreas de prevenção de riscos naturais 4.3.1. Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC) 4.3.1.2. Agregação técnica				
ZAC.01	8	<p>i. Refere-se que não foi remetida, conjuntamente com a Proposta, uma versão da MDJ com identificação de todas as alterações introduzidas (com texto em cor diferente) de modo (...) a tornar eficaz a análise a efetuar", conforme solicitado no parecer antecedente.</p> <p>O QP fundamenta esta opção na circunstância de que «As alterações/correções, advindas da 1.ª Reunião Plenária da CC, foram verdadeiras na MDJ da delimitação da REN, bem como nos respetivos Quadros de Ponderação apresentados. Neste contexto, a MDJ sofreu um número muito significativo de alterações, dando lugar à reformulação de um grande número de textos, dados, cartogramas, e mesmo de alguns subcapítulos de forma integral.</p> <p>Num primeiro momento, procurou-se manter esse registo de alterações no documento Word, mas este acabou por ficar demasiado "pesado", tendo sido necessário abandonar esse registo de alterações, sob pena de não ser possível trabalhar ou mesmo gravar o documento.</p> <p>Optou-se, assim, pela apresentação de uma MDJ "final" consolidada, onde, numa forma integral, se analisasse a delimitação da REN do concelho».</p> <p>O fundamento respeita à 1.ª Reunião Plenária da CC.</p> <p>Considera-se que a opção considerada em sequência do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (parecer antecedente), da MDJ e outros elementos não serem apresentados com indicação das alterações; não é suscetível de ser enquadrada no fundamento anterior, ainda que o mesmo fosse eventualmente admitido, pelo facto das alterações em causa serem bastante inferiores.</p> <p>ii. Face ao parecer antecedente S032725-202506-ARHTO.DPI, bem como ao correspondente Quadro de Ponderação (QP) apresentado, cumpre esclarecer que, não obstante o mencionado no QP, verifica-se que a actual Proposta não introduz quaisquer alterações à versão anterior. Assim, é de referir o seguinte:</p> <p>a) Questão ZAC.02 do QP, referente à redação demasiado lata do EHH, considerando que este não era focado para o contexto da delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) no âmbito do RIJEN e das OENR, o QP indica que o contributo foi acolhido quando, na realidade, não o foi.</p> <p>b) Questão ZAC.03 do QP, considerada como "Contributo Registado", consta o comentário de que:</p> <p>"A informação vetorial, indicada pela entidade, consta da Informação Intermediária (delimitação da ZAC) apresentada em sede da 2.ª Reunião Plenária.</p> <p>Constando ainda os Registos de cheia analisados e a velocidade e profundidade de escoamento", nos ficheiros à altura enviados.</p>	<p>Discorda-se do argumento apresentado pela Entidade, pois as alterações efetuadas ao documento foram em número suficiente para que o documento Word se tornasse demasiado pesado e bloqueasse com alguma frequência, sendo inoperativa a opção de manter o registo de alterações.</p> <p>Importa salientar que as atualizações efetuadas não se resumem à REN Bruta, tendo sido também efetuadas significativas alterações à proposta de exclusões e à aferição às Áreas Urbanas Consolidadas, que tornavam o documento demasiado pesado.</p> <p>Salienta-se o esforço efetuado pelo Município/Equipa Técnica na apresentação do quadro de ponderação aos pareceres suficientemente detalhado para que se possa aferir as principais alterações efetuada.</p> <p>Por último, importa referir que nem o quadro de ponderação (prática comum), nem o documento da MDJ com registo de alterações (prática pouco comum para entrega de documento final às entidades) são exigíveis pelas OENR ou pelo RIJEN.</p>	Recomendação não acolhida
ZAC.03	8, 9 e 10		<p>Por lapso da Equipa na compilação dos elementos, foram anexados, no processo de REN que deu origem a este parecer, os ficheiros de Profundidade e Velocidade que não correspondiam, ainda, à versão atual das ZAC.</p> <p>Assim, e para que definitivamente deixe de haver dúvidas quanto à modelação efetuada, envia-se, juntamente com o presente Quadro de Ponderação, os ficheiros relativos aos mapas de profundidade e velocidade de escoamento atualizados, que correspondem à atual versão de ZAC.</p> <p>Note-se que, apesar do lapso que acima se assume, as imagens apresentadas no quadro de ponderação ao parecer da Entidade emitido no âmbito da 2.ª Reunião da CC (ponto ZAC.04 do quadro de ponderação então elaborado) eram já extraídas a partir da informação de profundidade e velocidade mais atuais (aquelas que agora se enviam).</p>	

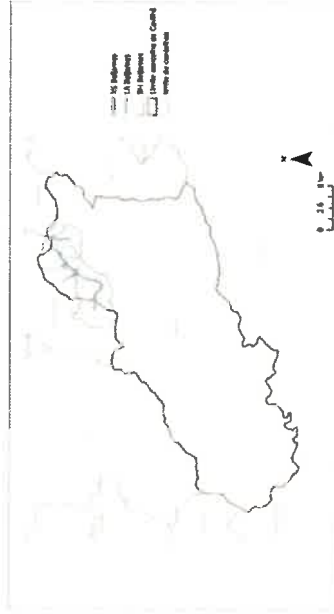
ZAC.04

8, 9 e
10

Note-se estar em causa o pedido da localização exata, em shapefile, das secções estudadas no Estudo Hidrológico e Hidráulico, de acordo com a localização das figuras, e completada com os atributos das tabelas, ambas do Anexo II do EHH, acrescida dos parâmetros profundidade e velocidade de escoamento.

Em resumo, fornecendo o exemplo do Rio Beiljames, pag.34 do "Anexo II - Secções de avaliação de caudal de pico de cheia para dimensionamento das ZAC" do EHH (ficheiro "0503_Anexo I – Cartografia de Risco de Inundação, Estudo Hidrológico, abril 2025.pdf", pag.161), as secções identificadas (figura seguinte) devem constar da informação geográfica, e a informação constante do quadro associada às secções (tabela seguinte), bem como a profundidade e velocidade de escoamento em cada uma dessas secções, deve integrar a tabela de atributos da referida informação geográfica. Esta informação não consta dos ficheiros intermédios, nem na versão anterior, nem na atual versão (note-se que a atual versão é idêntica à anterior).

Esta solicitação aplica-se às várias bacias estudadas, em conformidade com o Anexo II do EHH.



Secções de avaliação de caudal de pico, Rio Beiljames (Fonte – Figura da página 34 do Anexo II do EHH)

River	Reach	River Start	q (m³/s/km²)	Area (km²)	Q (m³/s)
Rio de Beiljames	Reach 1	10500	4,99	9,3	46
	Reach 2	4300	4,99	30,2	151
Rio de Beiljames	Reach 1	2600	4,99	38	189
	Reach 1	1400	4,99	41	205
BeiljamesME01	BeiljamesME01	2511	4,99	2,9	14
rioCova	rioCova	1000	4,99	4,0	20
rioSarzedo	rioSarzedo	500	4,99	3,0	17

Caudal de pico, para as secções estudadas. Rio Beiljames (Fonte – Tabela da página 34 do Anexo II do EHH)

As secções utilizadas para a avaliação do caudal de pico de cheia no âmbito do dimensionamento das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC), apresentadas no Anexo II do EHH, correspondem a secções da linha de água localizadas em pontos de variação significativa do caudal, onde ocorre a confluência e acumulação dos escoamentos provenientes dos afluentes a montante.

Importa distinguir essas secções (do Anexo II), utilizadas apenas para avaliação de caudal, da restantes secções transversais ao longo do rio (correspondentes aos River Station), utilizadas no modelo hidráulico e cuja informação geográfica "XS_covilha" se apresentou, na entrega anterior, na pasta 0503_REN_Intermedios\03_REN\ZAC\02_Secoes.

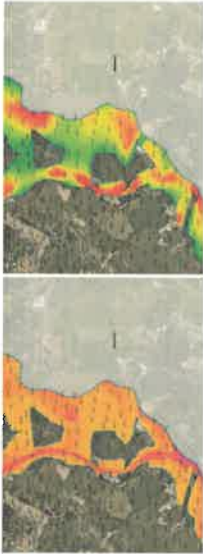
Note-se que uma "River Station" é um identificador numérico que localiza as secções transversais ("cross section") ao longo de um rio ou trecho ("reach"). Esse número representa a distância ao longo do eixo do rio, em metros, a partir de um ponto de referência.


Dando resposta ao solicitado pela entidade, foi efetuado um carregamento, na tabela de atributos da shapefile "XS_covilha_nov2025" (shapefile atualizada, correspondente aos River Stations), dos seguintes campos, com os respetivos valores:

- River - Nome do rio modelado
- Reach - Nome do trecho (segmento) do rio
- River Sta (River Station) - Estação do rio - distância (em metros) medida ao longo do trecho, de jusante para o montante
- Q Total - Caudal de escoamento na secção em estudo
- Min Ch El (Minimum Channel Elevation) - O ponto mais baixo da secção transversal do canal (o fundo do canal)
- W.S. Elev (Water Surface Elevation) - A elevação calculada da superfície da água na secção transversal
- Crit W.S. (critical water surface) - a elevação na qual o fluxo seria crítico (número de Froude = 1)
- E.G. Elev (Energy Grade Elevation) - A elevação da linha de energia total (superfície da água + altura de velocidade)
- E.G. Slope (Energy Grade slope) - declive da linha de energia entre duas secções transversais
- Vel Chnl - velocidade média no canal
- Flow Area - área de escoamento na secção transversal
- Top Width - largura da superfície de escoamento na secção transversal
- Froude # Chl - nº de Froude

Apresenta-se, de seguida, a imagem correspondente a essa shapefile ("XS_covilha_nov2025"), e respetiva tabela de atributos:

A consulta desta informação, por seção, não dispensa a consulta/comparação com os mapas de profundidade/velocidade também apresentados, referidos no ponto anterior (ZAC.03).

<p>ZAC.05</p>	<div> <div> <p>10, 11 e 12</p> </div> <div> <p>c) Relativamente à questão identificada na ZAC.04, de que a delimitação das ZAC representada na Imagem D da Figura 40 do EHH (Fig. ZAC-1 do parecer antecedente), não se afigurava viável do ponto de vista da representação das ZAC no local, independentemente dos testemunhos obtidos no trabalho de campo da Equipa Técnica (ET), tendo-se na altura solicitado a correção daquela mancha, a recomendação não foi acolhida como descrito no QP.</p> <p>É referido que, “Transversalmente, observa-se que o resultado “bruto” é coerente nas duas margens do rio Zêzere, mostrando-se com a mesma cota de inundação.</p> <p>No caso das áreas vazias de maior dimensão, através da análise dos pontos cotados da cartografia de base homologada, verifica-se, genericamente, que estas se encontram acima da cota de inundação apresentada (...).</p> <p>Neste contexto, entende o Município/ET, manter a delimitação dos vazios da ZAC”.</p> <p>“Relativamente às incorrências registadas nos ficheiros da profundidade e velocidade de escoamento, importa salientar que, por lapso, foi integrado, no processo da REN remetido para a 2.ª Reunião da CC, uma versão antiga e desatualizada dos ficheiros de profundidade e escoamento.</p> <p>Para que não restem dúvidas sobre os resultados intermédios da delimitação da tipologia, mais especificamente, os mapas de profundidade e velocidade de escoamento que fundamentam a delimitação das ZAC, juntam-se ao processo da delimitação da REN os ficheiros atualizados”.</p> <p>Clarifica-se que os ficheiros agora apresentados não esclarecem as dúvidas suscitadas. Por outro lado, não obstante o mencionado no QP, reforça-se o anteriormente exposto:</p> <p>“O local é aplanado, localizado em zona de confluência de dois cursos de água com caudal elevado em situação de evento de precipitação extrema, com vasta área contributiva, sendo que as diferenças de cotas entre as áreas delimitadas como ZAC e as bolsas/áreas excluídas não são expressivas, o que não permite garantir com segurança que o nível de água decorrente de cheia centenária, não atinja essas áreas”.</p> <p>Reforça-se que a área em causa (representada na figura seguinte) integra a Zona Adjacente (ZA) ao rio Zêzere publicada pela Portaria n.º 10553/93, de 19 de outubro.</p> <p>Salienta-se ainda que, embora as OENR não definam o acentuado de precipitação na situação de eventos extremos em consequência das alterações climáticas, o seu efeito não é desprezível, pelo que deve ser acautelado o segurança do local. Dizem as OENR, na sua Seção II, n.º 10, que “a delimitação da REN deve evoluir em paralelo com a disponibilidade de informação que permita delimitações mais rigorosas (e.g. conhecimento mais rigoroso acerca da recarga e descarga de aquíferos resultante de modelos numéricos de escoamento subterrâneo e da delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias) ou maiores certezas sobre certos fenómenos (e.g. efeitos das alterações climáticas e respetivos cenários), privilegiando-se para o efeito os mecanismos de dinâmica dos instrumentos de gestão territorial”.</p> <p>As alterações climáticas são atualmente uma evidência que, associadas às incertezas dos parâmetros e dos procedimentos de modelação hidrológica, cumulativas, justificam a adoção de soluções de menor risco.</p> <p>As áreas indicadas na figura seguinte devem integrar as ZAC, pelas razões apontadas.</p> </div> </div>	<div> <div> <p>Relativamente à profundidade e velocidade de escoamento, os ficheiros agora submetidos (ver ponderação ao ponto ZAC.03), juntamente com a informação pormenorizada por secção (ver ponderação ao ponto ZAC.04) fundamentam, do ponto de vista técnico, e de forma bastante sólida, a delimitação da ZAC apresentada.</p> <p>No quadro de ponderação ao parecer da Entidade emitido no âmbito da 2.ª Reunião da CC, é também referido pelo Município, para além do que a entidade menciona, o seguinte:</p> <p>“Abaixo apresenta-se uma imagem onde se procura explicar o resultado, na zona mencionada pela entidade. Como resultado da simulação da área inundável “bruta” (polígono azul-claro), observam-se algumas áreas vazias (círculo amarelo), nomeadamente em zonas onde os curvas de nível efetuam uma inflexão (apontando para a existência de um pequeno “morro”, corroborado por alguns pontos cotados ligeiramente superiores à envolvente, intercalados com outros com cota similar.</p> <p>Neste caso, para delimitação da ZAC (trama castanha), o vazio foi colmatado, tornado a ZAC mais orgânica e aderente ao território.”</p> <p>Essa fundamentação é acompanhada pelas seguintes imagens de profundidade e velocidade de escoamento (que já correspondiam, aquando da elaboração do quadro, aos ficheiros de profundidade e velocidade de escoamento mais atualizados, referidos na ponderação ao ponto ZAC.03)</p>  <p>Ao contrário do que a Entidade menciona não existem “bolsas/áreas excluídas”, mas sim áreas “não incluídas”;</p> <p>nunca se excluíram estas manchas, uma vez que elas não integram o resultado “bruto” da ZAC.</p> <p>Essas bolsas “não incluídas”, nesta área em específico, são bastante expressivas, na medida em que apresentam áreas aproximadas de 13 ha e de 7,5 ha. Note-se que, de acordo com as OENR (Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro), Seção II – Diretrizes para a delimitação, Ponto 16: “A generalização e agregação das manchas resultantes da aplicação dos critérios de delimitação devem seguir parâmetros ponderados a nível regional, a desolver pelas CDDR em função do contexto de aplicação, assegurando congruência intraregional”.</p> <p>Desconhecem-se parâmetros de nível regional, que estejam a ser aplicados, e que indiquem claramente a necessidade de preenchimento de “vazios” de área inferior a 13 ha ou 7,5 ha na REN, na tipologia ZAC (o que seria contraditório à ordem de grandeza dos valores de generalização/preenchimento de vazios que têm sido adotados noutras tipologias REN).</p> <p>Quanto às diferenças que existem entre as ZAC e a Zona Adjacente, entende-se que essa matéria já se encontra devidamente fundamentada e documentada (com exemplos concretos) no capítulo 4.3.4. Comparação dos resultados das áreas inundáveis simuladas com a Zona Adjacente em vigor. Do ponto de vista técnico, é incorreto e incoerente, do ponto de vista metodológico, forçar a integração em ZAC de uma área com base no facto de se encontrar em Zona Adjacente, pelos motivos que se apontam nesse capítulo do EHH (pg. 117 e seguintes), onde se refere, nomeadamente, o seguinte: “De notar que, mesmo com esta nova delimitação de ZA (sobre uma cartografia à escala 1:25 000), observam-se ainda – quando, por exemplo, comparada a ZA com cartografia militar (à escala 1:25 000) – erros de delimitação, designadamente a existência de cotas diferentes de ZA em ambos as margens de uma mesma secção do curso de água, bem como diversas áreas onde ZA não</p> </div> </div>	<p>Recomendação não acolhida</p>
---------------	--	---	----------------------------------

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		 <p>Confluência do rio Zêzere com a ribeira da Gaia. Proposta de ZAC (setembro de 2025), a cor vermelha. Bolsas identificadas pelas setas devem integrar as ZAC</p>	<p><i>segue corretamente as curvas de nível (...). Comparando, então ambas as áreas (ZA e área inundável simulada) verifica-se que as diferenças resultam, sobretudo, de um muito menor rigor cartográfico que esteve subjacente à delimitação da ZA. Estas situações tornam-se ainda mais evidentes, quando comparada a ZA com a cartografia de base do concelho (elaborada à escala 1:5 000)". A Figura 40 do EHH é ilustrativa da falta de rigor da ZA, que impede que a mesma seja considerada para efeitos de correção da delimitação da REN.</i></p> <p>As OENR apontam para a eventual consideração sobre os efeitos das alterações climáticas mediante "maiores certezas". A própria Entidade assume, porém, as "incertezas dos parâmetros e dos procedimentos de modelação hidrológica". Assim, ainda que o Município partilhe, totalmente, da visão de segurança do local e de adoção de soluções de menor risco, conclui que não existe fundamentação técnica para integrar, de forma avulsa, determinadas áreas em ZAC em função dos cenários de alterações climáticas, e deixar outras áreas de fora.</p> <p>Entende o Município que a eventual possibilidade de considerar os cenários de alterações climáticas (a qual nunca foi sugerida, nos pareceres anteriores, pela Entidade), não poderia, de forma alguma, ser materializada de forma avulsa. Seria necessário refazer todo o exercício do estudo hidrológico e promover um novo estudo hidráulico, tendo por base novos caudais, o que se torna, evidentemente, nesta fase fina dos trabalhos de delimitação da REN, não exequível. Seria também necessário que fossem estabelecidos, previamente, critérios, a nível nacional e/ou regional, que permitissem, nomeadamente, a coerência interconcelhias da delimitação da ZAC.</p> <p>Neste contexto, e pelos argumentos acima expostos, entende o Município manter a delimitação da ZAC apresentada.</p>	
ZAC.06	12, 13	<p>d) No que respeita à ZAC.05, a recomendação dos serviços não foi acolhida, tanto no que respeita à revisão da hidrografia de base (fundamentação exposta em AG.01 do QP e a avaliar nesse âmbito), como na revisão da localização do registo de ocorrências de cheias fornecido pela APA, de modo que aquelas sejam devidamente ponderadas na delimitação das ZAC.</p> <p>O QP refere que "O Município já efetuou, no âmbito da proposta de REN apresentada no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC, um significativo esforço de aferição, partindo de dados de base com pouca consistência e incompletos (fornecidos pela entidade), que resultaram, mesmo com o conhecimento sobre o território em questão, numa grande incerteza. Conclui-se, assim, conforme já exposto, que os mesmos se demonstram inadequados para serem considerados no âmbito da delimitação da tipologia, não sendo viável ou consequente, qualquer nova tentativa de aferição (...)"</p>	<p>Não se entende o que a Entidade sugere com uma eventual "revisão da localização do registo de ocorrências de cheias". Para além disso, no quadro de ponderação ao parecer da Entidade emitido no âmbito da 2.ª Reunião da CC, bem como na MDJ, explica-se a principal razão para o não acolhimento ou integração, na ZAC, de um significativo número de registos. O principal motivo prende-se com a falta de qualidade/fiabilidade dos dados: "... 53% dos registos tem uma localização estimada, devido aos dados fornecidos não estarem georreferenciados, não terem uma altimétrica associada e não possuírem uma descrição detalhada da sua localização.</p> <p>Estes dados, pela natureza da sua origem, sobretudo associada a fenómenos de inundação urbana, não permitem tirar conclusões consistentes acerca da delimitação das ZAC, ao contrário do que sucede na comparação com os registos municipais efetuada no subcapítulo seguinte."</p> <p>Assim, acrescenta-se aos argumentos anteriormente apresentados, nos pontos seguintes, a análise aos casos particulares identificados pela entidade.</p>	Recomendação não acolhida


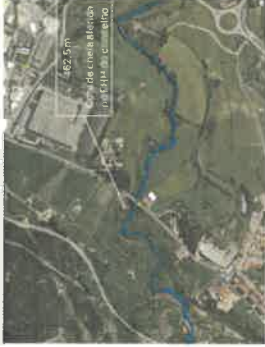


ZAC.07










12, 13

A título exemplificativo, a figura seguinte demonstra que existem registos de ocorrências de cheia, fornecidos pela APA, que não devem ser desconsiderados, cuja informação do município (constante da tabela de atributos da informação geográfica do registo de cheias fornecido pela APA, completada com informação do município ou outra), é inconsistente com a proposta de delimitação das ZAC apresentada.



Registo de ocorrência de cheia, a cor amarela, e respetiva tabela de atributos (Fonte - APA, com complemento da Equipa Técnica); Proposta de ZAC, a cor vermelha (Fonte - CMC, datada de abril de 2025)

<p>O registo de ocorrência de cheia remetido pela Entidade apenas apresenta os seguintes dados, não sendo indicado o troço abrangido, a cota de cheia, ou quaisquer outros dados. Assim, o ponto assumido para comparação com os resultados das ZAC foi meramente indicativo, considerando-se o ponto mais próximo do curso de água.</p> <table><tr><td>10</td><td>Lovinha</td><td>16-09-2023 16:30</td></tr><tr><td>11</td><td>Covilhã</td><td>17-09-2023 11:10</td></tr><tr><td></td><td>Covilhã</td><td>17-10-2023 9:55</td></tr></table> <p>Apresenta-se abaixo imagens da zona em questão, com as cotas aproximadas de cheia (462,5) e da Av. Cidade do Rio de Janeiro (466m) do Rio de Janeiro, na zona mais próxima do curso de água (466m)</p> <div></div> <p>Apresenta-se, também, o perfil de elevação (Google Earth), com indicação aproximada da cota de cheia aferida no EHH, que mostra a zona de vale a montante da Avenida e a grande diferença de cota existente.</p> <div></div> <p>Apresenta-se, também, um conjunto de fotografias retiradas no local, nos locais indicados (pontos vermelhos) na imagem infra.</p>		10	Lovinha	16-09-2023 16:30	11	Covilhã	17-09-2023 11:10		Covilhã	17-10-2023 9:55	Recomendação não acolhida
10	Lovinha	16-09-2023 16:30									
11	Covilhã	17-09-2023 11:10									
	Covilhã	17-10-2023 9:55									

N. REF. A	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			        	<p>Pelos motivos expostos, o registo não tem consistência suficiente para influenciar o resultado das ZAC, sendo que o registo poderá eventualmente ter decorrido de algum entupimento das passagens subterrâneas.</p>

ZAC.07

13, 14

Também a figura seguinte é representativa de uma ocorrência de cheia na Rua das Almas, cujo registo foi fornecido pela APA, não admitida para efeitos de ajuste da mancha de ZAC, embora a proximidade a linha de água e a ZAC. Consta da tabela de atributos que a ZAC proposta não atinge a cota do arruamento e que a ocorrência deverá dever-se a insuficiente capacidade de vazão do coletor pluvial. No entanto, pela figura (registo fotográfico aéreo) observa-se a contiguidade do referido arruamento ao curso de água, pelo que é provável que a ocorrência em causa se deva efetivamente ao transbordamento da referida linha de água.

Figura superior: Rua das Almas. Registo de ocorrência de cheia, a cor amarela e esverdeada indica a linha de água, a cor vermelha indica a ZAC. Figura inferior: Registo fotográfico aéreo da Rua das Almas e da linha de água contígua, sobre a cor amarela (fonte - GoogleEarth)

O registo de ocorrência de cheia remetido pela Entidade apenas apresenta os seguintes dados, não sendo indicado o troço da rua abrangido, a cota de cheia, ou quaisquer outros dados. Assim, o ponto assumido para comparação com os resultados das ZAC foi meramente indicativo, considerando-se o ponto mais próximo do curso de água.

35	Urbana	Rua da Espada n.º 20	20-12-2019 17:15
36	Civil	Rua das Almas	20-12-2019 18:15
37	Civil	Avenida 8 Março	20-12-2019 18:30

Na imagem infra, observa-se que a zona da Rua das Almas mais próxima do curso de água (onde se marcou o ponto, apenas a título indicativo) apresenta uma cota de 472,5m, expressivamente acima da cota de cheia resultante do EHH (468,25m)

Apresenta-se, também, um conjunto de fotografias retiradas no local, nos locais indicados (pontos vermelhos) na imagem infra.

Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			 <p>O Município não dispõe de qualquer registo de fenómenos de cheia associados a transbordo do leito nesta urbanização, e os meios de comunicação locais também não dão conta de qualquer episódio neste arruamento à data do registo. Uma notícia publicada alguns dias depois da data indicada no registo, dá nota de várias ocorrências devido ao mau tempo, e nada refere relativamente a esta urbanização ou à Rua das Almas: https://radio-covilha.pt/2019/12/sociedade/mais-de-100-ocorrencias-marcam-ultimos-dias-de-mau-tempo-na-covilha/</p> <p>Pelos motivos expostos, o registo não tem consistência suficiente para influenciar o resultado das ZAC. Note-se que a Rua das Almas contorna toda a urbanização e intersesta, em dois pontos, a Rua João XXIII. Pela sua conformação e traçado, é um arruamento que poderá ter alguma suscetibilidade a fenómenos de inundação urbana, não enquadráveis em ZAC, nomeadamente em caso de entupimento das infraestruturas de drenagem pluvial e/ou das passagens subterrâneas.</p>	

<p>ZAC.07</p> <p>15</p>	<p><i>Foram igualmente desconsideradas algumas marcas de cheias resultantes do trabalho de campo (exemplo meramente ilustrativo, figura seguinte).</i></p> <div data-bbox="609 1391 900 1807"> </div> <p>Ribeiro do Cravancinha. Registo de ocorrência de cheia resultante de trabalho de campo, a cor de rosa, na confluência de dois cursos de água, Ribeiro do Cravancinha, e afluente deste da margem esquerda. Não consta proposta de ZAC (Fonte – CMC)</p>	<p>Parece existir, da parte da Entidade, alguma confusão. O ponto identificado pela entidade não corresponde a uma marca de cheia, mas sim a um “ponto de partida”, ou seja, um local aproximado que foi selecionado, previamente, para realização de trabalho de campo (ou seja, um ponto de partida, ou localização aproximada, onde foram avalladas eventuais marcas de cheia existentes).</p> <div data-bbox="371 586 691 1043"> </div> <p>Na imagem infra, assinala-se o “ponto de partida” a vermelho, e a marca de cheia existente a amarelo.</p> <div data-bbox="719 221 893 1043"> <p>Este ponto de trabalho de campo deu origem a uma ficha específica que consta do Anexo I – Registos históricos de cheia no concelho da Covilhã (trabalho de campo). Conforme descrito na ficha que consta das páginas 7, 8 e 9 do Anexo I do EHH, existem alguns vestígios nas margens da ribeira, a uma cota de 480,05m. Foi também recolhido um testemunho no local: “O Senhor Engenheiro Gilberto Mendes, que trabalha no edifício há mais de 6 anos, garantiu que nunca assistiu a cheias naquele local e que o caudal do ribeiro nunca ultrapassou o nível dos vestígios existentes nas margens (detritos presos na vegetação marginal e musgo na pedra), cuja cota identificada é de 480.05 metros”.</p> </div> <div data-bbox="922 221 1021 1043"> <p>A cota de cheia registada (480.05m), não abarca, por isso, a zona do pavilhão, estando integrada na margem da ribeira. Ao longo deste curso de água, não se observam, também, características ou registos que justifiquem a sua integração em ZAC. Apresentam-se, de seguida, fotos do local, com indicação de algumas cotas do leito e das marcas de cheia.</p> </div> <div data-bbox="1045 439 1265 1034"> </div> <div data-bbox="1283 479 1300 1034"> <p>Recolha de testemunho junto ao edifício Industrial Medição da cota junto a afloramento rochoso</p> </div>
-------------------------	--	--

N. REF. #	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
				
			Face ao exposto, tendo em conta a sua não integração em ZAC e o facto de o local ter sido alvo de avaliação numa atitude preventiva por parte do Município, poderá este ponto ser retirado do Anexo I do EHH, caso a Entidade assim o entenda.	

N.º REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO																								
ZAC.08	15	<p><i>Insiste-se na verificação e ou confirmação dos registos de ocorrências de eventos de cheias provenientes das diversas fontes disponíveis, os quais devem integrar um ficheiro único de informação geográfica (shapefile), cuja tabela de atributos compreenda as coordenadas, a cota altimétrica (se existente), a origem da informação e, quando os mesmos forem ignorados ou rejeitados, fundamento relativamente ao mesmo. Por princípio, a delimitação das ZAC deve incluir ou ser balizada pelas marcas de cheia resultantes do transbordo de cursos de água, pelo que a desconsideração dessas marcas deve ser adequadamente alicerçada.</i></p> <p><u>Pelo exposto, deverá haver ajustamento/redelimitação das ZAC, face às marcas de cheias que venham a ser validadas.</u></p>	<p>Não se compreende a insistência na verificação ou confirmação dos registos de ocorrências, uma vez que a mesma foi efetuada com grande detalhe, sendo devidamente explicada e fundamentada. A título de exemplo, apresenta-se uma imagem do detalhe que é apresentado no Quadro 41, complementado com diversos cartogramas, como os que constam, por exemplo, da figura 31 do EHH.</p> <p>Quadro 41. Análise da incidência de áreas inundadas nos registos de cheias/inundações da ANEPC</p> <table> <tr> <th>ID</th><th>Data</th><th>Descrição</th><th>Coordenadas geográficas (WGS 1984)</th><th>Incidência em ZAC</th><th>Análise</th></tr> <tr> <td>1</td><td>09/03/2018 10:47</td><td>Rua Comendador Campos Melo (R 70)</td><td>7.5041325°W 40.2623285°N</td><td>Não</td><td>Sem linha de água na envolvente, prevê-se registro de inundação urbana.</td></tr> <tr> <td>2</td><td>09/03/2018 11:22</td><td>EN 18 - Ojeda</td><td>7.3923254°W 40.3455533°N</td><td>Não</td><td>Não foi possível determinar a localização exata deste ponto. A EN encontra-se numa cota muito superior à cota máxima das águas de cheias, não sendo, portanto, afetada pelo mesmo. Tipo de EN também não está alterado pela Zona Adjacente.</td></tr> <tr> <td>3</td><td>09/03/2018 20:50</td><td>COVILHANCIVILIA, SAO PEDRO COVILHA, CAMAROS COVILHANCIVILIA 8200-344-@INTERMARCHE SUPERMERCADO057541</td><td>7.4932211°W 40.2706057°N</td><td>Não</td><td>Sem linha de água na envolvente, prevê-se registro de inundação urbana.</td></tr> </table> <p>Figura 31. Incidência de áreas inundadas nos registos de cheias/inundações da ANEPC (30m, 30m)</p>	ID	Data	Descrição	Coordenadas geográficas (WGS 1984)	Incidência em ZAC	Análise	1	09/03/2018 10:47	Rua Comendador Campos Melo (R 70)	7.5041325°W 40.2623285°N	Não	Sem linha de água na envolvente, prevê-se registro de inundação urbana.	2	09/03/2018 11:22	EN 18 - Ojeda	7.3923254°W 40.3455533°N	Não	Não foi possível determinar a localização exata deste ponto. A EN encontra-se numa cota muito superior à cota máxima das águas de cheias, não sendo, portanto, afetada pelo mesmo. Tipo de EN também não está alterado pela Zona Adjacente.	3	09/03/2018 20:50	COVILHANCIVILIA, SAO PEDRO COVILHA, CAMAROS COVILHANCIVILIA 8200-344-@INTERMARCHE SUPERMERCADO057541	7.4932211°W 40.2706057°N	Não	Sem linha de água na envolvente, prevê-se registro de inundação urbana.	Recomendação não acolhida
ID	Data	Descrição	Coordenadas geográficas (WGS 1984)	Incidência em ZAC	Análise																							
1	09/03/2018 10:47	Rua Comendador Campos Melo (R 70)	7.5041325°W 40.2623285°N	Não	Sem linha de água na envolvente, prevê-se registro de inundação urbana.																							
2	09/03/2018 11:22	EN 18 - Ojeda	7.3923254°W 40.3455533°N	Não	Não foi possível determinar a localização exata deste ponto. A EN encontra-se numa cota muito superior à cota máxima das águas de cheias, não sendo, portanto, afetada pelo mesmo. Tipo de EN também não está alterado pela Zona Adjacente.																							
3	09/03/2018 20:50	COVILHANCIVILIA, SAO PEDRO COVILHA, CAMAROS COVILHANCIVILIA 8200-344-@INTERMARCHE SUPERMERCADO057541	7.4932211°W 40.2706057°N	Não	Sem linha de água na envolvente, prevê-se registro de inundação urbana.																							
			<p>Por último, entende o Município que será mais benéfico, em termos de organização dos ficheiros intermédios, manter a informação geográfica em <i>shapefiles</i> separadas, em função das diferentes fontes, do diferente grau de detalhe (campos diferentes da tabela de atributos) e também da maior ou menor fiabilidade que as bases de dados (relativas aos registos de cheias) apresentam. Esta opção será, também, mais coerente com a estratégia adotada em termos de abordagem aos registos, com reflexo na própria estrutura do EHH, onde se apresentam, em capítulos distintos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 4.3.2. Comparação dos resultados das áreas inundáveis simuladas face aos registos de cheias/inundações da ANEPC; 4.3.3. Comparação dos resultados das áreas inundáveis simuladas face aos registos municipais históricos de cheias (complementado pelo Anexo I). 																									

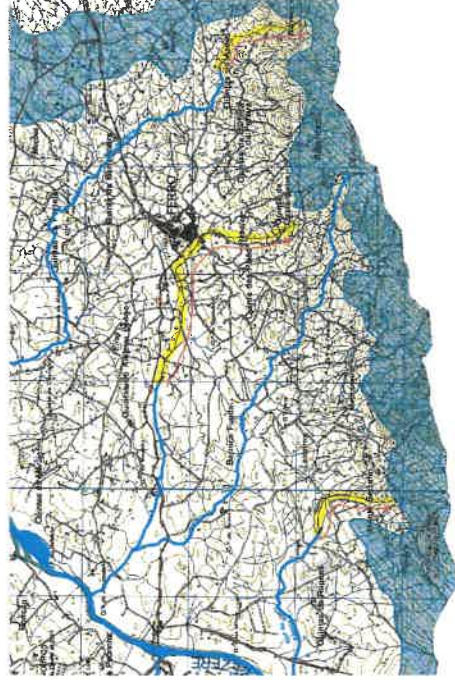
N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.09	15	e) A ZAC.06 não introduz preocupação no âmbito da delimitação das ZAC, não se tendo anteriormente solicitada qualquer retificação. Quanto à proposta de exclusão explicitada, a mesma será analisada em sede e tempo próprios.		Contributo registado
5. Áreas Urbanas Consolidadas				
AUC.01	16	Quanto à metodologia apontada pela CM Covilhã para a oferta das tipologias AEIPRA e AEREHS através das AUC, a APA mantém o seu entendimento de que a exclusão de áreas da REN deverá decorrer no contexto das exclusões. Desta forma, mantém-se a posição expressa no parecer anterior.	Metodologia com parecer favorável da CCDRC.	-
6. Exclusões				
EXC.01	16	Relativamente aos pedidos de exclusões, considera-se que a proposta ainda não reúne as condições para poder ser alvo de análise quanto a esta matéria, emitindo-se globalmente parecer desfavorável.	Proposta de exclusões com parecer favorável/favorável condicionado da CCDRC	-

ANEXO – Proposta de alteração da tipologia CALM (ponderações CALM.03 a CALM.05)

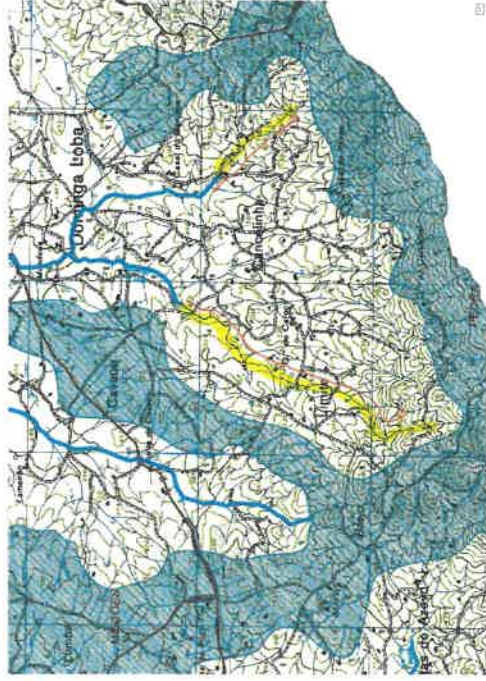
Cursos de água em Tortosendo (CALM | C_12 e C_13) – Linha amarela – opção de correção/prolongamento do CALM



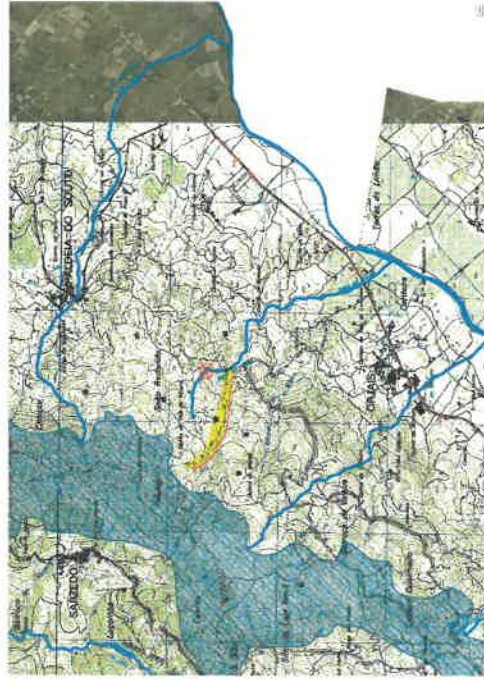
Ribeira da Raposa, curso de água (sul do lugar de Ferro) e ribeira do Molinho (CALM | C_1, C_52 e C_17) – Linha amarela – opção de prolongamento do CALM



Ribeira da Pontinha e afluente (CALM | C_63, C_78) – linha amarela – opção de prolongamento do CALM



Ribeiro do Poulo (CALM | C_25) – linha amarela – opção de correção/prolongamento do CALM



QUADRO 3

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CDRC) – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

Ponderação do parecer emitido em sede de Conferência Procedimental realizada no dia 04 de novembro de 2025 (UOT-DOT 1653/2025)

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA REN	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REN. 01	6 e 7	4. Proposta de exclusão de áreas de REN Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN			
REN. 02	12	5. Carta da proposta de delimitação da REN do município da Covilhã A Carta da REN prevista no artigo 9.º do RJREN deve ser apresentada à escala do Plano e vai integrar todas as áreas a incluir e a excluir da REN, devidamente identificadas e diferenciadas, elaborada de acordo com todas as especificações da "Norma Técnica para a Produção e Reprodução das Cartas de Delimitação da REN", aprovada pela Aviso n.º 9282/2021, de 17/05.		Ver "Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN – Ponderação", apresentada de seguida.	-
REN. 03	13	7. Conclusão (...) Sobre a proposta de exclusão de áreas de REN e face aos elementos apresentados - deve a mesma ter em atenção a posição assumida pela CCDR Centro na Tabela 1. - alerta-se a Câmara Municipal que nas áreas de exclusão abrangidas pela tipologia zonas ameaçadas pelas cheias, que por força da proposta de ordenamento sejam classificadas como zonas inundáveis em perímetro urbano, devem ser implementadas medidas que salvaguardem as funções desta tipologia de REN estabelecidas no respetivo regime jurídico, nomeadamente, prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens, garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas, regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas, estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa, manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.		Ver "Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN – Ponderação", apresentada de seguida. No Regulamento do PDM, é adotado um normativo (SECÇÃO VI – RISCO DE INUNDAÇÃO / Artigo 42.º - Zonas inundáveis), a aplicar às áreas de exclusão da tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias, que por força da proposta de ordenamento são classificadas como Zonas Inundáveis. Esse normativo dá resposta às preocupações elencadas pela entidade.	Recomendação acolhida

(ANEXO 4)

Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN - Ponderação

Exclusão	Superfície (m ²)	Tipologia(s) REN	Fim a que se destina / Uso proposto	CCDR Centro		Câmara Municipal da Covilhã		RESULTADO DA PONDERAÇÃO
				Parecer	Critério	Observações	NOTAS E COMENTÁRIOS	
C1	11 086,69	AEIPRA+ZAC	Espaços de Atividades Industriais	Favorável condicionado	1	mancha foi substancialmente reduzida passando a incluir apenas o edificado existente condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos RERAe - decisão favorável condicionada - o comprovativo de legalidade das construções existentes só pode ser viabilizado pela alteração da REN		Recomendação acolhida
C2	12 122,65	ZAC	Área de Edificação Dispersa	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - atualmente não integra a Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos		Recomendação acolhida
C3	8044,09	AEREHS	Espaços destinados a Equipamentos e Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável condicionado	3	PNSE	Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acrece que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF emitido no âmbito da 2.ª Reunião da CC) que estabelece que em caso de conflito normativo prevaleçam as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina a exclusão pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão a apresentada.	-
C4	10 544,21	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos e Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1			-
C5	9694,94	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos e Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1			-
C6	3615,52	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1			-
C7	1113,55	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1			-
C8	1111,19	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1			-
C9	12 101,28	AEIPRA	Espaços Agrícolas de Produção	Favorável	1			-
C10	1119,97	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos		Recomendação acolhida
C11	1344,48	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos		Recomendação acolhida
C12	16 471,63	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	junto as exclusões C10 e C11 da 2ª CC	Comprovativo da legalidade das construções existentes foi apresentado no Quadro de Ponderação ao parecer da CCORC emitido no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC, com correspondência aos códigos de exclusões C10 e C11, então apresentados. O referido Quadro de Ponderação integra a versão cinco (v5) da proposta de delimitação da REN/versão dois (v2) da proposta de exclusão de áreas de REN, com data de setembro de 2025.	-
C13	1157,46	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos		Recomendação acolhida
C14	1045,03	ZAC	Espaços	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração		Recomendação

			Habitacionais Tipo II			na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos			acolhida
C15	80,08	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável condicionado	1	na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos			Recomendação acolhida
C16	545,18	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável condicionado	1	na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos			Recomendação acolhida
C17	2972,17	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos			Recomendação acolhida
C18	2465,20	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-			-
C19	2740,92	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-			-
C20	698,90	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-			-
C21	19 652,63	AEIPRA	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE		Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas. Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acrece que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C22	24 203,13	AEIPRA+AEREHS	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE		Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas. Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acrece que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C23	4314,49	AEIPRA+AEREHS	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE		Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas. Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acrece que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C24	4165,43	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-			-
C25	14 660,16	AIV	Espaços de Uso Especial — Espaços de	Favorável	1	Juntou as exclusões C21 e C24 da 2ª CC			-

		Equipamentos, Espaços Habitacionais Tipo I					
C26	1 046,25	AIV	Favorável	1	-	-	-
C27	65,91	AIV	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C28	8 783,59	AIV	Favorável	1	-	-	-
C29	7 433,83	AIV	Favorável	1	-	-	-
C30	8532,94	AIV	Favorável	1	-	-	-
C31	2 286,75	AIV	Favorável	1	-	-	-
C32	17 713,66	AIV	Favorável	1	Juntou as exclusões C31, C32 e C33 da 2ª CC	-	-
C33	12 673,53	AIV	Favorável	1	Juntou as exclusões C34 e C35 da 2ª CC	-	-
C34	803,36	AIV	Favorável	1	-	-	-
C35	485,61	AIV	Favorável	1	-	-	-
C36	4 056,38	AIV	Favorável	1	-	-	-
C37	6 825,19	AEIPRA+ZAC	Favorável condicionado	1	Juntou as exclusões C38 e C39 da 2ª CC a área de exclusão integra o edificado existente e as áreas de circulação necessárias para o normal funcionamento da atividade, decorre de processo RERAE condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos. Compatível com RAN.	-	Recomendação acolhida
C38	37 253,05	AEIPRA	Favorável	1	apenas se aceita a exclusão das áreas aprovadas pelo Despacho 3170/2023	-	Recomendação acolhida
C39	22 944,72	AEIPRA+AEERHS	Favorável condicionado	1	-	-	-
C40	13 492,10	AIV	Favorável	1	-	-	-
C41	2 027,36	AIV	Favorável	1	-	-	-
C42	5 838,34	AIV	Favorável	1	-	-	-
C43	1 071,44	ZAC	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração	-	Recomendação

			Habitacionais Tipo II			na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos		acolhida
C44	462,01	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C45	1 469,75	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	PIP válido	-	-
C46	62 357,07	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	PIP válido	-	-
C47	3 318,66	ZAC	Agglomerado Rural	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C48	44 637,58	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos e Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1	-	-	-
C49	601,16	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	-	-	-
C50	2 630,43	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	-	-	-
C51	3 831,03	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	PIP válido	-	-
C52	4 397,47	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	-	-	-
C53	4 165,60	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais, Espaços de Uso Especial	Favorável	1	-	-	-
C54	816,76	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C55	38,22	ZAC	Espaços Centrais	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C56	40,40	ZAC	Espaços Centrais	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C57	3 105,32	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C58	2 937,75	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C59	10 452,40	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade, Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Favorável condicionado	1	juntou as exclusões C60 e C61 da 2ª CC condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C60	4 307,08	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida

C61	443,82	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C62	464,72	AIV	Agglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C63	981,51	AIV	Agglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C64	3 166,87	AIV	Agglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C65	18 878,81	AIV	Agglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C66	1 969,63	AIV	Agglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C67	919,28	AIV	Agglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C68	4 212,00	AIV	Agglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C69	2 546,83	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C70	2 411,19	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C71	11 359,62	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Favorável	1	Junto as exclusões C71 e C73 da 2ª CC	-	-
C72	4 981,36	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C73	3 393,50	AIV	Espaços Centrais	Favorável	1	-	-	-
C74	76,10	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C75	2 838,35	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C76	2 694,04	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C77	2 817,48	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C78	3 880,54	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C79	2 638,03	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	Junto as exclusões C78 e C79 da 2ª CC	-	-
C80	3 191,57	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C81	889,97	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
E1	25 851,17	AEIPRA+AREHS	Agglomerado Rural	Favorável condicionado	3	PNSE	É mantida a proposta de Agglomerado Rural. Uma vez que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre o PAR em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
E2	2 448,18	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-	-
E3	928,98	AREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-	-
E4	997,30	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-	-
E5	52 361,44	AEIPRA+AREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-	-
E6	5 977,39	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável	2	-	-	-
E7	42 229,18	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável	2	-	-	-
E8	53 086,25	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	a mancha foi substancialmente reduzida passando a incluir apenas o edificado existente	-	-

E9	934,53	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-
E10	48 983,14	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-
E11	1 016,46	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-

Conferência Procedimental – REN

Ponderação prévia - CCDRC

QUADRO 3




COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR) – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

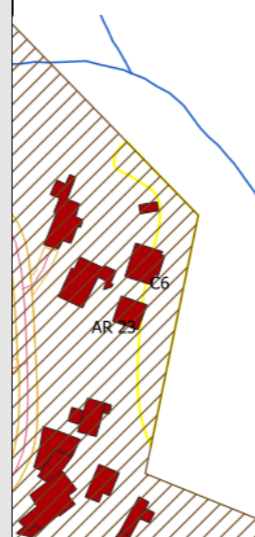

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva


N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA REN				
REN. 01	61	2.1. Memória descritiva e justificativa <i>Na pág. 10 deve ser atualizada a informação relativa às alterações da REN, pois já foram promovidas mais três alterações, nomeadamente, Despacho 3170/2023, 09/03, Aviso 21662/2023, de 10/11 e Despacho 77/2024, de 05/01.</i>	Na MDJ (capítulo 2. Enquadramento legal) serão adicionadas as três alterações da REN indicadas pela Entidade.	Recomendação acolhida
REN. 02	63	A Tabela 21. Síntese de todas as áreas incluídas na REN Bruta da Covilhã, por tipologia <i>apresenta a quantificação das áreas de REN, contudo, verifica-se não ter sido contabilizada a sobreposição topológica, tratando cada sobreposição como uma nova tipologia, uma vez que a área total apresentada ultrapassa, até, a área do concelho, pelo que esta tabela carece de retificação’.</i>	Na MDJ (subcapítulo 3. Síntese e quantificação da proposta da REN bruta) a “Tabela 21.” será complementada com uma nova linha relativa à quantificação da REN desconsiderando as áreas em sobreposição das diversas tipologias da REN. Será ainda adicionada uma tabela complementar (informação idêntica à Tabela 24. Síntese e atualização de todas as áreas da REN bruta, após a retirada das AUC consolidadas), onde se mostram as tipologias em sobreposição e respetivas áreas. A informação adicionada será devidamente analisada no corpo de texto da MDJ.	Recomendação acolhida
REN. 03	64	3. Áreas urbanas consolidadas (AUC) (...) <i>Contudo, não se aceitam como AUC as áreas cuja profundidade seja excessiva em diversas AED, nomeadamente, AED12 (conformar com o parecer dado ao ordenamento – redefinir pelas construções existentes a sul e a este), AED27 (conformar com o parecer do ordenamento), AED28 (conformar com o parecer do ordenamento), AED31 (conformar com o parecer do ordenamento), AED48 (conformar com o parecer do ordenamento), AED63 (conformar com o parecer do ordenamento), AED65 (conformar com o parecer do ordenamento).</i>	As AUC serão ajustadas em função das alterações ao Ordenamento – Qualificação do Solo (nomeadamente AEDs, ARs), que decorram do parecer ao Ordenamento. Após esta estabilização, será corrigida a delimitação da tipologia AEIPRA e AEREHS. Caso se verifique necessário, serão ainda ajustadas áreas de Exclusão. Salienta-se, ainda, que no processo de aferição das tipologias AEIPRA e AEREHS às AUC, na delimitação das AUC, não foram consideradas (removidas das tipologias) as áreas coincidentes com RAN (proposta).	Recomendação acolhida
REN. 04	64	3. Áreas urbanas consolidadas (AUC) <i>Com este contexto e após análise dos elementos disponibilizados, aceitam-se as AUC que abranjam áreas que se encontrem estabilizadas em termos de morfologia urbana e de infraestruturação e também as áreas nos limites da delimitação das AEREHS e AEIPRA (franjas), deixando as mesmas de integrar a proposta de delimitação da REN, com exceção das áreas abrangidas por RAN.</i> (...) <i>Encontram-se abrangidos integralmente ou parcialmente por RAN os seguintes aglomerados – AED03, AED04, AED08, AED13, AED16, AED17, AED21, AED28, AED29, AED30, AED31, AED33, AED49, AED50, AED62, AED65, AED68, AED71, AR02, AR06, AR12, AR13, PU04, PU06, PU16, PU17, PU20, PU21, PU23, PU26, PU30, PU33, PU41, PU42.</i>	A aferição das tipologias AEREHS e AEIPRA às AUC serão ajustadas em função das alterações ao Ordenamento – Qualificação do Solo (nomeadamente AEDs, ARs e PUs), que decorram dos pareceres ao Ordenamento e às propostas de exclusão de áreas da RAN. O regulamento do PDM, nomeadamente nos artigos 7.º e 16.º, determinam que a disciplina de uso, ocupação e transformação do solo se regem pelas disposições definidas para cada categoria de espaço e pelo regime legal vigente da servidão ou restrição de utilidade pública, aplicando-se sempre o regime mais restritivo. Face ao exposto e considerando que a CCDR Centro admite, na análise à proposta de exclusões da RAN, a compatibilidade da RAN com todas as categorias de solo rústico parece haver alguma contradição na proposta de revisão dos AED e dos AR por motivo de sobreposição com RAN. Sem prejuízo, serão revistos os limites das AED e dos AR assinalados pela CCDR Centro e ajustados, o mais possível, aos limites da RAN bruta aprovada, de maio de 2024. Nas situações em que esse ajuste comprometa a qualificação como AED ou AR, manter-se-á a sobreposição da RAN e/ou da REN, sendo que, nas exclusões da REN, não são propostas exclusões em áreas coincidentes com RAN. No que respeita aos perímetros urbanos identificados, serão revistos todos os limites e apresentada fundamentação das propostas de exclusão de áreas da RAN por sobreposição parcial com edificado, com referência à cartografia de base ou por coerência de desenho do polígono.	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REN. 05	64 / 65	<p>3. Áreas urbanas consolidadas (AUC) (...) <i>Relativamente às AUC localizadas no PNSE, a sua aceitação fica condicionada à pronúncia do ICNF sobre a proposta de perímetro urbano/aglomerado rural – PU09, PU10, PU41 (parcial), PU42, PU37, PU08, PU05, PU06, PU07, AR04, AR05 (parcial), AR06 (parcial), AR16 (parcial), AR17 (parcial), AR25, AR26 (eventualmente pode ser eliminada a mancha de AIV), AR27, AED45 (parcial).</i></p>	<p>As AUC são ajustadas em função das alterações ao Ordenamento – Qualificação do Solo (nomeadamente AEDs, ARs e PUs), que decorram do parecer ao Ordenamento e às propostas de exclusão de áreas da RAN.</p> <p>Como referido anteriormente, no processo de aferição das tipologias AEIPRA e AEREHS às AUC, na delimitação das AUC, não foram consideradas (removidas das tipologias) as áreas coincidentes com RAN (proposta).</p> <p>Observe-se ainda que, na delimitação das AUC, não foram considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As AEDs: Quinta do Castanheiro das Merendas (AED 09), Aradinhas (AED 10), Erada (Poente) (AED 11), Quinta da Feiteira (AED 37), Quinta do Carrapatelo (AED 61); - E AR: Quinta do Tapado (AR 01) (63,42% de consolidação) e Sernadas (AR 31); - E o PU São Miguel (PU 27). <p>Note-se, ainda, que das AEDs e ARs referidas, uma vez que não são integradas na delimitação de AUC, em algumas áreas destas, há a necessidade de propor áreas de exclusão. Destas exclusões assegurou-se que as mesmas não abrangiam áreas de RAN (proposta)</p> <p>Relativamente à correção da exclusão de AIV, nos pontos (abaixo) relativos à ponderação às exclusões, apresenta-se a devida justificação. Neste âmbito, importa salientar que, genericamente, foram acolhidas as indicações da Entidade. Para algumas manchas de AIV, foram reformuladas as Exclusões (inclusão da totalidade da AIV) ou propostas novas Exclusões.</p>	Recomendação acolhida
REN. 06	65	<p>4. Proposta de exclusão de áreas de REN <i>Alerta-se que para as propostas de exclusão que tenham por objetivo a integração em perímetro urbano de áreas legalmente comprometidas ou com edificações anteriores à entrada em vigor do PDM/Carta da REN, tanto mais que as mesmas não devem ser concebidas como meio de possibilitar a legalização de obras clandestinas, devem apresentar uma Declaração da CM a comprovar a situação urbanística das edificações existentes ou as respetivas licenças de construção, conforme estipulado na alínea c) do n.º3 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio (RJIGT), de modo a comprovar a legalidade das operações em causa.</i></p>	<p>Regista-se resposta, ponto por ponto, no quadro seguinte e acrescentam-se comprovativos da legalidade das construções existentes, relativamente às áreas identificadas com essa condição.</p>	Recomendação acolhida
REN. 07	67	<p>5. Carta da proposta de delimitação da REN do município da Covilhã <i>A Carta da REN prevista no artigo 9.º do RJREN deve ser apresentada à escala do Plano e vai integrar todas as áreas a incluir e a excluir da REN, devidamente identificadas e diferenciadas, elaborada de acordo com todas as especificações da “Norma Técnica para a Produção e Reprodução das Cartas de Delimitação da REN”, aprovada pelo Aviso n.º 9282/2021, de 17/05.</i></p>	<p>A carta da delimitação da REN apresenta-se segundo escala e folhas do Ordenamento.</p> <p>Esta, além de apresentar as tipologias da REN, polígonos de exclusões e carta base, será complementada com a respetiva tabela de exclusões.</p>	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REN. 08	67/68	<p>6. Processo digital</p> <p>Para efeitos de normalização da estrutura da informação geográfica de suporte à dinâmica dos procedimentos REN e de acordo com as orientações da Direção Geral do Território (DGT), a estrutura dos ficheiros deve dar cumprimento às especificações da 'Norma Técnica para a produção e reprodução das cartas de delimitação da REN', respeitando também as orientações da DGT expostas no Manual SSA.IGT, disponíveis no sítio da internet da DGT.</p> <p>O processo digital deve apresentar a seguinte estrutura (Nome das pastas e os respetivos documentos):</p> <ul style="list-style-type: none"> “0503_MDJ_REN” – esta pasta deve integrar a MDJ, os respetivos anexos e os pareceres das entidades já emitidos, se aplicável; “0503_REN_SHP” – nesta pasta devem constar subpastas com a informação vetorial referente às tipologias de REN; às AUC e acertos à delimitação da REN (áreas inferiores a 500m2); e à proposta de exclusão de áreas da REN (após estabilização da delimitação da REN e decorrente da proposta de ordenamento), cuja estrutura da tabela de atributos deve respeitar as especificidades do Anexo II A daquela Norma Técnica; “0503_REN_Intermedios” – esta pasta deve conter as subpastas com os resultados intermédios calculados em cada tipologia de REN; “0503_Cart_Base” – nesta pasta devem ser inseridos todos os ficheiros referentes à cartografia de base, oficial ou homologada, utilizada na delimitação da REN, conforme ponto I. Objeto da mesma Norma Técnica; “0503_REN_TIFF” – nesta pasta deve estar a carta da REN em formato matricial, georreferenciado no sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89 com as seguintes características: TIFF uncompressed - resolução a 300dpi, resolução espectral RGB e resolução radiométrica de 8 bits (256 tons) por cada banda espectral - e respetivo TFW, gerado a partir da informação vetorial; “0503_Cartograma” – quando a carta de delimitação da REN municipal é formada por mais do que uma folha, deve ser produzido um Cartograma contendo o esquema de seccionamento das folhas, devendo cada folha ser identificada com um número ou letra, em formato pdf; “0503_Outros_elem” – quaisquer outros elementos utilizados nos trabalhos de delimitação da REN. 	Será apresentada a informação conforme indicado pela Entidade.	Recomendação acolhida
REN. 09	68	<p>7. Conclusão (...) Relativamente à proposta de delimitação da REN, a CCDRC emite parecer favorável à proposta de delimitação da tipologia AIV. Quanto às restantes tipologias, a CM deve acolher o parecer da APA, enquanto entidade que detém a respetiva tutela.</p>	A tipologia AIV considera-se estabilizada e finalizada. Relativamente às restantes tipologias, ver respetivo quadro de ponderação ao parecer da APA/ARH-TO	Recomendação acolhida
REN. 10	68	<p>7. Conclusão (...) As AUC não validadas poderão ser ponderadas como propostas de exclusão de áreas de REN.</p>	As AUC serão ajustadas em função das alterações ao Ordenamento – Qualificação do Solo (nomeadamente AEDs, ARs e PUs), que decorram do parecer ao Ordenamento. Como indicado anteriormente, foram asseguradas as propostas de exclusão da REN, em AUC não validadas, caso se verificasse essa necessidade. Sendo que em áreas de REN sobrepostas com RAN não foram propostas exclusões à REN.	Recomendação acolhida
REN. 11	68	<p>7. Conclusão (...) Sobre a proposta de exclusão de áreas de REN decorrente da proposta de ordenamento da Revisão do PDM, em cumprimento dos n.os 5 e 7 da Secção II das OENR em articulação com o n.º2 do artigo 9.º do RJREN, deve a mesma ser reformulada de acordo com a posição assumida pela APA e pela CCDR Centro.</p>	A proposta de Exclusões de áreas da REN é analisada/corrigida, segundo as indicações da CCDR-C, salientando-se que a APA/ARH-TO não se pronunciou, quanto às mesmas, no respetivo parecer, emitido no âmbito da 2.ª Reunião da Comissão Consultiva.	Recomendação acolhida
REN.12	ANEXO 2	Quadro Síntese do parecer CCDRC à proposta de áreas de exclusão da delimitação da REN municipal – identificado no ponto III.4.1.	Ver quadro abaixo	-

Exclusão	Superfície (m2)	Tipologia(s) REN	Fim a que se destina / Uso proposto	Fundamentação	CCDR Centro			Município/equipa técnica	
					Parecer	Critério	Observações	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
C1	26 443,43	AEIPRA AEIPRA+ZAC	Espaços de Atividades Industriais	Área ocupada por agroindústria, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - atualmente não integra a Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos e à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes RAN - não pedem a exclusão - devem ponderar e pedir a exclusão da RAN	<p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Para comprovar a legalidade das construções existentes, apresentam-se extratos de imagens disponibilizadas no Geoportal do Município da Covilhã (https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm), correspondentes a ortofotomapas e/ou cartografia antiga com informação georreferenciada sobre a existência de processos de obras nos arquivos municipais.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Salienta-se, ainda, que o limite da exclusão será atualizado, reduzindo a sua abrangência. Considera-se assim, a área edificada (sujeita a RERAE) e a área total impermeabilizada (com base em levantamento topográfico da CMC), tendo posteriormente sido ajustada ao edificado e caminhos que constam da cartografia homologada.</p> <div></div>	Recomendação acolhida



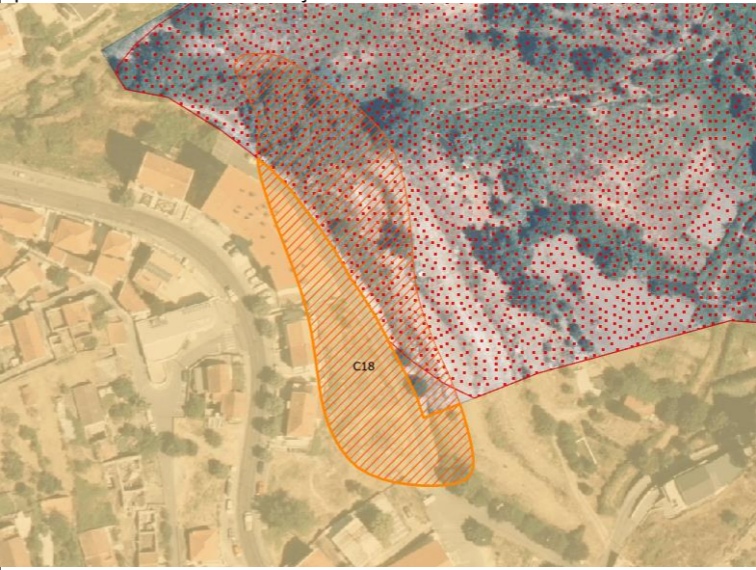
C2	12 121,37	ZAC	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por edificado com funções industriais, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - atualmente não integra a Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”	Recomendação acolhida
C3	8 043,38	AEREHS	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por cemitério e turismo, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.	Favorável condicionado	3	PNSE	Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina a exclusão pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	Recomendação acolhida
C4	10 543,16	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por equipamento educativo, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1	-	-	-
C5	9 693,98	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por equipamento educativo, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1	-	-	-
C6	1 111,10	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, urbanizada, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C06, corresponde à C08 (proposta para Discussão Pública (DP)). Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.  	Recomendação acolhida




								Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C7	1 000,98	AEIPRA	Espaços Agrícolas de Produção	Área desafetada pela 3.ª Alteração da delimitação da REN, aprovada e publicada pelo Despacho n.º 6977, no âmbito do pedido de regularização e ampliação de uma exploração agrícola sita na freguesia de Orjais (RERAE).	Favorável condicionado	1	reformular a mancha de modo a incluir a totalidade do edificado	<p>Note-se que a C07, corresponde à C09 (proposta para DP).</p> <p>A exclusão proposta abrange o edificado principal (instalações da “Sociedade Agrícola do Rio Velho Lda.”), área já desafetada no âmbito de RERAE.</p> <p>Sem prejuízo, procede-se à inclusão do edificado cartografado, na mancha a excluir, conforme indicado pela Entidade.</p> <p>Foi considerada a área edificada incluída na exclusão aceite pela Entidade, assim como o restante edificado e a área envolvente, com ajuste à mancha RAN e aos caminhos que constam da cartografia homologada.</p> <p>(versão anterior (esquerda) e versão atualizada (direita))</p> 	Recomendação acolhida
C8	1 119,88	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por edificado com funções industriais, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C8, corresponde à C10 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C9	1 344,37	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C9, corresponde à C11 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C10	5 219,35	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C10 + C11, corresponde à C12 (proposta para DP).</p> <p>A C10, seguindo o exemplo de indicações da Entidade, em outras situações de Exclusão similar a esta, foi agregada à C11.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

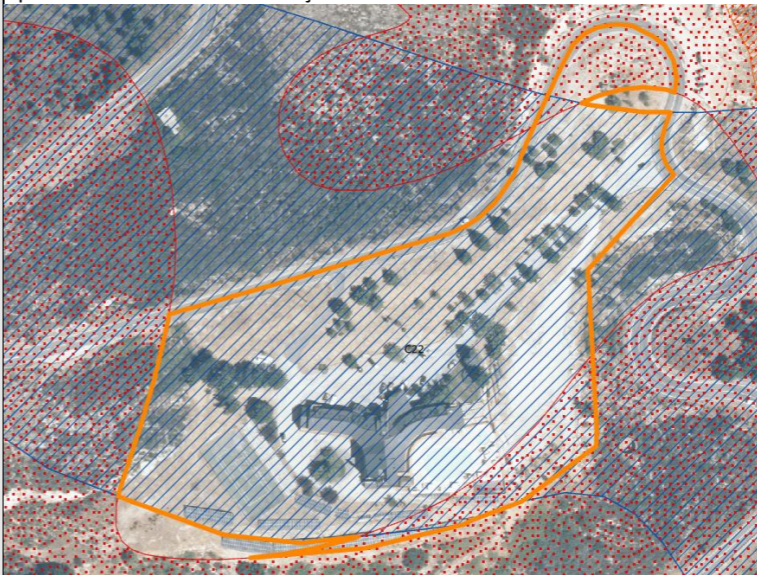
								 <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C11	11 251,08	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C10 + C11, corresponde à C12 (proposta para DP).</p> <p>A C10, seguindo o exemplo de indicações da Entidade, em outras situações de Exclusão similar a esta, foi agregada à C11.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida
C12	1 157,37	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C12, corresponde à C13 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida


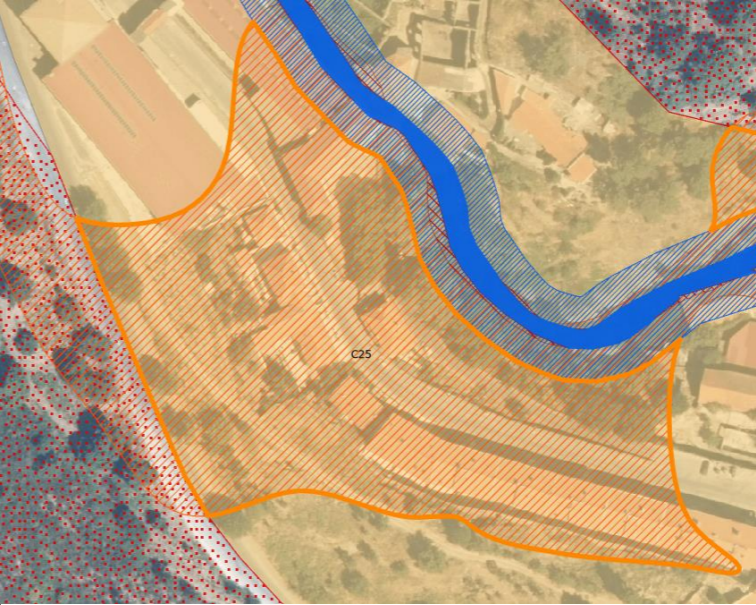
C13	1 044,95	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, comprometida pelos loteamentos (nº 36 e 43), urbanizada, cuja exclusão visa a compat. com o uso atual, condicionada à integração em Z.Inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheia.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	Note-se que a C13, corresponde à C14 (proposta para DP). As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.	Recomendação acolhida
C14	80,08	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	Note-se que a C14, corresponde à C15 (proposta para DP). As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.	Recomendação acolhida
C15	545,13	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, comprometida pelo loteamento de 31/08/1995 (nº 43), urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	Note-se que a C15, corresponde à C16 (proposta para DP). As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.	Recomendação acolhida
C16	2 971,96	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C16, corresponde à C17 (proposta para DP). Face à existência de vertente de curso de água (ribeiro de Flandres) não integrado em CALM, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1. <div>   </div>	Recomendação parcialmente acolhida

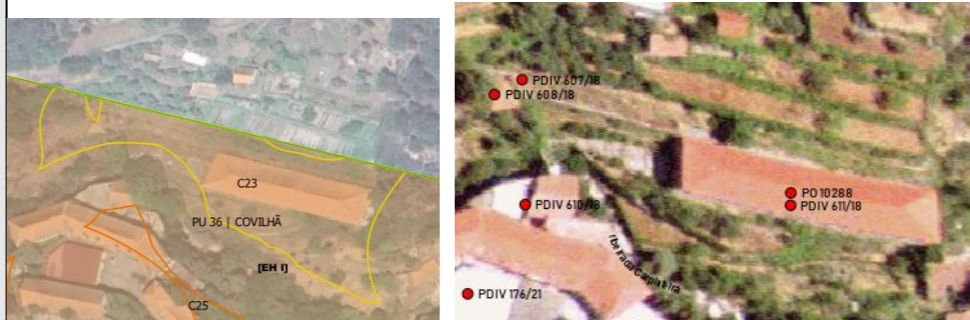
Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.

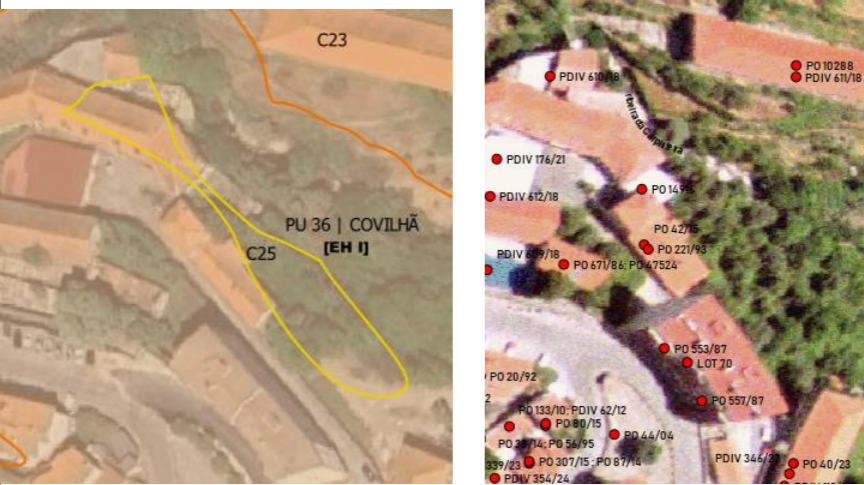

C17	498,22	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C17, corresponde à C18 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>   <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2010.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C18	513,80	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN e eliminar da REN a pequena mancha isolada condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C18, corresponde à C19 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</p> <p>Atendendo que na delimitação de AIV, não existe nenhum passo metodológico que possibilite a eliminação de manchas isoladas, é proposta a exclusão da pequena mancha de AIV isolada (localizada no lado este à C18), numerada agora (proposta para DP) como C20.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida


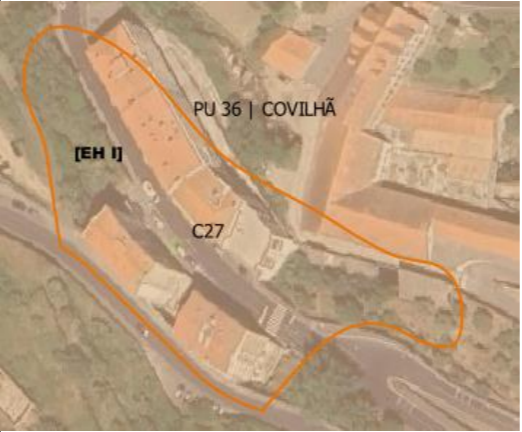
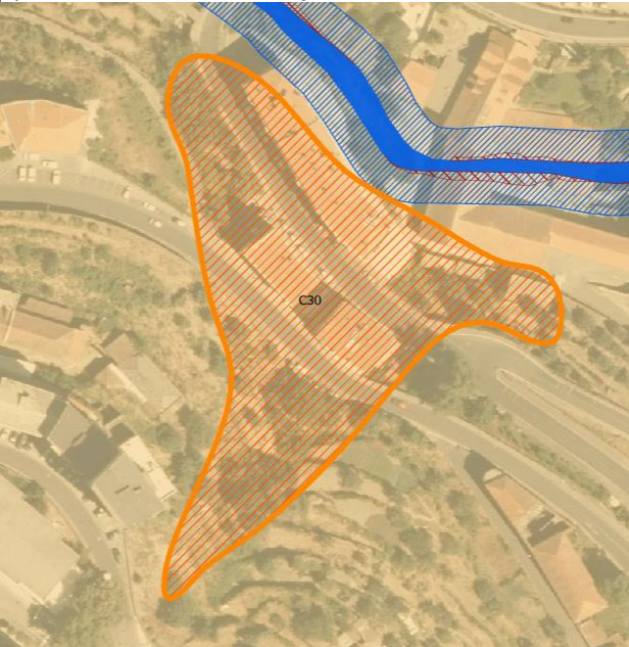
								<div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão e nova Exclusão (C20):</p> <div></div>	
C19	19 651,38	AEIPRA	Espaços de Ocupação Turística	Área ocupada pelo Empreendimento Turístico da Pousada da Serra da Estrela, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual.	Favorável condicionado	3	PNSE	<p>Note-se que a C19, corresponde à C21 (proposta para DP).</p> <p>Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas.</p> <p>Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM.</p> <p>Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE.</p> <p>Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.</p>	Recomendação acolhida





C20	30 877,53	AEIPRA AEIPRA+AER EHS	Espaços de Ocupação Turística	Área ocupada pelo Empreendimento Turístico do Lam Hotel dos Carqueijais, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual.	Favorável condicionado	3	PNSE	<p>Note-se que a C20, corresponde à C22 (proposta para DP).</p> <p>O limite da Exclusão sofreu ligeiros ajustes, conformando-se às áreas impermeabilizadas, estradas e edificações do empreendimento turístico.</p> <p>Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas.</p> <p>Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM.</p> <p>Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE.</p> <p>Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C21	2 311,09	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Área ocupada por equipamento educativo, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C21 + C24, corresponde à C25 (proposta para DP).</p> <p>A C24, seguindo o exemplo de indicações da Entidade, em outras situações de Exclusão similar a esta, foi agregada à C21.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

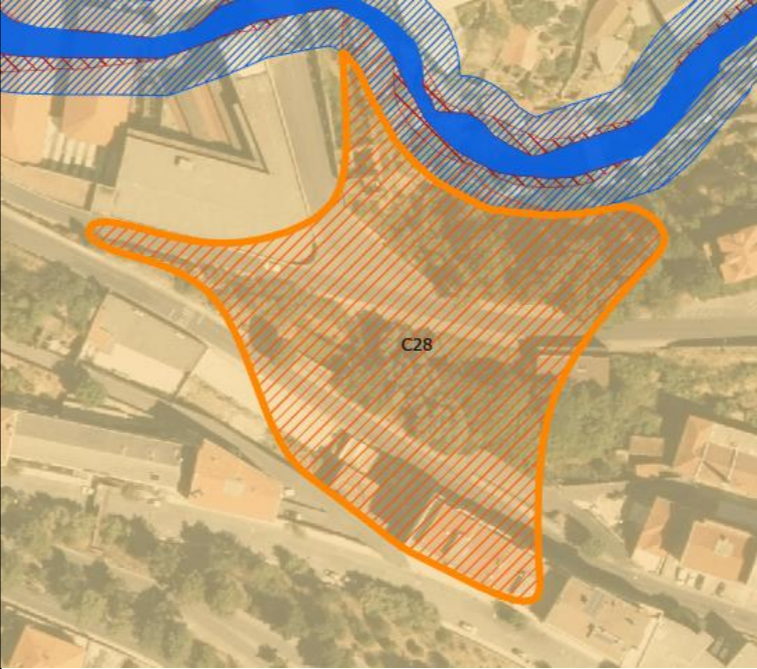


								 <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000. Apresenta-se a nova conformação da Exclusão C25 (proposta para DP):</p> 	
C22	4 314,20	AEIPRA AEIPRA+AER EHS	Espaços de Ocupação Turística	Área ocupada pelo Empreendimento Turístico do Parque de Campismo do Pião, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual.	Favorável condicionado	3	PNSE	<p>Note-se que a C22, corresponde à C23 (proposta para DP).</p> <p>Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas.</p> <p>Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM.</p> <p>Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE.</p> <p>Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.</p>	Recomendação acolhida
C23	4 165,15	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C23, corresponde à C24 (proposta para DP).</p> <p>Face à existência de vertente, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados</p>	Recomendação parcialmente acolhida



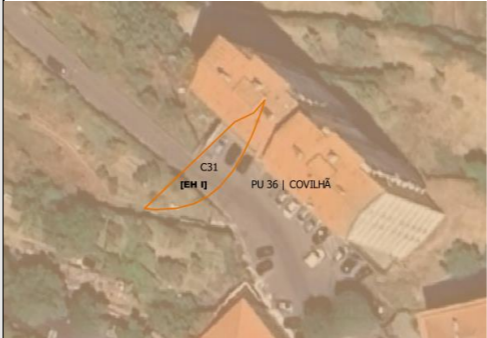
								<div>nas Notas e Comentários da exclusão C1.</div> <div></div> <div>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</div>	
C24	8 793,43	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	<div>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</div> <div>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</div>	<div>Note-se que a C21 + C24, corresponde à C25 (proposta para DP).</div> <div>A C24, seguindo o exemplo de indicações da Entidade, em outras situações de Exclusão similar a esta, foi agregada à C21.</div> <div>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</div> <div>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</div> <div></div>	

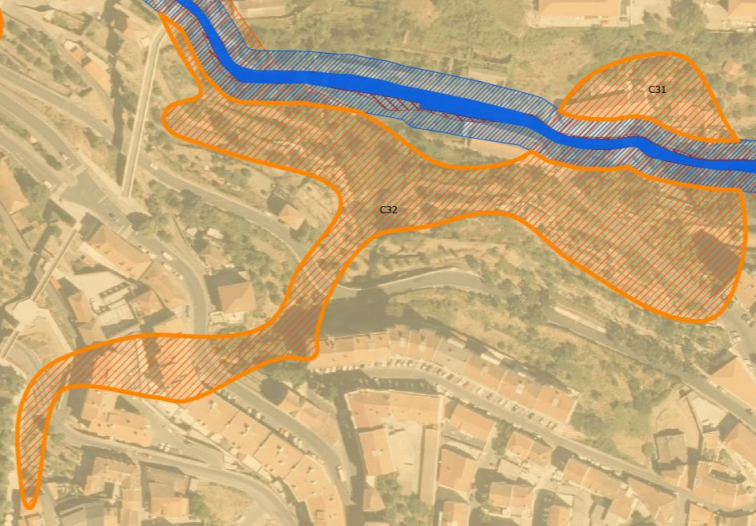


C25	1 046,18	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C25, corresponde à C26 (proposta para DP).</p> <p>Face à sobreposição da restante área com a tipologia CALM e considerando que não há exclusões de áreas desta tipologia, não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Nesta área observa-se ainda a existência de vertente, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
C26	65,91	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por edificado com funções industriais, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C2, corresponde à C27 (proposta para DP).</p> <p>Face à sobreposição da restante área com a tipologia CALM e considerando que não há exclusões de áreas desta tipologia, não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Acresce que as áreas de ZAC, incluídas em exclusões do tipo C, integrarão a planta de Zonas Inundáveis.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação parcialmente acolhida

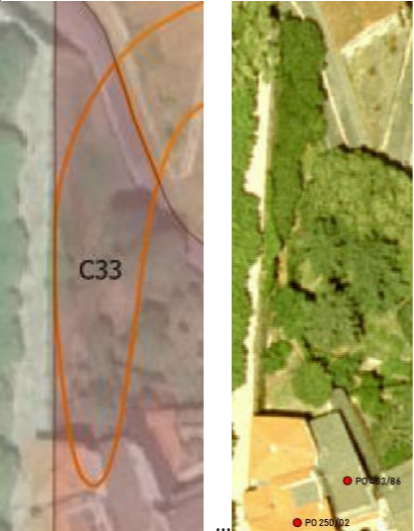
C27	5 846,78	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C27, corresponde à C30 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2010.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> <div></div>	Recomendação acolhida
C28	7 433,31	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, comprometida pelos licenciamentos de 05/06/24 (nº 54/18) e 17/06/24 (nº 108/20), urbanizada, cuja exclusão visa a compat. com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C28, corresponde à C29 (proposta para DP).</p> <p>Acresce referir que a proposta de exclusão já abrangia a totalidade da mancha de AIV em apreço.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida



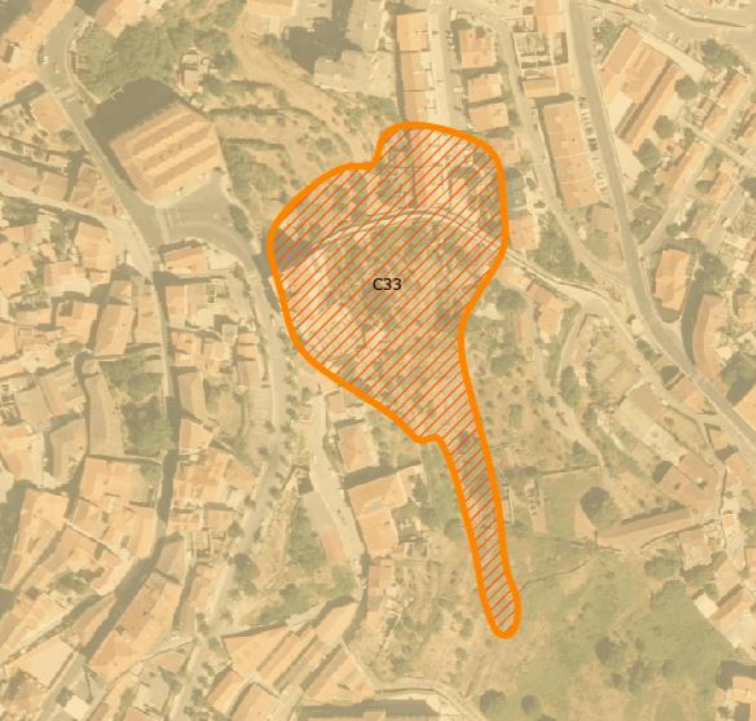
								<div></div> <div>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</div>	
C29	1 756,18	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, comprometida pelo loteamento de 09/02/2020 (nº 74), urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	<div>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</div> <div>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</div> <div></div> <div>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</div> <div>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</div>	<div>Note-se que a C29, corresponde à C28 (proposta para DP).</div> <div>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</div> <div>Contudo, face à existência de vertente e sobreposição parcial da restante área com a tipologia CALM, sem que haja exclusões de áreas desta tipologia, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão (reformulação da exclusão até o limite CALM).</div> <div>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</div> <div>Recomendação parcialmente acolhida</div>	



									
C30	2 286,59	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por edificado com funções industriais, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C30, corresponde à C31 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão já abarca a totalidade da área de AIV, contudo, face à existência de vertente e sobreposição parcial da restante área com a tipologia CALM, sem que haja exclusões de áreas desta tipologia, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  	Recomendação parcialmente acolhida




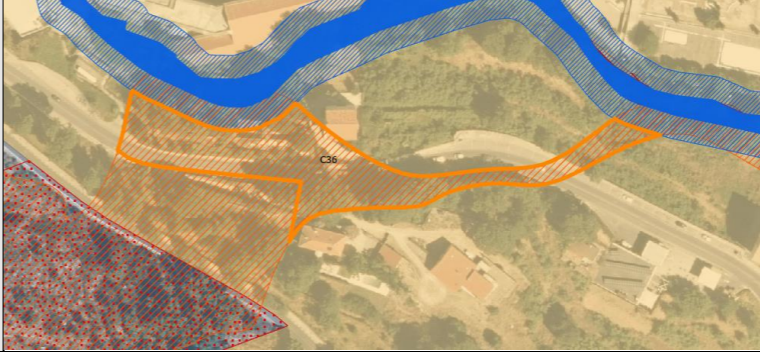
									
								Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000; 3) Cartografia da Grande Covilhã referente ao ano de 1929.	
C31	134,98	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitação e estacionamento, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C31 - dado a atualização do limite da C31, e esta se mostrar contígua à C32 e C33, procedeu-se à união das três exclusões, corresponde à C32 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade (reformulação da exclusão até o limite CALM).</p> <p>Contudo, face à existência de vertente e sobreposição parcial da restante área com a tipologia CALM, sem que haja exclusões de áreas desta tipologia, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação parcialmente acolhida


									
C32	3 805,35	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C32 (dado a atualização do limite da C31, e esta se mostrar contígua à C32 e C33, procedeu-se à união das três exclusões), corresponde à C32 (proposta para DP). Ver justificação anterior.</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade (reformulação da exclusão até o limite CALM).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>   <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida
C33	681,53	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por edificado com funções comerciais, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do	<p>Note-se que a C33 (dado a atualização do limite da C31, e esta se mostrar contígua à C32 e C33, procedeu-se à união das três exclusões), corresponde à C32 (proposta para DP). Ver justificação anterior.</p>	Recomendação acolhida



				urbana, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.			comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade (reformulação da exclusão até o limite CALM).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2010.</p>	
C34	3 624,17	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	<p>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</p> <p>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</p>	<p>Note-se que a C34 + C35, corresponde à C33 (proposta para DP).</p> <p>A ponderação efetuada considerou também a proposta de exclusão C35, concluindo-se que, de facto, pela reduzida dimensão da área que resulta da aceitação destas exclusões, se justifica excluir toda a mancha.</p> <p>Acresce que a área remanescente das duas exclusões aprovadas corresponde a espaços verdes de utilização coletiva, pelo que representa impacto reduzido face à restantes áreas (C34 e C35), considerando-se ainda que a exclusão da totalidade da mancha não compromete os objetivos programáticos definidos para a UOPG 03 – São João.</p> <p>Face ao exposto, propõe-se que as exclusões C34 e C35 sejam agregadas numa única exclusão que inclua toda a mancha abrangida pela tipologia AIV, conforme proposta da CCDRC.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

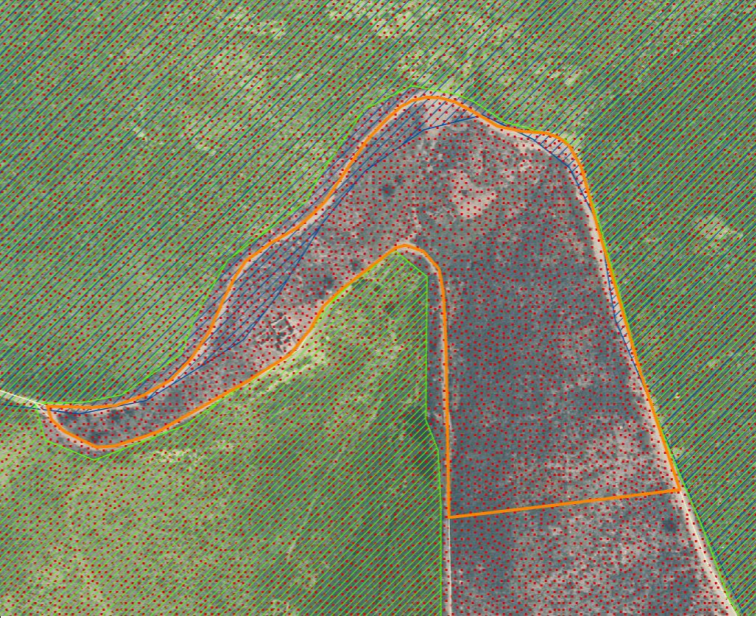
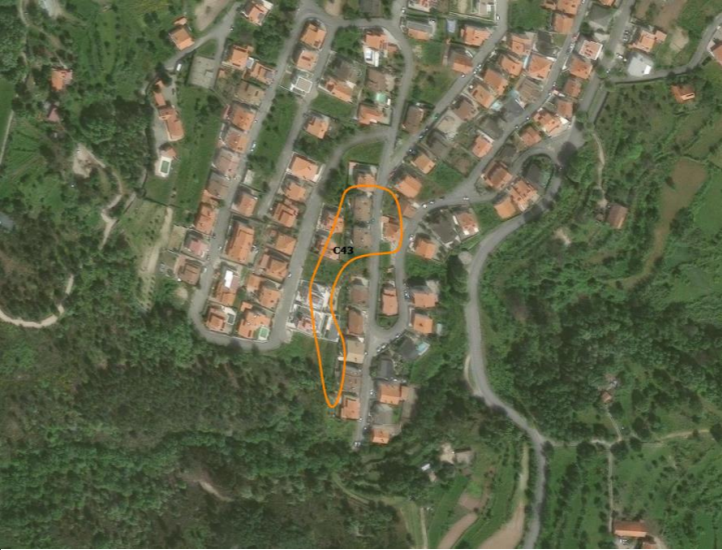
								<div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> <div></div>	
C35	3 005,33	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C34 + C35, corresponde à C33 (proposta para DP). Ver também justificação anterior.</p> <p>Conforme ponderação efetuada à exclusão C34, propõe-se que as exclusões C34 e C35 sejam agregadas numa única exclusão que inclua toda a mancha abrangida pela tipologia AIV, conforme proposta da CCDRC.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

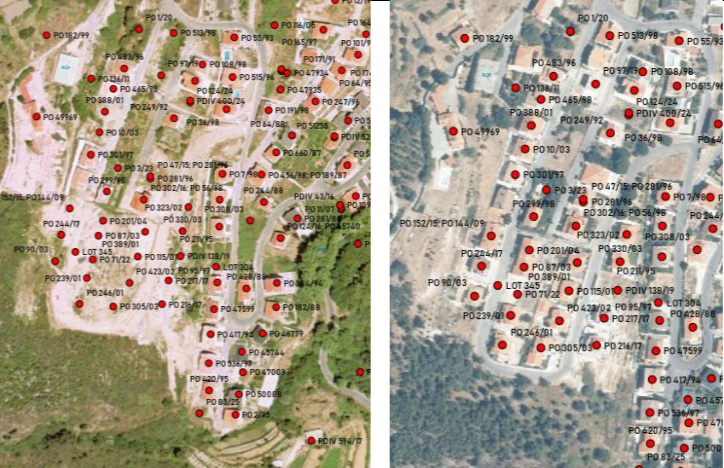

									
Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2021.									
C36	485,57	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Área ocupada por habitações, comprometida pelo licenciamento de 25/09/2024 (nº 65/24) para habitação, a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C36, corresponde à C35 (proposta para DP).</p> <p>Face à existência de vertente (a montante das habitações existentes), não se perspetivando a expansão urbana nesse sentido, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação parcialmente acolhida

C37	2 505,48	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C37, corresponde à C36 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade (reformulação da exclusão até o limite CALM).</p> <p>Note-se que a área de AIV, presente a montante da estrada, é mantida sem exclusão, privilegiando a proteção dos riscos naturais presentes.</p> <p>Ainda, face à existência de vertente e sobreposição parcial com a tipologia CALM, sem que haja exclusões de áreas desta tipologia, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>    <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000; 3) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2010.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação parcialmente acolhida
-----	----------	-----	------------------------------	--	------------------------	---	---	--	------------------------------------

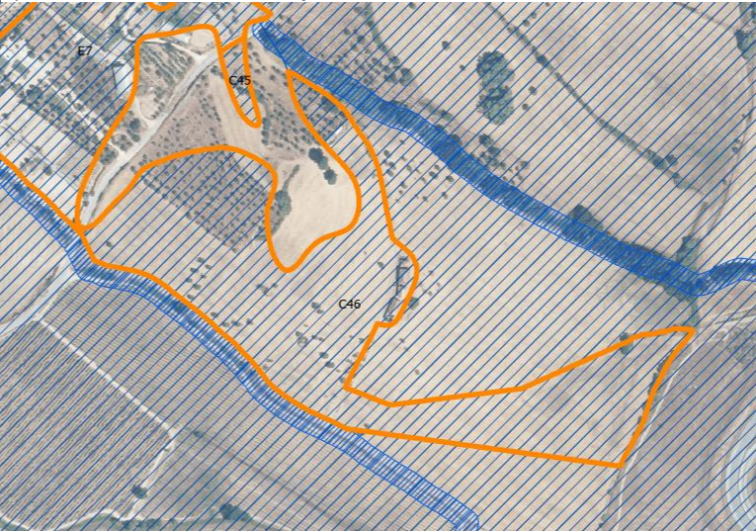

C38	8 318,26	AEIPRA	Espaços Agrícolas de Produção	Área desafetada pela 6.ª Alteração da delimitação da REN, aprovada e publicada pelo Despacho n.º 77/2024 no âmbito do pedido de regularização e ampliação de uma exploração agropecuária sita na Quinta das Almas e Morgada (RERAE).	Favorável	1	RAN - OEA 12 DESFAVORÁVEL - NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	<p>Note-se que a C38+C39, corresponde à C37 (proposta para DP).</p> <p>Embora não indicado pela entidade, procede-se à junção das exclusões C38 e C39, uma vez que incidem sobre a mesma qualificação de solo (Espaços agrícolas de produção).</p> <p>Salienta-se ainda que o limite da Exclusão sofreu um ligeiro ajuste (limite norte), uma vez que, por lapso, na anterior versão se delimitou a Exclusão além da área REN abrangida.</p> <p>Matérias relativas à RAN são abordadas em quadro de ponderação próprio. Contudo, verifica-se que a Exclusão REN não incide sobre área RAN (proposta).</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Contributo registado
C39	45,78	AEIPRA+ZAC	Espaços Agrícolas de Produção	Área desafetada pela 6.ª Alteração da delimitação da REN, aprovada e publicada pelo Despacho n.º 77/2024 no âmbito do pedido de regularização e ampliação de uma exploração agropecuária sita na Quinta das Almas e Morgada (RERAE).	Favorável	1	RAN - OEA 12 DESFAVORÁVEL - NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	<p>Note-se que a C38+C39, corresponde à C37 (proposta para DP). Ver também justificação anterior.</p> <p>Embora não indicado pela entidade, procede-se à junção das exclusões C38 e C39, uma vez que incidem sobre a mesma qualificação de solo (Espaços agrícolas de produção).</p> <p>Matérias relativas à RAN são abordadas em quadro de ponderação próprio. Contudo, verifica-se que a Exclusão REN não incide sobre área RAN (proposta).</p>	Contributo registado
C40	34,13	AEIPRA	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, urbanizada, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	eliminar	6	<500m2	<p>Exclusão é eliminada segundo indicação da Entidade.</p> <p>Na prática, corresponde a uma pequena área de AEIPRA sobreposta com o aglomerado rural (Quinta do Tapado). Atendendo que este aglomerado não apresentava a taxa de consolidação necessária à sua inclusão em AUC, a área de AEIPRA não é excluída nem aferida. Dado à sua área reduzida, esta área é mantida em REN.</p>	Recomendação acolhida
C41	37 250,06	AEIPRA	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, urbanizada, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada condiciona as funções de infiltração e	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C41, corresponde à C38 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	

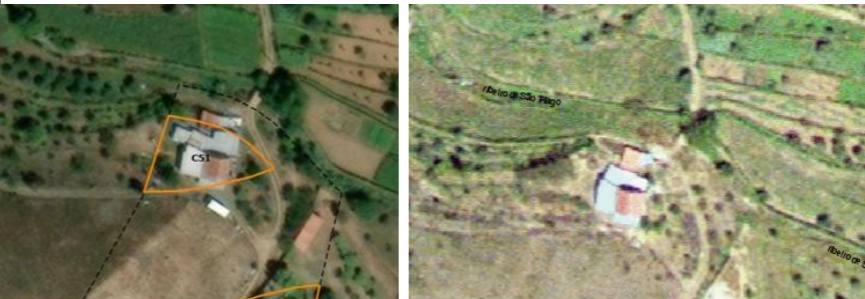

				recarga de aquíferos.				 	
C42	70 813,89	AEIPRA+AER EHS	Espaços de Ocupação Turística	Área desafetada pela 4.ª Alteração da delimitação da REN, aprovada e publicada pelo Despacho n.º 3170/2023, no âmbito de empreendimento turístico no espaço rural, sob a forma de hotel rural.	Favorável condicionado	3	PNSE apenas se aceita a exclusão das áreas aprovadas pelo Despacho 3170/2023	<p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.; 3) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2021.</p> <p>Note-se que a C42, corresponde à C39 (proposta para DP).</p> <p>A exclusão é retificada de modo a não intersetar o limite do PNSE.</p> <p>Refira-se, no entanto, que o Despacho citado procedeu à exclusão de um conjunto de polígonos circunscritos aos edifícios, que não se coadunam com o desenvolvimento que se pretende em termos de ocupação turística, nem com a própria coerência/continuidade da mancha REN.</p> <p>Assim, a nova proposta de exclusão circunscreve-se pelos caminhos existentes e abarca a totalidade das áreas anteriormente excluídas (E12 a E16) pelo Despacho n.º 3170/2023.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação parcialmente acolhida

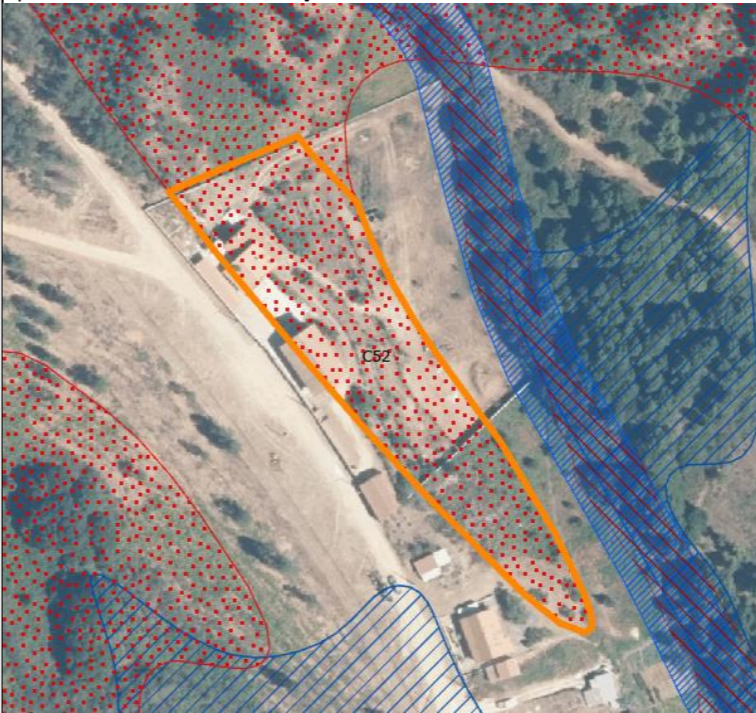
									
C43	5 837,94	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, comprometida pelos loteamento de 18/12/2000 (nº 345) e de 18/02/1997 (nº 304), urbanizada, cuja exclusão visa a compat. com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C43, corresponde à C42 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação acolhida



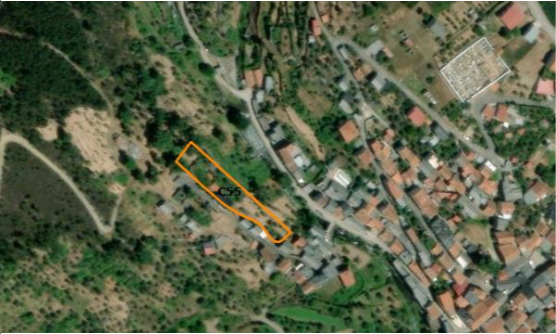
								 <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000; 3) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2021.</p>	
C44	1 071,35	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis e à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C44, corresponde à C43 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação acolhida

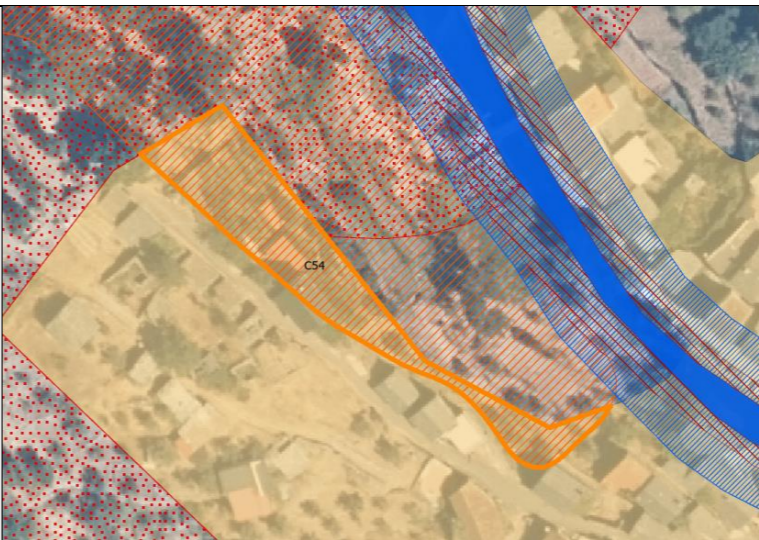


								<div><div><div></div></div></div> <div>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000; 3) Extrato de cartografia referente ao ano de 1970.</div>	
C45	461,98	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis e à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<div>Note-se que a C45, corresponde à C44 (proposta para DP).</div> <div>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</div> <div>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</div> <div><div><div></div></div></div> <div>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</div>	Recomendação acolhida
C46	25 304,75	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por ETAR, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação construída condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Desfavorável	5	ETAR	<div>Exclusão a eliminar.</div> <div>A ETAR estabelece-se como uso e ação compatível com a REN</div>	Recomendação acolhida

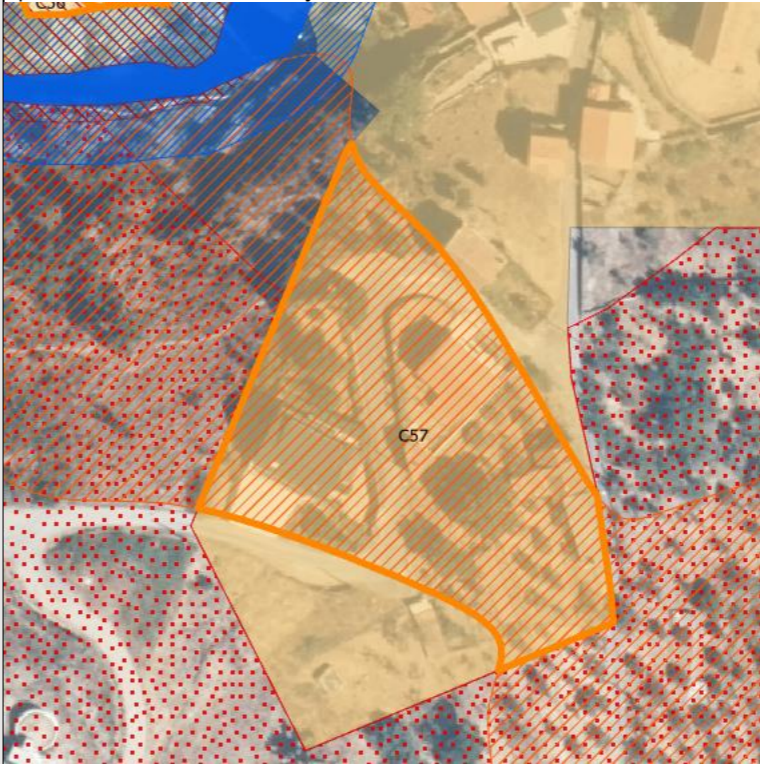
C47	1 459,55	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Área comprometida pelo PIP (Loteamento) de 18/01/2024 (nº 560), urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que o grau de consolidação urbana condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1	PIP válido	Note-se que a C47, corresponde à C45 (proposta para DP). Sem alterações.	Contributo registado
C48	77 935,68	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Área comprometida pelo PIP (Loteamento) de 18/01/2024 (nº 560), urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que o grau de consolidação urbana condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1	PIP válido	Note-se que a C48, corresponde à C46 (proposta para DP). Embora com parecer favorável, o limite da Exclusão foi ajustado (diminuição) com referência ao edificado (compromisso - loteamento 560), reduzindo-se assim a área REN (AEIPRA) excluída. Apresenta-se a nova conformação da Exclusão: 	Contributo registado
C49	3 318,42	ZAC	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na PO salvaguardas e riscos e à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C49, corresponde à C47 (proposta para DP). As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.  Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	Recomendação acolhida


C50	44 634,15	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por subestação elétrica, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação construída condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1		Note-se que a C50, corresponde à C48 (proposta para DP). Sem alterações.	Contributo registado
C51	601,13	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por edificado com funções agrícolas, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C51, corresponde à C49 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida
C52	3 830,88	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área comprometida pelo PIP de 22/07/2024 (nº 86/24) para turismo, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.	Favorável condicionado	1	PIP válido	Note-se que a C52, corresponde à C51 (proposta para DP). Sem alterações.	Contributo registado
C53	4 549,52	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C53, corresponde à C51 (proposta para DP).</p> <p>Foi feito um ligeiro ajuste do limite da Exclusão ao limite da RAN, de modo a não haver exclusão da REN em área RAN.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação acolhida

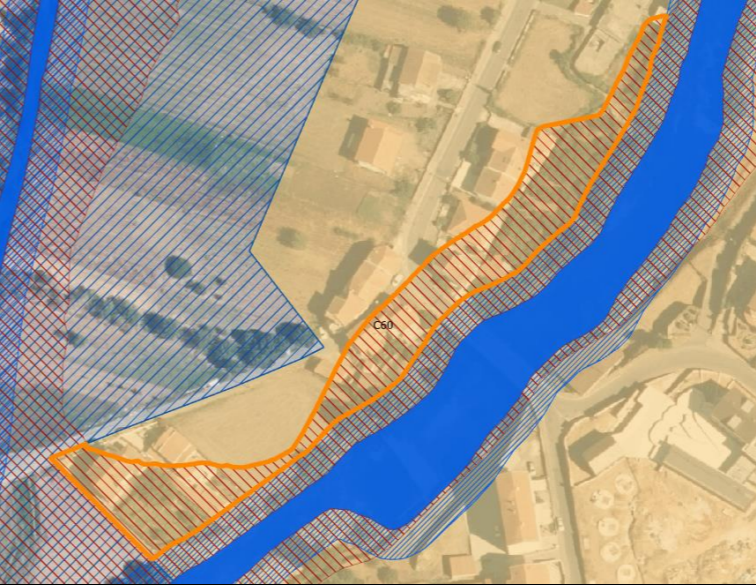

								<p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2018.</p> <p>Note-se, ainda, que o limite da exclusão é circunscrito até a área RAN presente.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C54	1 851,28	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	<p>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</p> <p>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</p>	<p>Note-se que a C54, corresponde à C53 (proposta para DP).</p> <p>A delimitação da Exclusão será reformulada, de modo a abarcar o território artificializado existente (zonas habitacionais e equipamento desportivo). Contudo, note-se que a restante mancha de REN (AIV) corresponde a zonas de vertentes, e prolonga-se para além do PU. Nestas áreas, mantém-se a opção de privilegiar a proteção aos ricos naturais nestas áreas.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação parcialmente acolhida


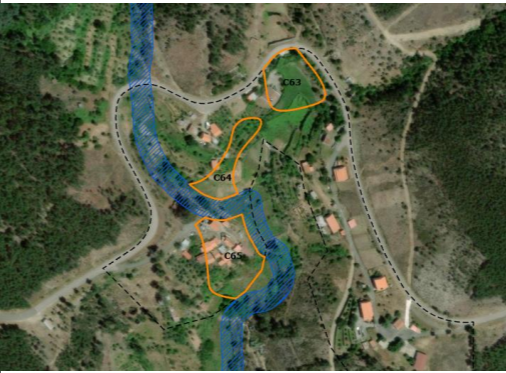



									
C55	1 457,39	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão até ao limite da RAN/AH RAN - Ua 01 - DESFAVORÁVEL – AH condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C55, corresponde à C54 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão é retificada consoante as correções advindas da redefinição do PU e redefinição da RAN (proposta). Note-se, ainda, que a Exclusão contempla, exclusivamente a área AIV - não inclui as áreas sobrepostas com a tipologia CALM e RAN (proposta)).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação acolhida

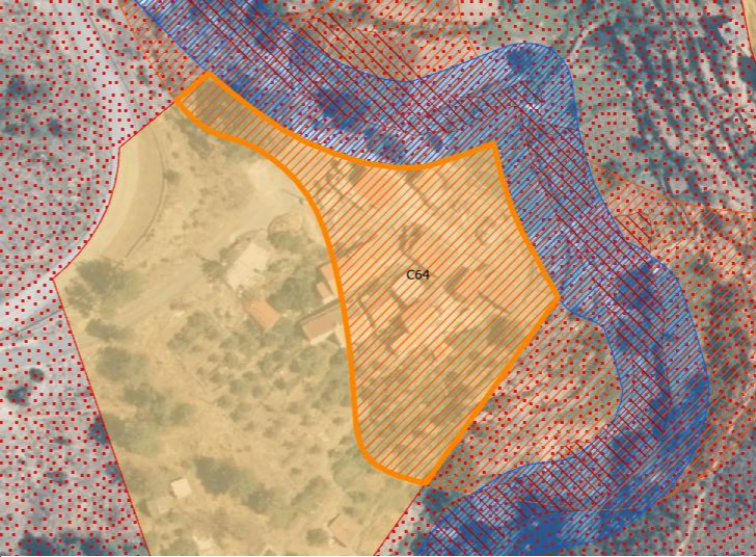


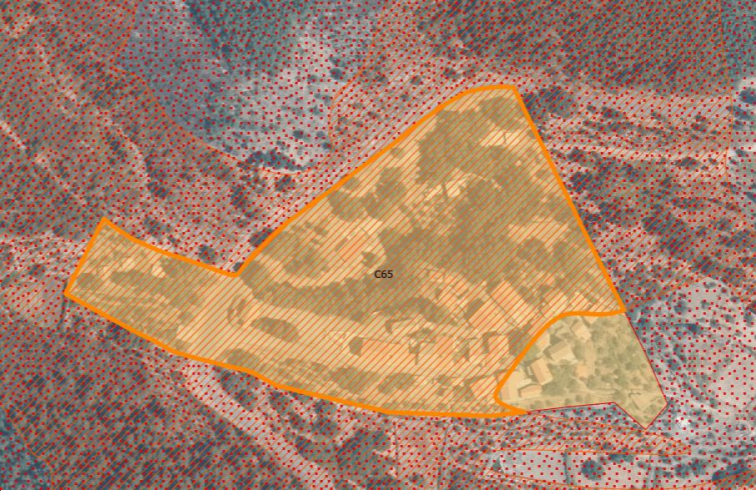
									
C56	38,22	ZAC	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C6, corresponde à C55 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C57	40,39	ZAC	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C57, corresponde à C56 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C58	3 514,21	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	<p>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</p> <p>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</p>	<p>Note-se que a C58, corresponde à C57 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão já abarca a totalidade da mancha AIV em PU. Contudo, derivado da atualização do limite do PU o limite da exclusão é devidamente ajustado.</p> <p>Note-se que a restante mancha de REN (AIV) corresponde a zonas de vertentes, e prolonga-se para além do PU. Mantém-se a opção de privilegiar a proteção aos ricos naturais nestas áreas. As AIV fora de PU são mantidas, sendo que, parte destas se sobrepõem a CALM, tipologia onde não há lugar a exclusões.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div>   </div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação parcialmente acolhida

								<p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C59	2 937,62	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C59, corresponde à C58 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C60	919,26	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C60+C61, corresponde à C59 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão, em consequência das correções da QS, a exclusão é reformulada em função do ajuste do desenho do PU/Qualificação do Solo (limite norte e sul).</p> <p>Note-se ainda que, dada a contiguidade à Exclusão C61, procede-se à sua união.</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação acolhida

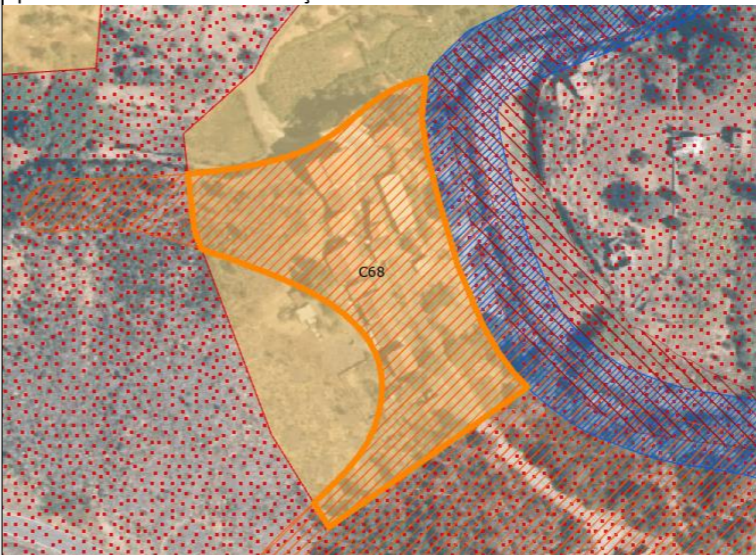

									
C61	9 646,49	ZAC	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Área ocupada por equipamento educativo, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C60+C61, corresponde à C59 (proposta para DP). Ver também justificação anterior.</p> <p>Esta Exclusão, em consequência das correções da QS, a exclusão é reformulada em função do ajuste do desenho do PU/Qualificação do Solo (limite norte e sul).</p> <p>Note-se ainda que, dada a contiguidade à Exclusão C61, procede-se à sua união.</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C62	4 144,70	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C62, corresponde à C60 (proposta para DP).</p> <p>Procedeu-se a uma ligeira correção (inclusão de um pequeno vazio) até ao limite do CALM-Margem, observando-se um limite da Exclusão mais coerente.</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação acolhida



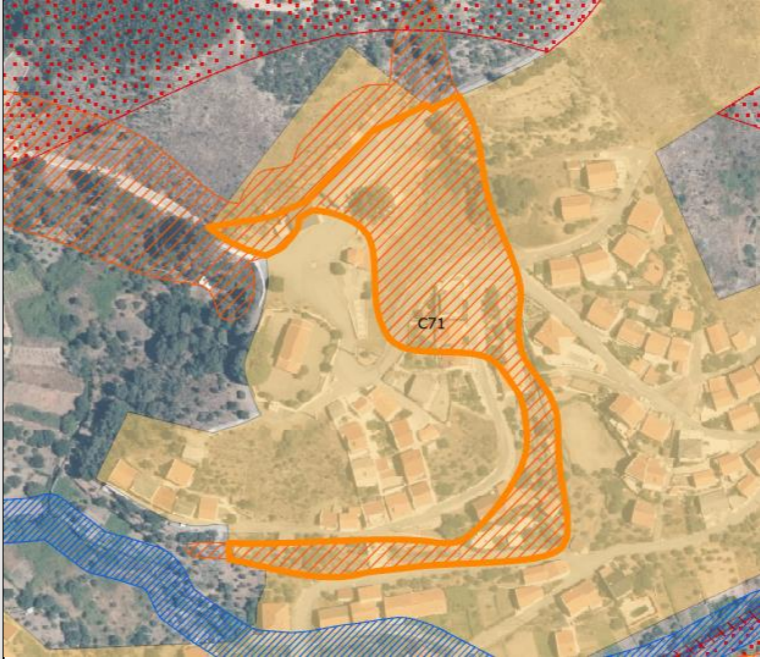

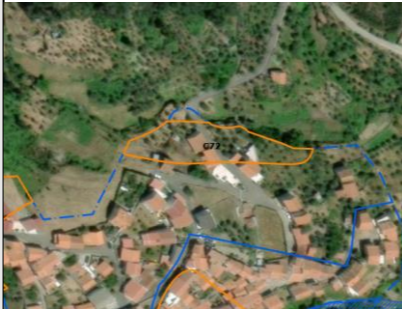
									
C63	2 559,87	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações pertencentes ao aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	RAN - não pedem a exclusão da RAN reformular a mancha até ao limite da RAN	<p>Note-se que a C63, corresponde à C62 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão é retificada consonante as correções ao limite do AR (AR15) Assegurando-se, ainda, que esta se circunscreva até ao limite da RAN (proposta).</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C64	1 722,39	AIV ZAC+AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por hab. pertencentes ao aglo., cuja exclu. visa a compat. com o uso atual, não agrav. o risco e a exp. à ocorrência de mov. de massa e de cheias, condic. à integr. em Z.Inundável para min. das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C64, corresponde à C63 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão é retificada consonante as correções ao limite do AR (AR15)</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida


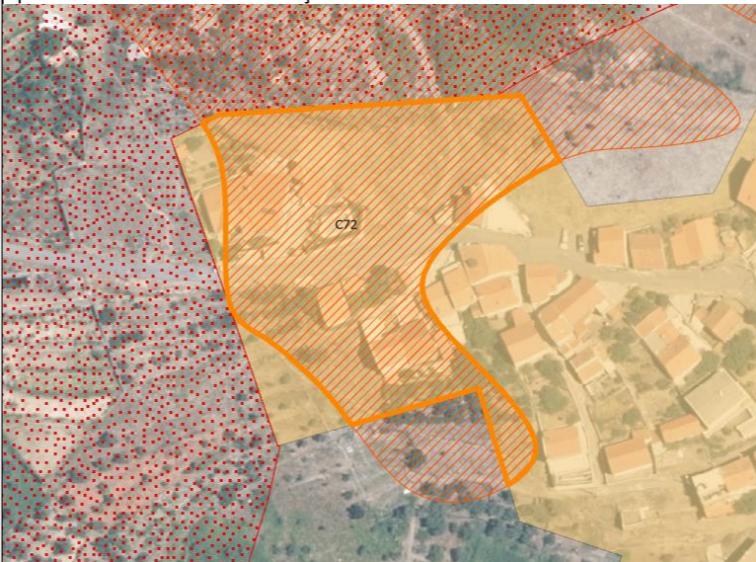
								<div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> <div></div>	
C65	3 447,91	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que o grau de consolidação do aglomerado atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C65, corresponde à C64 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão é retificada consoante as correções ao limite do AR (AR16).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação acolhida

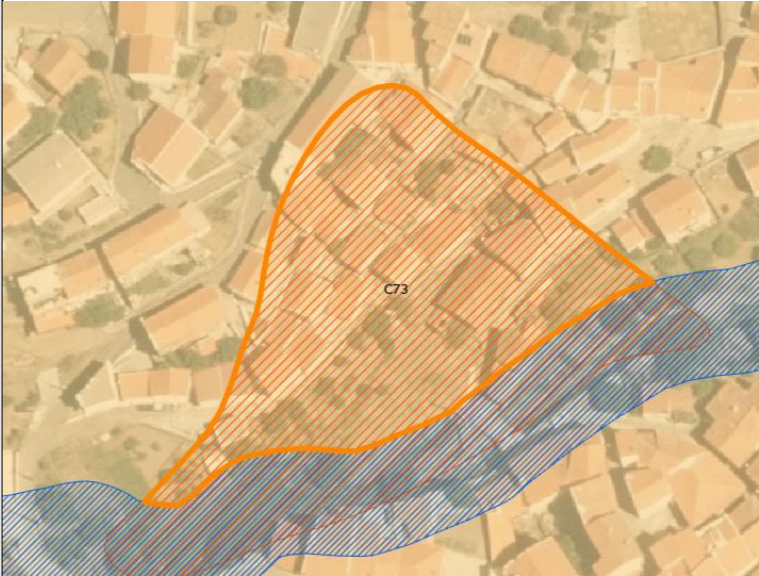

									
C66	18 878,40	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C66, corresponde à C65 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div>   </div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida



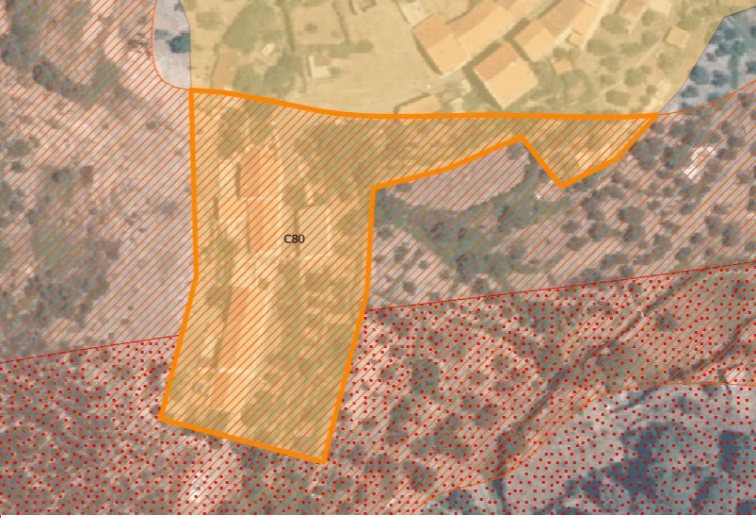
C67	1 969,59	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações pertencentes ao aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C67, corresponde à C66 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C68	919,25	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações pertencentes ao aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C68, corresponde à C67 (proposta para DP).</p> <p>Relativamente à apresentação do comprovativo de legalidade, ver justificação à exclusão C67.</p>	Recomendação acolhida
C69	4 211,91	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C69, corresponde à C68 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão é retificada consoante as correções ao limite do AR (AR13).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida

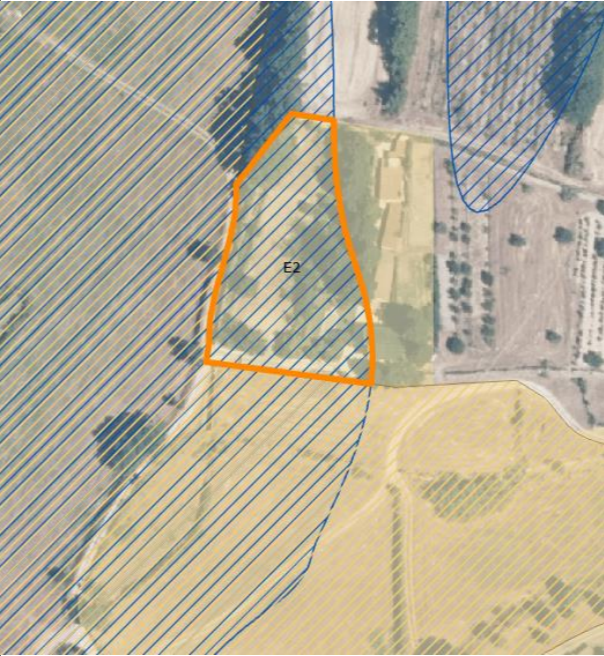
								<p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C70	2 543,82	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C70, corresponde à C69 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão, é corrigida em conformidade da atualização do limite do PU,</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C71	961,63	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Área ocupada por edifícios com uso coletivo, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN, incluindo a mancha C73 condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C71+C73, corresponde à C71 (proposta para DP).</p> <p>O limite da Exclusão é reformulado, unindo-se à C73, segundo a indicação da Entidade. Contudo, note-se que a restante mancha de REN (AIV), a montante das edificações (localizadas já no limite do PU) corresponde a zonas de vertentes. Mantem-se a opção de privilegiar a proteção aos rios naturais nestas áreas.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação parcialmente acolhida


								<div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> <div></div>	
C72	411,13	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C72, corresponde à C70 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div>	Recomendação acolhida


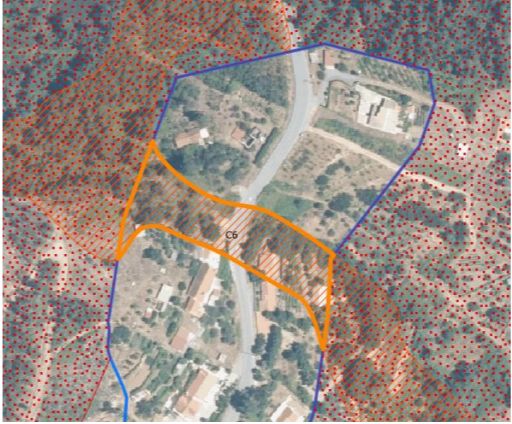
								Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C73	4 287,81	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN, incluindo a mancha C71 condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C71+C73, corresponde à C71 (proposta para DP). O limite da Exclusão é reformulado, unindo-se à C71, segundo a indicação da Entidade. Ver justificação à exclusão C71.	Recomendação acolhida
C74	4 780,53	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C74, corresponde à C72 (proposta para DP). Esta Exclusão é retificada (ligeiras correções) de modo a abranger uma pequena área de AIV que, por lapso, não tinha sido incluída. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.  Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000. Apresenta-se a nova conformação da Exclusão: 	Recomendação acolhida
C75	2 603,10	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, comprometida pelo licenciamento de 05/04/2024 (nº 143/23) para armazém, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, não agravando o risco e a exp. à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN até ao limite da CALM condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C75, corresponde à C73 (proposta para DP). A Exclusão é retificada segundo o indicado pela Entidade, abrangendo a restante área de AIV circunscrita até à área CALM. Parte das áreas AIV, sobrepostas com CALM, tipologia onde não há lugar a exclusões não são incluídas na Exclusão. Note-se que a restante mancha de REN (AIV) corresponde a zonas de vertentes bastante íngremes. Mantém-se a opção de privilegiar a proteção aos ricos naturais nestas áreas. Relativamente ao comprovativo de legalidade das construções existentes, ver justificação à C74.	Recomendação parcialmente acolhida


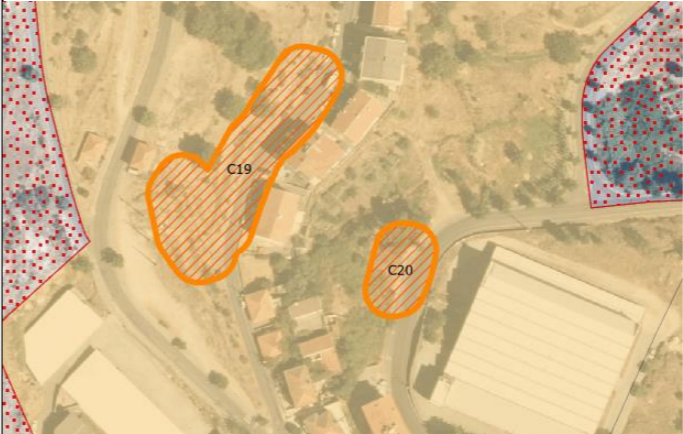
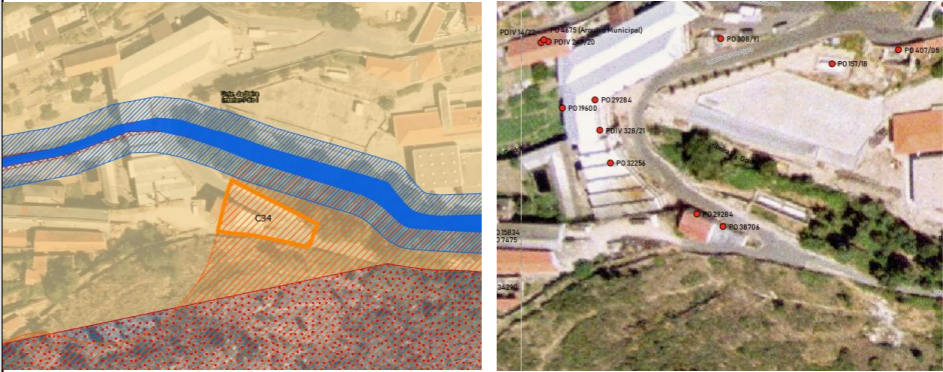
								<p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C76	2 693,98	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida
C77	2 637,98	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C77, corresponde à C79 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida


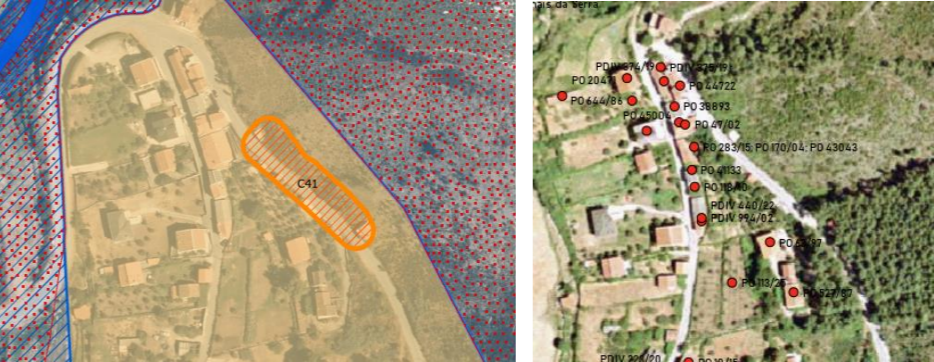
								 <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C78	327,93	AIV	Espaços Centrais	Área sem ocupação edificada, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	agrupar as duas manchas C78 e C79 condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C78+C79, corresponde à C80 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão é retificada segundo o indicado pela Entidade, sendo unidas as Exclusões C78 e C79</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C79	2 863,58	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	agrupar as duas manchas C78 e C79 condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C78+C79, corresponde à C80 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão é retificada segundo o indicado pela Entidade, sendo unidas as Exclusões C78 e C79 Ver justificação anterior.</p>	Recomendação acolhida





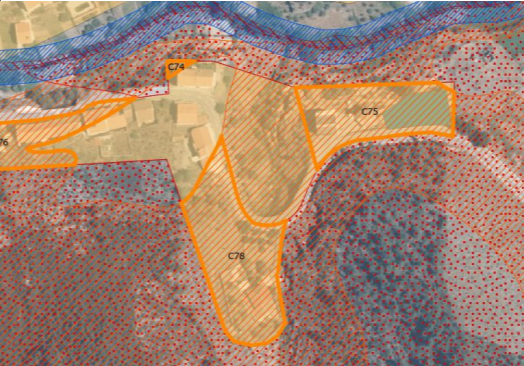

E1	25 849,37	AEIPRA AEIPRA+AER EHS	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a preservação e consolidação do aglomerado, contribuindo para a satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementares.	Favorável condicionado	2	condicionado à pronúncia do ICNF sobre a proposta de aglomerado rural	<p>Não será alterada a delimitação da Exclusão.</p> <p>É mantida a proposta de Aglomerado Rural. Uma vez que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre o AR em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.</p>	Contributo registado
E2	7 348,77	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2	RAN - não pedem a exclusão da RAN devem ponderar a exclusão da RAN	<p>Embora a exclusão se apresente com parecer favorável, a mesma é retificada, circunscrevendo-se ao lote edificado a norte e, consequentemente, ao limite da RAN (proposta).</p> <p>Mantem-se a proposta da RAN sem exclusão nesta área (ver Notas e Comentários ORD.CQS.49 ao quadro de ponderação da CCDRC_PDM (Plano))</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Contributo registado
E3	928,90	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado
E4	997,22	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado


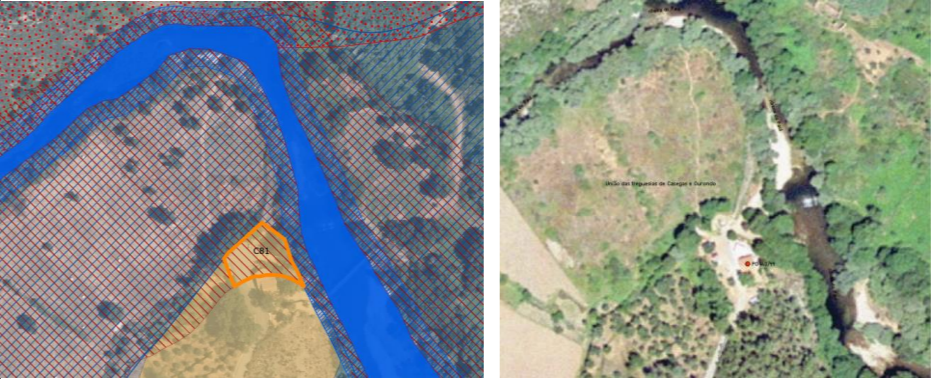
E5	52 357,14	AEIPRA AEIPRA+AER EHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado
E6	5 976,98	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, com infraestruturação programada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, contribuindo para a satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementares.	Favorável	2			Contributo registado
E7	42 226,25	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, com infraestruturação programada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, contribuindo para a satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementares.	Favorável	2			Contributo registado
E8	92 725,29	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável condicionado	4	reformular a mancha a sul para minimização dos impactos na tipologia em presença, conforme parecer do ordenamento	<p>A Exclusão será retificada segundo a nova delimitação da AED (AED09) (diminuição da profundidade, na zona sul). Procede-se ainda à retificação até ao limite da RAN (proposta) de modo a não haver Exclusão da REN em área RAN.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
E9	934,47	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado

E10	48 980,07	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado
E11	1 016,39	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado
Apresentação e justificação de Novas Exclusões									
C6			Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no AR 22 Amieiral, sobrepostos com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C7			Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no AR 25 Quintas da Atalaia (norte), sobrepostos com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	

								 <p>Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C20			Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Exclusão proposta recorrente da indicação da Entidade à ponderação da exclusão C18: <i>“reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN e eliminar da REN a pequena mancha isolada”</i></p> <p>Atendendo que na delimitação de AIV, não existe nenhum passo metodológico que possibilite a eliminação de manchas isoladas, é proposta a exclusão desta área de AIV.</p> <p>Ver justificação à Exclusão C18 (Note-se que a C18, corresponde à C19 (proposta para DP))</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C34			Espaços Habitacionais Tipo I, Espaços de Equipamentos	Área ocupada por habitação, cuja exclusão visa a preservação, regeneração urbana e colmatação do PU, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 36 Covilhã, sobrepostos com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	

C40			Espaços Urbanos de Baixa Densidade, Espaços Verdes de Enquadramento	Área ocupada por habitações, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 44 Unhais da Serra, sobrepostos com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C41			Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Atendendo à indicação da Entidade, relativamente à eliminação de pequenas manchas de AIV, e uma vez que não existe nenhum passo metodológico que possibilite a eliminação de manchas isoladas, é proposta a exclusão desta AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C50			Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no AED 11 Erada (ponte), sobrepostos com AEREHS.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	

								 	
								Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C61			Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por edificação, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU Paul sobrepostos com ZAC.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	 
								Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C74			Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 23 São Jorge da Beira com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	 
								Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	

C75			Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, comprometida pelo lic. de 26/10/2024, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.			Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 23 São Jorge da Beira com AIV. Ver justificação à C74.	
C77			Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por edificações, cuja exclusão visa a preservação, regeneração urbana e colmatação do PU, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.			Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas de AIV, com presença de edificações e que a sua exclusão privilegia a colmatação do PU 23 São Jorge da Beira. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1. 	
C78			Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.			Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 23 São Jorge da Beira com AIV. Ver justificação à C74.	
C81			Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por edificações, cuja exclusão visa a preservação, regen. urbana e colmatação do PU, e compatib. com o uso atual, condicionada à integração em ZI para minim. das consequências da ocorrência de cheias.			Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 34 Ourondo, sobrepostas com ZAC. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1. 	

Conferência Procedimental – REN

Ponderação prévia – APA/ARHTO

QUADRO 3

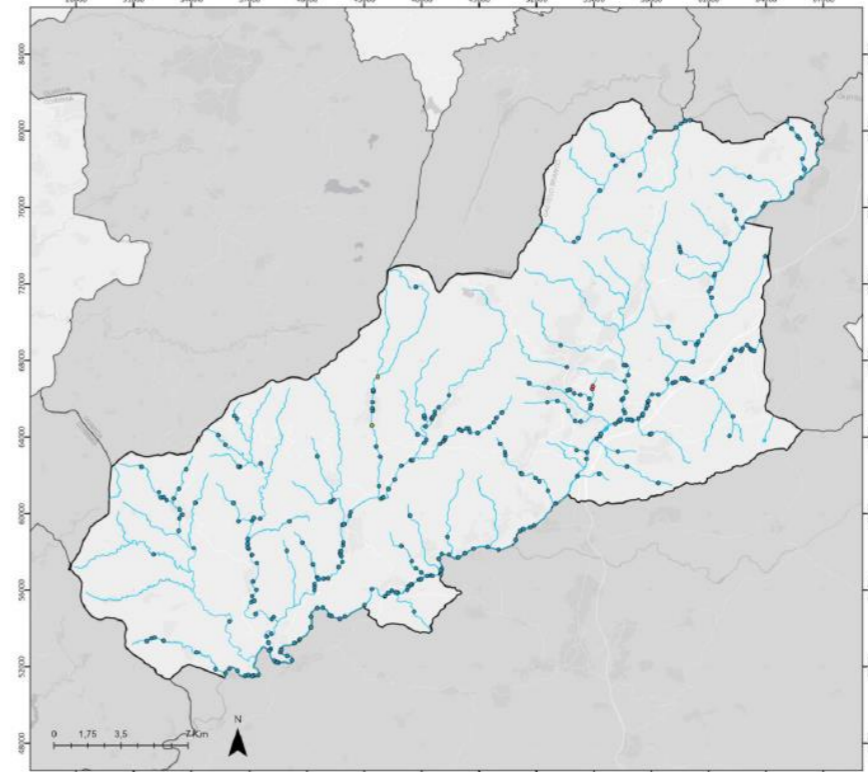
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA ARHTO)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

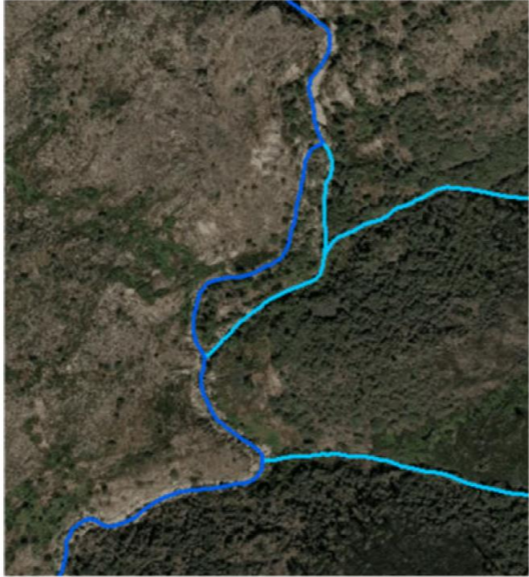

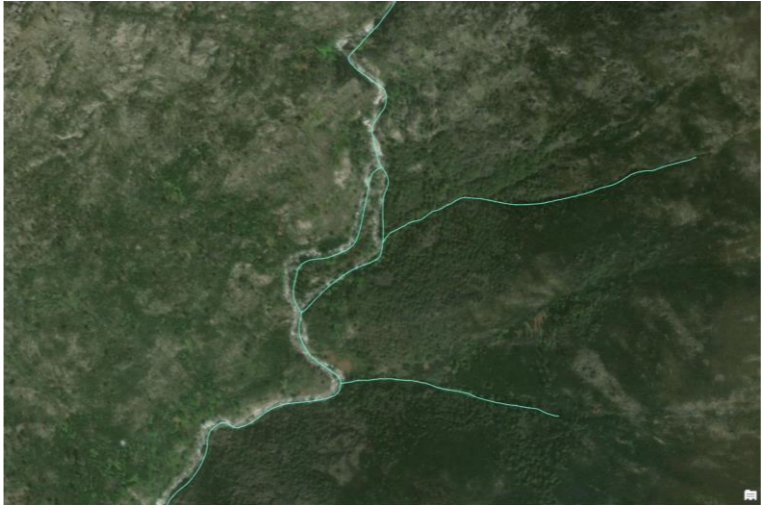

(Anexo 3 – Apreciação da proposta de REN)


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
2. Elementos da proposta				
EP.01	16	<p>Os elementos constituintes da proposta, analisados para emissão de parecer, foram descarregados da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), sendo particularmente relevantes, na ótica da salvaguarda e proteção dos recursos hídricos, os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Memória Descritiva e Justificativa da REN (1_0503_MDJ REN_2025.04.pdf, datada de abril 2025)</i>• <i>Informação geográfica:</i><ul style="list-style-type: none">○ <i>Proposta de delimitação das diferentes tipologias;</i>○ <i>Cartografia de base</i> <p><u><i>Note-se que não foi entregue nenhum exemplar da MDJ ou outros documentos com as alterações introduzidas devidamente assinaladas conforme amplamente solicitado em pronúncias anteriores destes serviços.</i></u></p>	<p>As alterações/correções, advindas da 1ª Reunião Plenária da CC, foram vertidas na MDJ da delimitação da REN, bem como nos respetivos Quadros de Ponderação apresentados. Neste contexto, a MDJ sofreu um número muito significativo de alterações, dando lugar à reformulação de um grande número de textos, dados, cartogramas, e mesmo de alguns subcapítulos de forma integral.</p> <p>Num primeiro momento, procurou-se manter esse registo de alterações no documento Word, mas este acabou por ficar demasiado “pesado”, tendo sido necessário abandonar esse registo de alterações, sob pena de não ser possível trabalhar ou mesmo gravar o documento.</p> <p>Optou-se, assim, pela apresentação de uma MDJ “final” consolidada, onde, numa forma integral, se analisasse a delimitação da REN do concelho.</p>	Recomendação não acolhida
4. Apreciação técnica				
4.1. Aspetos gerais				

AG.01	17	<p>Conforme já referido no presente parecer, bem como em pronúncias anteriores, considera-se essencial a elaboração de uma planta temática sobre os recursos hídricos. a correta delimitação da REN está largamente dependente da cartografia de base utilizada e as discrepâncias detetadas na análise efetuada nesse âmbito, revelam que existem, entre outros aspetos, muitas omissões de linhas de água. Embora a proposta refira que foram feitas algumas retificações, considera-se que não foram suficientes para assegurar uma correta representação da rede hidrográfica do concelho.</p>	<p>Na ponderação efetuada às pronúncias anteriores da entidade, foi já abordada esta questão, nomeadamente as limitações que existem relativamente à delimitação desta tipologia da REN, que são transversais a todos os Municípios a nível nacional. Contudo, considera o Município que a Cartografia de Base Homologada, sendo reconhecida como válida pela entidade da tutela com competências nesta matéria (Direção-Geral do Território), deve ser a base a utilizar.</p> <p>Importa, também, constatar o referido nas OENR relativamente à delimitação dos CALM a partir da cartografia de base:</p> <p>2 - Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre</p> <p>2.1 - Cursos de água e respetivos leitos e margens</p> <p>A definição de cursos de água constante do regime jurídico da REN determina a <u>seleção das linhas de água identificadas na cartografia de base</u> que possuem as características mínimas para serem integradas na REN.</p> <p>(...)</p> <p>Ainda assim, no sentido de uma aproximação às exigências que haviam sido solicitadas pela entidade em pronúncias anteriores, foram sendo efetuadas, sucessivamente, nas diferentes versões de REN apresentadas, melhorias significativas, através de um esforço adicional de correção nos cursos de água incluídos em CALM, nomeadamente: correções do traçado do curso de água, marcações/extensão de troços de cursos de água omissos e delimitação/correção de áreas de leito de cursos de água.</p> <p>No que diz respeito à referência da entidade (“Embora a proposta refira que foram feitas algumas retificações”), importa salientar que a MDJ da REN apresentada na 2.ª Reunião da CC não se limita a referir que foram efetuadas alterações. São identificados/espacializados, em cartograma específico na MDJ, todos os pontos de correção/aferição (num total de 332 pontos). Ver figura infra, extraída da MDJ da REN.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>
-------	----	--	---	----------------------------------

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<div><p>LEGENDA:</p><ul style="list-style-type: none">Limite administrativo do concelhoLimites administrativos dos concelhos limítrofesCursos de água selecionados para integração da tipologia CALMCorreção<ul style="list-style-type: none">Troço com correção do traçado (troço emisso na cartografia de base)Troço com correção do traçado com base em ortofotoTroço considerado na forma poligonal e com correção do traçado com base em ortofoto<p>Figura 4. Localização e tipo de correções do traçado efetuadas nos cursos de água selecionados para integrar a tipologia CALM</p><p>Base cartográfica da figura: CAOP, 2023; Basemap da ESRI</p><p>Na informação intermédia da delimitação desta tipologia REN, consta, também, uma <i>shapefile</i> (com o nome “<i>pnt_rev_CALM_Covilhã</i>”) com a identificação de todos os pontos de correção.</p></div>	
4.2. Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre				
4.2.1. Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM)				
CALM.01	17	No que respeita à proposta delimitação dos CALM, reitera-se o referido nos pareceres anteriores relativamente à cartografia de base - Rede Hidrográfica, designadamente nas consequências que advêm para a proposta de delimitação da REN. Esta questão foi já abordada neste parecer.	Ver justificação ao ponto AG.01.	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.02	17 e 18	<p><i>b) na análise efetuada sobre a proposta atual foram detetadas algumas situações, como sejam, a título de exemplo:</i></p> <p><i>i. As linhas de água para montante da Albufeira da Cova do Viriato devem integrar a REN;</i></p> <p>...</p>	<p>As linhas de água a montante da albufeira da Cova do Viriato não se enquadram nos critérios de seleção da tipologia CALM, designadamente: linhas de água com bacia drenante superior a 3,5 km2 e/ou integradas na 3ª ordem da classificação de Strahler</p> <p>Note-se, que a tipologia em análise se encontra praticamente estabilizada, salientando ainda, que no anterior Parecer da entidade (respetivamente o parecer de análise da proposta apresentada em sede da 1.ª Reunião Plenária da CC), nada se indicava neste âmbito, indicando outras correções (as quais foram sanadas na presente proposta de delimitação).</p> <p>"No que respeita ao critério da dimensão da bacia de drenagem com uma área mínima de 3,5 km2, verifica-se que a proposta integra os leitos normais dos cursos de água identificados pela APA-ARHTO, à exceção de duas situações que carecem de revisão ou fundamentação (ver figura 1 em anexo)."</p> <p>(excerto do Parecer da 1.ª Reunião Plenária da CC)</p> <p>Não referindo à necessidade de delimitação em CALM dos cursos de água agora assinalados pela entidade.</p>	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.03	17 e 18	<p>b) na análise efetuada sobre a proposta atual foram detetadas algumas situações, como sejam, a título de exemplo:</p> <p>...</p> <p>ii. O traçado das linhas de água integrada nos CALM- REN deve corresponder ao traçado da mesma linha de água na rede hidrográfica de base - ver figura CALM – 1 (Anexo 4), na Ribeira de Cortes (a sudoeste de Sanatório dos Ferrovíários).</p> <p>Deve ainda ser garantido que se encontram representadas como entidades iguais (ou seja, por linhas ou polígonos em ambas as cartografias);</p> <div></div> <p>Fig. CALM -1 - Ribeira de Cortes (a sudoeste de Sanatório dos Ferrovíários) (proposta atual – azul; rede hidrográfica – azul-claro)</p>	<p>O troço que se apresenta na figura corresponde a uma situação de derivação do leito, sendo que a cartografia de base representa ambos os "braços" do leito (ver 1ª imagem abaixo). Para efeitos de integração na REN, foi considerado o troço mais significativo (lado oeste), por onde se processa preferencialmente o escoamento (ver 2ª imagem abaixo).</p> <div><p>Linhas de água da Cartografia de Base Homologada</p><p>Curso de água integrado em CALM</p></div>	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.04	17 e 18	<p>iii. Omissão de linhas de água na rede hidrográfica de base, representada na Carta Militar, que deveria integrar a REN - CALM sob o critério de associação a ZAC (fig. CALM-2)</p>  <p>Fig. CALM -2 -Proposta atual (azul); proposta anterior (verde) e rede hidrográfica de base (azul-claro)</p>	<p>Relativamente ao ponto b) iii., entende-se que o curso de água identificado pela entidade (linha verde) não contribui de forma significativa para a formação de ZAC.</p> <p>As ZAC aqui representadas resultam da ribeira da Boidobra (curso de água C_15), optando-se pela integração desta em REN, como CALM. Salienta-se que a ribeira da Boidobra é identificada como uma linha de água com bacia drenante superior a 3,5 km² e integrada na 3ª ordem da classificação de Strahler.</p> <p>Relativamente à falta de representação dos troços omissos da cartografia de base (comparativamente ao apresentado na cartografia militar), uma vez que o curso de água (linha verde) não é integrado em CALM, o mesmo manteve-se com a extensão apresentada na cartografia de base homologada, não se considerando a sua correção (i.e. só se procedeu a correções de traçado de cursos de água, nos casos em que os mesmos integram a tipologia CALM).</p>	Recomendação não acolhida
CALM.05	18	<p>Na fig. CALM -2 são visíveis pelo menos 3 tipos de situações a rever:</p> <p>i. Omissão de uma linha de água na rede hidrográfica de base, representada na Carta Militar, que deveria integrar a REN - CALM sob o critério de associação a ZAC</p>	<p>No seguimento do referido no ponto anterior, os cursos de água afluentes da ribeira de Boidobra não são integrados em CALM, uma vez não se enquadram nos critérios de seleção para integração nesta tipologia da REN.</p> <p>Salienta-se, ainda, que a delimitação da ZAC apresentada resulta da simulação de uma cheia centenária, com os caudais para a bacia da ribeira de Boidobra.</p> <p>Devido à topografia existente (zonas mais baixas e algumas depressões de terreno) na foz de algumas das ribeiras afluentes de linhas de água “principais”, poderá parecer, à partida, que a ZAC delimitada resulta dessas linhas de água secundárias, quando, na verdade, resultam da subida da cota na linha de água principal, que “preenche” esses espaços.</p> <p>Por esse motivo, apenas se integraram em CALM as linhas de água que, efetivamente, contribuem, de forma significativa, para formação de ZAC, e não todas as linhas de água que interseitam a ZAC (o que iria desvirtuar o exercício de delimitação dos CALM, integrando nesta tipologia muitos cursos de água de menor importância).</p>	Recomendação não acolhida
CALM.06	18	<p>ii. Foi retirada da proposta de CALM a linha de água que vem de norte (nascente próxima do hospital) que conflui com ZAC, pelo que deve integrar a REN;</p>	<p>Este afluente foi retirado (substituído pela linha de água que identifica a ribª da Boidobra) uma vez que foi considerada, para integração em CALM, a ribeira da Boidobra (curso de água C_15) identificada como um curso de água com bacia drenante superior a 3,5 km² e integrada na 3ª ordem da classificação de Strahler e ainda associada à formação de ZAC.</p>	Contributo registado e não acolhido

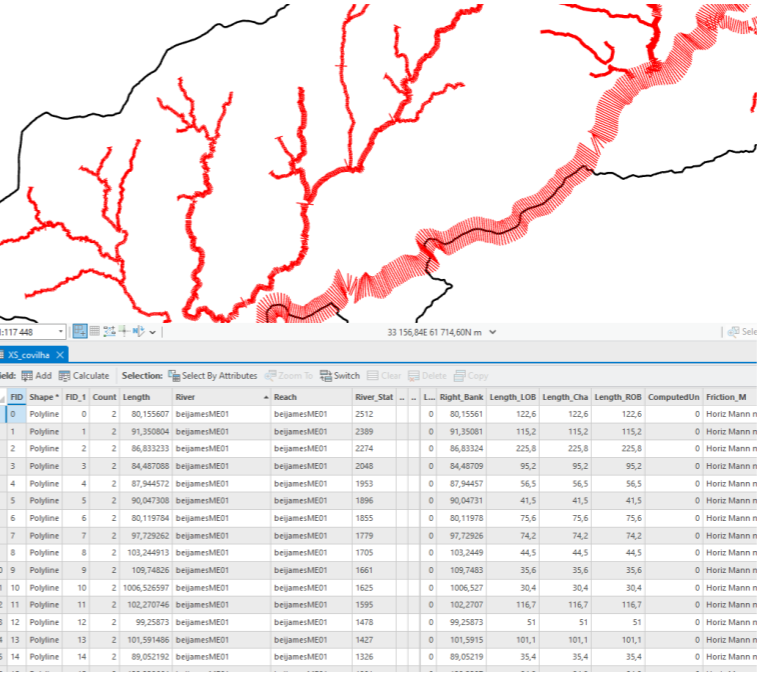
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.07	18	iv. Linhas de água que não estão representadas até à cabeceira;	<p>Os cursos de água incluídos em CALM foram delimitados, segundo o traçado indicado na cartografia de base homologada e considerados até aos respetivos pontos de “nascente” (incluindo-se nas respetivas cabeceiras).</p> <p>Procedeu-se, ainda, a uma ligeira correção (extensão) até a cabeceira do Rib.º da Moita dos Ferreiros (C_82).</p> <p>Neste contexto, importa ainda salientar, na generalidade dos cursos de água integrados em CALM, sobretudo aqueles que podem ser considerados como linhas de água "principais", encontram-se representados até à cabeceira. No entanto, existem outros cursos de água, que podem ser considerados "secundários", cujo traçado se prolonga até ao local onde o mesmo é visível. Uma vez que, de acordo com as OENR, as Cabeceiras das Bacias Hidrográficas (CBH) partem das "<i>linhas de festo principais e abrangendo áreas planas e convexas adjacentes e áreas côncavas até à interseção com a linha de água principal</i>", daqui resulta que algumas linhas de água CALM, de importância secundaria, não se prolonguem até à área das Cabeceiras que integra a tipologia AEIPRA.</p> <p>Exemplos da delimitação dos cursos de água CALM até às CBH, observando-se ainda os cursos de água dados pela cartografia de base homologado se estendem por vezes dentro da área das CBH.</p> 	Contributo registado e não acolhido
CALM.08	18	v. Linhas de água representada na Carta Militar, visíveis nos ortofotomapas e que não estão representadas na rede hidrográfica de base.	<p>Como anteriormente referido, o processo de delimitação da REN não pressupõe a criação/delimitação de nova cartografia de recursos hídricos, nem que a delimitação dos CALM seja baseada nesta. Contudo, na delimitação dos CALM, foram asseguradas diversas correções, num esforço adicional desenvolvido pelo Município/ET, efetuando-se correções/aferições adicionais do traçado de cursos de água CALM.</p> <p>Ver ponderação a ponto AG.01.</p>	Contributo registado e não acolhido

4.2.3. Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AEIPRA.01	19 e 20	<p>Relativamente à componente das cabeceiras das bacias hidrográficas a integrar na tipologia AEIPRA, no Município de Covilhã, é referido o enquadramento legal, não sendo referenciada a “Orientação Técnica para Apoio ao Cálculo das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas” (OTCH).</p> <p>De um modo geral, verifica-se que os procedimentos de cálculo das cabeceiras não se apresentam de acordo com os objetivos referidos na OTCH.</p>	<p>Relativamente à proposta de delimitação das CBH, importa enquadrar os antecedentes, nomeadamente o parecer emitido pela entidade no âmbito da proposta de REN que integrou os elementos apreciados na 1.ª Reunião Plenária da CC. Sobre a delimitação das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas, podia ler-se, no referido parecer:</p> <p><i>“Da análise da informação geográfica disponibilizada conclui-se que foram utilizadas as cabeceiras das linhas de água de 3ª ordem, com processos que revelam generalização e suavização das manchas, sendo o resultado mais adaptado à configuração do território, embora apenas de modo aproximado se analisado com a topografia disponibilizada.</i></p> <p><i>De igual modo, se for feita uma análise considerando a rede hidrográfica disponibilizada, verifica-se que esses ajustes deveriam, para um resultado mais adequado, ter em conta o traçado da mesma (nomeadamente, após a sua revisão de acordo com o já exposto neste parecer).</i></p> <p><i>Assim, sugere-se que se tentem minimizar as sobreposições com as linhas de água representadas em cartografia de menor escala (utilizando como referência a Carta Militar 1/25.000, por exemplo).</i></p> <p><i>Sugere-se, ainda, que esta análise decorra em simultâneo com a revisão da rede hidrográfica da cartografia de base. A título de exemplo, podem observar-se as situações ilustradas nas figuras 6 a 8 em anexo.</i></p> <p><i>Tendo, ainda, em conta as respostas apresentadas no Quadro-1, <u>considera-se de aceitar condicionalmente a proposta de delimitação apresentada, devendo ser feitos ajustes face ao exposto.</u></i></p> <p>Neste âmbito, uma vez que foram feitos os ajustes indicados, estando a tipologia praticamente estabilizada (tanto da delimitação das áreas de recarga, como na delimitação das CBH do concelho), entende o Município/ET de manter a delimitação das CBH apresentadas em sede da 2.ª Reunião Plenária da CC.</p> <p>De notar ainda, embora o resultado das CBH apresentado, em certa medida, não cumpra as OTCBH, as CBH são obtidas a partir dos trabalhos de delimitação das cabeceiras das linhas de água desenvolvido pelo ISA e disponibilizado na plataforma do EPIC-WEBGIS. Esta informação tem por base a metodologia da Selma Pena. Salienta-se que metodologia adjacente ao resultado do EPIC-WEBGIS é a mesma a aplicar segundo as OTCBH, o qual levará a resultados similares ao apresentado na delimitação das CBH para o concelho da Covilhã.</p> <p>Assim, tendo por base as cabeceiras fornecidas pelo EPIC-WEBGIS, foram consideradas as cabeceiras até à 3ª ordem, uma vez que estas correspondem às bacias hidrográficas das linhas de água desde a escala nacional (1ª ordem), regional (2ª ordem) à escala municipal, permitindo assegurar a continuidade ecológica com os cursos de água do sistema REN. A este resultado, como descrito acima, foram ainda feitos ajustes de modo a minimizar a sobreposição com as linhas de água.</p>	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AEIPRA.02	19 e 20	<p><i>Correção das Linhas de Festo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> De acordo com a MDJ, não foi realizado o acerto das linhas de festo ao território e à escala municipal. Uma vez que a OTCH apresenta o objetivo da criação de dados que representem com maior detalhe a realidade local, é pedido que seja realizada a delimitação de CBH com recurso a linhas de festo à escala local. Acrésceta-se que será necessário referir e justificar, na MDJ, a metodologia usada e que cada alteração, com base na geomorfologia local, deverá ser apresentada com a justificação para essa opção relativa à metodologia. 	Ver justificação AEIPRA.02.	Recomendação não acolhida
AEIPRA.03	19 e 20	<p><i>Delimitação das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> A delimitação das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas não foi efetuada através da metodologia referida na OTCH. Uma vez que a metodologia apresentada não representa corretamente as CBH, à escala do concelho, alertamos que a mesma deverá ser justificada com maior pormenor ou alterada (por exemplo, de acordo com as orientações definidas na OTCH), no âmbito de permitir a avaliação necessária da tipologia. O conhecimento da geomorfologia local, que o município detém, é uma mais-valia que deve ser usada e acrescentada aos processos de modelação matemática usados. <p><i>Importa salientar que a MDJ deverá referir e referenciar a “Orientação Técnica para Apoio ao Cálculo das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas”, elaborada pela Comissão Nacional do Território, que auxiliará, tanto o processo de delimitação das cabeceiras, como a forma de expor os resultados para a sua validação.</i></p>	<p>Ver justificação AEIPRA.02.</p> <p>Neste âmbito, em sede de MDJ da REN, será devidamente justificada a opção da presente proposta de delimitação das CBH do concelho, em detrimento da não opção da delimitação das CBH segundo a metodologia da OTCBH.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
AEIPRA.04	19 e 20	<p><i>De um modo geral, considera-se ainda pertinente salientar a importância da apresentação de cartogramas que demonstrem a sequência dos diferentes passos e de um aprofundamento quanto aos detalhes relativos à metodologia, tal como é apresentada nas OTCH. Mais especificamente estão em falta os cartogramas referentes à comparação das linhas de festo base com sobreposição das linhas de festo ajustadas e dois cartogramas comparativos das CBH obtidas, um com sobreposição das linhas de festo ajustadas e outro com sobreposição das linhas de festo nacionais.</i></p> <p><i>Alerta-se que é requerida toda a informação geográfica relevante, de forma a auxiliar a avaliação do processo realizado.</i></p> <p><i>Finalmente, importa lembrar que os processos de modelação estão sempre sujeitos a erros imprecisões, pelo que é fundamental, por parte da equipa técnica e do município, um olhar crítico sobre os resultados obtidos e, caso necessário, o ajustamento dos resultados ao território, garantindo uma melhor delimitação e gestão da REN.</i></p>	Ver justificação AEIPRA.02.	Recomendação não acolhida
4.3. Áreas de prevenção de riscos naturais				
4.3.1. Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC)				
ZAC.01	20 e 21	<p><i>Face ao parecer antecedente S058523-202410-ARHTO.DPI, de 10.10.2024, a reunião de 14 e 23 de outubro de 2024, a respetiva Ata, bem como o Quadro de Ponderação (QP) apresentado face aos pareceres da ARHTO e a referida reunião havida, cumpre esclarecer:</i></p> <p><i>a. Embora tenha sido apresentado conjuntamente com a Proposta um quadro / tabela que sistematiza as questões levantadas pela ARHTO e as respetivas respostas (QP), não foi remetida uma versão da MDJ com a identificação de todas as alterações introduzidas (com texto em cor diferente) e de modo a tornar eficaz a análise a efetuar, sendo que o QP menciona que, “O grande número de alterações efetuadas tornou inviável e pouco operativo elaborar um documento onde se sinalizassem todas as alterações”.</i></p>	Ver ponderação ao ponto EP.01.	Contributo registado

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.02	21	<p><i>c. Algumas alterações ou ajustes realizados (face ao estabelecido na Reunião de Concertação de 14 e de 23 de outubro de 2024), não introduziram melhorias substanciais ao EHH desenvolvido atendendo ao estritamente pretendido no RJREN, delimitação das Zonas Ameaçadas pela Cheias.</i></p> <p><i>Identifica-se a seguinte situação de âmbito meramente exemplificativo:</i></p> <p><i>No ofício antecedente da APA-ARHTO (S058523-202410-ARHTO.DPI), página 7 do seu Anexo 1 – Apreciação da Proposta, referiu-se que “Relativamente às séries de registos de precipitação máxima diária anual nas estações de Caria (12M/01UG), Covilhã (12L/03G), Valhelhas (11M/01UG) e Silvares (13K/02UG), estas foram atendidas para fins de aferição da precipitação máxima diária anual para o período de retorno de 100 anos, com base na lei de distribuição de Gumbel – tipo I. Não foi avaliada a consistência das séries, nem a lei de distribuição que melhor se lhes aplica. Foi igualmente determinada a precipitação máxima diária anual para os períodos de retorno de 1, 2.5, 5, 10 e 50 anos, que não apresentam fundamento no âmbito da delimitação da tipologia ZAC.”</i></p> <p><i>Na reunião de concertação ficou estabelecido que o estudo atenderia ao período de retorno de 100 anos.</i></p> <p><i>O atual QP menciona que a secção do EHH em questão foi alterada.</i></p> <p><i>O atual EHH (abril de 2025), página 54, explicita que “O menor registo de precipitação diária máxima anual foi de 22,8 mm, 34,0 mm, 30,7 e 43,0 mm para as estações de CARIA (12M/01UG), COVILHÃ (12L/03G), SILVARES (13K/02UG) e VALHELHAS (11M/01UG), respetivamente, com um período de retorno de um ano enquanto o maior valor de precipitação máxima diária anual registado nas séries foi de 180,6 mm, 260,8 mm, 201,0 mm e 281,6 mm, com um período de retorno de 181, 261, 201 e 281 anos, (...)”.</i></p> <p><i>Posto isto, verifica-se que, não obstante o solicitado e as alterações realizadas à redação do EHH, o seu conteúdo é por vezes demasiado lato, não sendo focado para o contexto da delimitação das Zona Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) no âmbito do RJREN e das OENR, o que conduz a alguma ineficácia.</i></p>	<p>A informação referida apresenta-se no documento para efeitos de contextualização.</p> <p>Será reanalisado o texto, focando-se apenas nos aspetos essenciais para o contexto da delimitação das Zona Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) no âmbito do RJREN e das OENR.</p>	<p>Contributo acolhido</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.03	22	<p>f. Não consta a localização exata, em shapefile, das secções estudadas no Estudo Hidrológico e Hidráulico. A sua localização integra o Anexo II do EHH, devendo ser complementada por informação geográfica (shapefile). Da informação geográfica deve ainda constar os restantes parâmetros considerados neste anexo, e ainda a profundidade e velocidade de escoamento.</p>	<p>A informação vetorial, indicada pela entidade, consta da Informação Intermédia (delimitação da ZAC) apresentada sede da 2.ª Reunião Plenária.</p> <p>Constando ainda os Registos de cheia analisados e a velocidade e profundidade de escoamento, vejam-se as pastas anexadas aos elementos enviados:</p> <div><div>Nome</div><div><div>Registos de Cheia</div><div>Seccoes</div><div>Velocidade_Profundidade</div></div><div>Data de modific</div><div><div>17/04/2025 10:0</div><div>15/04/2025 14:3</div><div>17/04/2025 17:0</div></div></div> <p>Na imagem seguinte apresenta-se, um exemplo das secções apresentadas e da respetiva tabela de atributos:</p>  <p>Quando à falta dos dados relativos à profundidade e velocidade, tratar-se-á de um lapso no parecer, pois a própria entidade identifica estes dados na sua análise apresentada na Figura ZAC 03 e Figura ZAC 04, anexas ao parecer apresentado em sede da 2.ª Reunião Plenária (ver ponto ZAC.07).</p>	Contributo registado

ZAC.04	22 e 23	<p><i>g. O EHH apresenta a comparação entre a proposta das ZAC e a delimitação da ZA ao rio Zêzere (pag.118/119 do EHH), apresentado alguns exemplos de discrepâncias existentes, fundamentando-as.</i></p> <p><i>Refere o EHH que, “considerando apenas os troços que se encontram delimitados como ZA, e fazendo a sua correlação para circunscrição da ZAC, observa-se que a diferença entre a ZA e área inundável simulada é de 779,3 ha: passando de 2379 ha (ZA), para 1599,7 ha (...).</i></p> <p><i>Comparando, então, ambas as áreas (ZA e área inundável simulada) verifica-se que as diferenças resultam, sobretudo, de um muito menor rigor cartográfico que esteve subjacente à delimitação da ZA. Estas situações tornam-se ainda mais evidentes, quando comparada a ZA com a cartografia de base do concelho (elaborada à escala 1:5 000).</i></p> <p><i>Neste âmbito, importa referir que a área inundável foi simulada tendo por base, na área do concelho, a cartografia de base à escala 1:5 000 (conferindo um maior detalhe à sua delimitação). O resultado da simulação das áreas inundáveis, como explanado no Ponto anterior, foi ainda corroborada pelos registos históricos de cheias e trabalho de campo associado aos mesmos. Note-se, ainda, que os resultados de simulação das áreas inundáveis, obedeceram aos métodos descritos no presente estudo (assegurando-se o cumprimento das disposições que constam da Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, na sua redação atual)”.</i></p> <p><i>Há a reportar que as propostas de ZAC dos municípios do Fundão e de Belmonte foram aceites com divergências existentes entre as duas delimitações, ZAC e ZA, considerando os fundamentos apontados nas propostas apresentadas, a existência de diversas incorreções na delimitação original da ZA, do conhecimento da APA, e a necessidade de ser elaborado um estudo hidrológico e hidráulico integrado, que resulte na representação do território inundável para a cheia centenária do rio Zêzere e seus afluentes, coerente e contínuo entre e nos concelhos abrangidos.</i></p> <p><i>No entanto, há a reportar que a delimitação das ZAC representada na Imagem D da Figura 40 do EHH (Figura 1, em anexo), e na Figura 2, não se afigura viável do ponto de vista da representação das ZAC no local, e independentemente dos testemunhos obtidos no trabalho de campo da ET.</i></p> <p><i>O local é aplanado, localizado em zona de confluência de dois cursos de água com caudal elevado em situação de evento de precipitação extrema, com vasta área contributiva, sendo que as diferenças de cotas entre as áreas delimitadas como ZAC e as bolsas/áreas excluídas não são expressivas, o que não permite garantir com segurança que o nível de água decorrente de cheia centenária, não atinja essas áreas.</i></p> <p><i>As áreas em causa (representadas nas Figuras 1 e 2) devem integrar as ZAC.</i></p>	<p>As ZAC apresentadas na delimitação da REN do concelho da Covilhã, como explanado na MDJ da REN e respetivo Anexo I (Cartografia de Risco – Estudo hidrológico para o concelho da Covilhã (EH)), tiveram por base os resultados da simulação das áreas inundáveis para o concelho, advindas do respetivo EH.</p> <p>A simulação das áreas inundáveis/ZAC, obedecem às OENR da delimitação da REN, onde os caudais de ponta de cheia obtidos, foram utilizados para a delimitação de áreas suscetíveis de serem inundadas, considerando um período de retorno de 100 anos.</p> <p>Neste âmbito, salienta-se, ainda, que na determinação dos caudais de ponta de cheia para as bacias hidrográficas analisadas no concelho, foram <u>aplicados seis métodos</u>, onde, com base nos valores obtidos, e após exclusão do maior e do menor valor, foi calculada a sua média (método analisados: método de Loureiro, método de Turazza-Giandotti, método Racional, método Soil Conservation Service (SCS), método de Temez e métodos do Hidrograma unitário do (SCS)).</p> <p>Abaixo apresenta-se uma imagem onde se procura explicar o resultado, na zona mencionada pela entidade. Como resultado da simulação da área inundável “bruta” (polígono azul-claro), observam-se algumas áreas vazias (círculo amarelo), nomeadamente em zonas onde as curvas de nível efetuam uma inflexão (apontando para a existência de um pequeno “morro”, corroborado por alguns pontos cotados ligeiramente superiores à envolvente, intercalados com outros com cota similar.</p> <p>Neste caso, para delimitação da ZAC (trama castanha), o vazio foi colmatado, tornado a ZAC mais orgânica e aderente ao território.</p> <p>Transversalmente, observa-se que o resultado “bruto” é coerente nas duas margens do rio Zêzere, mostrando-se com a mesma cota de inundação.</p> <p>No caso das áreas vazias de maior dimensão, através da análise dos pontos cotados da cartografia de base homologada, verifica-se, genericamente, que estas se encontram acima da cota de inundação apresentada. (ver imagem seguinte)</p> <p>Neste contexto, entende o Município/ET, manter a delimitação dos vazios da ZAC.</p>	Recomendação não acolhida
--------	---------	---	--	---------------------------

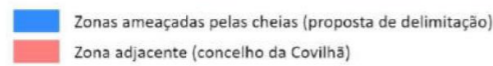
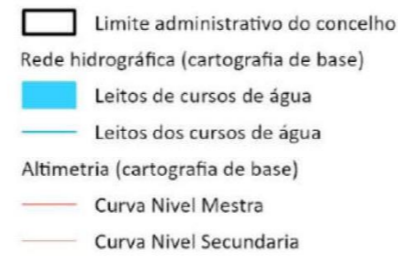
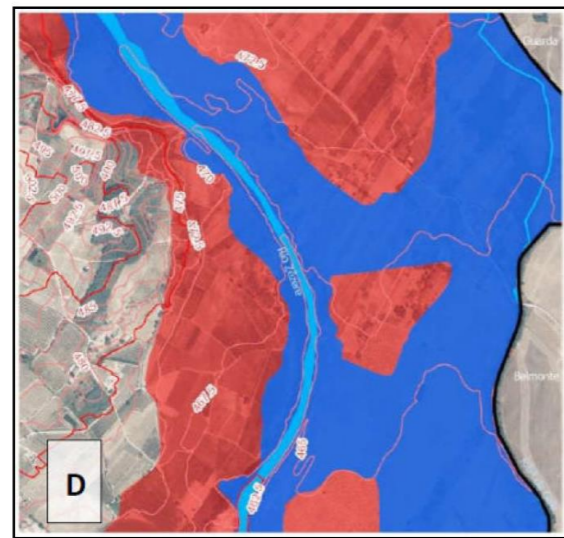


Fig. ZAC - 1 - Sobreposição da proposta de ZAC à ZA ao rio Zêzere (Fonte - Extrato da Figura 40 do EHH)

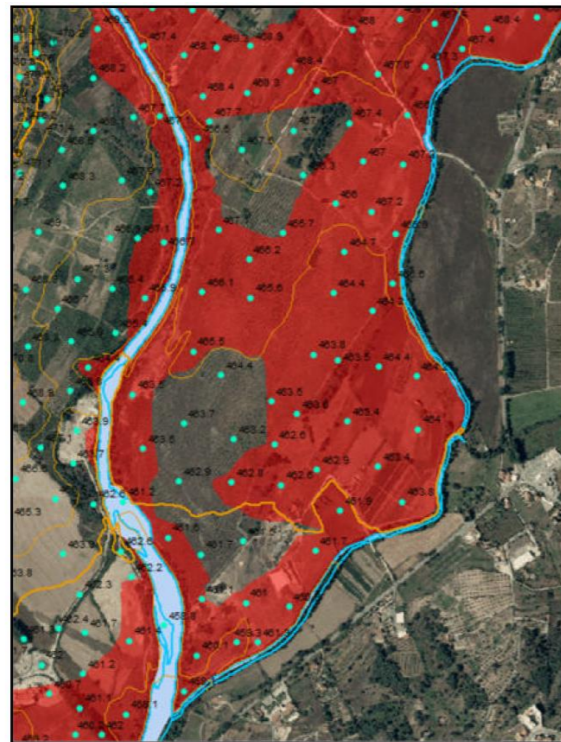
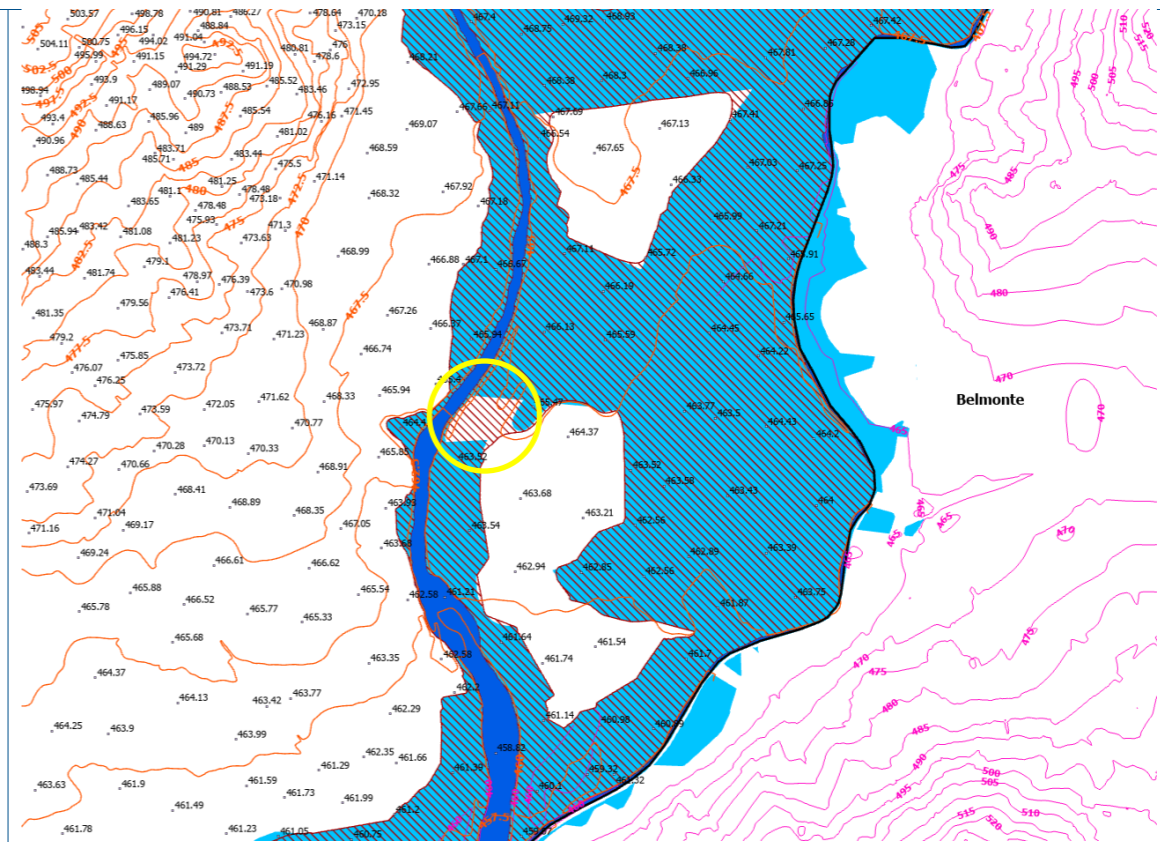


Fig. ZAC - 2 - Altimetria de base sobreposta à Proposta de ZAC (confluência rio Zêzere com a ribeira de Gaia)


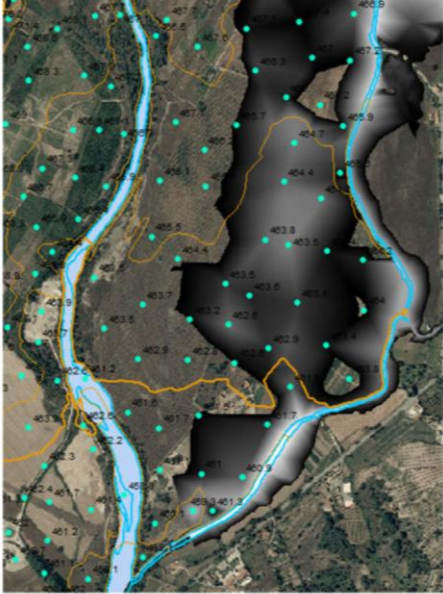
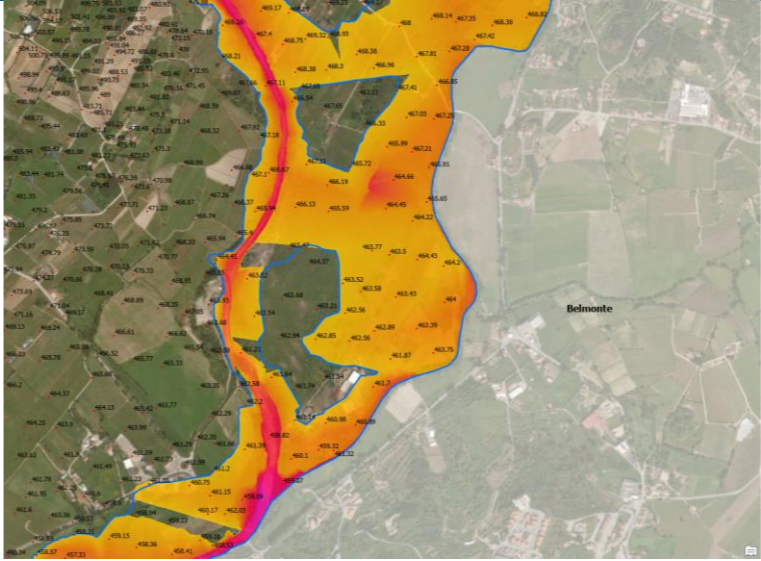
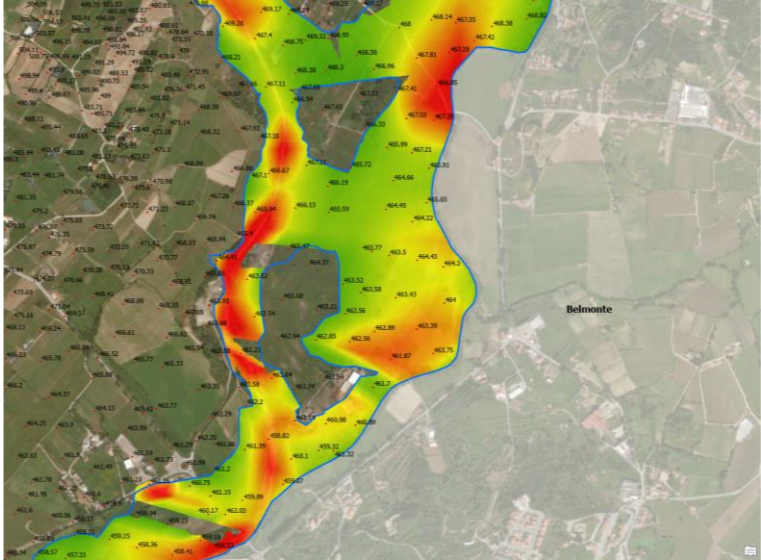
Acréscce as dúvidas suscitadas pela representação da profundidade de escoamento no rio Zêzere e na ribeira de Gaia, não coerentes com a proposta de ZAC, no local (Figuras 3 e 4).

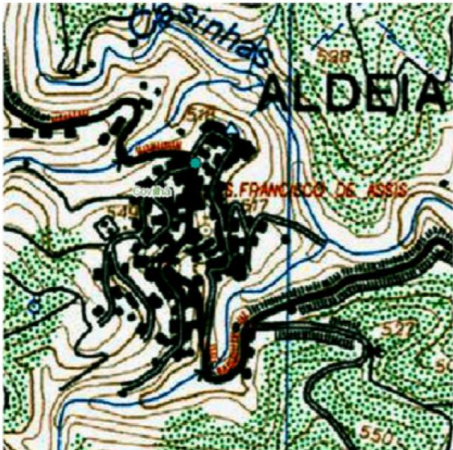




Relativamente às incoerências registadas nos ficheiros da profundidade e velocidade de escoamento, importa salientar que, por lapso, foi integrado, no processo da REN remetido para a 2.ª Reunião da CC, uma versão antiga e desatualizada dos ficheiros de profundidade e escoamento.

Para que não restem dúvidas sobre os resultados intermédios da delimitação da tipologia, mais especificamente, os mapas de profundidade e velocidade de escoamento que fundamentam a delimitação das ZAC, juntam-se ao processo da delimitação da REN os ficheiros atualizados.

Apresenta-se, abaixo, o resultado da profundidade (imagem 1) e velocidade (imagem 2), na zona de confluência da ribeira de Gaia com o rio Zêzere. Estes mostram-se, efetivamente, coerentes com a delimitação de ZAC que consta da proposta analisada na 2.ª Reunião da CC (limite/linha azul-escuro).

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<div><p>Fig. ZAC - 3 - Ficheiro intermédio relativo à profundidade de água, referente ao rio Zêzere (confluência do rio Zêzere com a ribeira de Gaia)</p><p>Fig. ZAC - 4 - Ficheiro intermédio relativo à profundidade de água, referente à ribeira de Gaia (confluência do rio Zêzere com a ribeira de Gaia)</p></div>	<div><p>(1 - profundidade da água)</p><p>(2 - velocidade da água)</p></div>	

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.05	23	<p><i>h. A maioria dos registos de cheias fornecidos pela APA não integram a proposta das ZAC, devendo ser melhor aferida a sua localização, independentemente da ausência de georreferenciação. Em vários casos existe proximidade a linhas de água representadas na Carta Militar à escala 1/25000, e visíveis em ortofotomapa (exemplo a Figura 5), não obstante possam não constar da rede hidrográfica de base. Ambas as situações devem ser revistas (localização das ocorrências e hidrografia de base).</i></p>  <p>Fig. ZAC - 5 – Registo de ocorrência de cheia. Aldeia de São Francisco de Assis. Proximidade a linha de água sob EM512 (Fonte – APA)</p>	<p>Conforme referido anteriormente, não haverá lugar a uma revisão da hidrografia de base.</p> <p>Relativamente ao registo de ocorrências fornecido pela APA, e conforme referido na MDJ, observa-se que: “... 53% dos registos tem uma localização estimada, devido aos dados fornecidos não estarem georreferenciados, não terem cota altimétrica associada e não possuírem uma descrição detalhada da sua localização. Estes dados, pela natureza da sua origem, sobretudo associada a fenómenos de inundação urbana, não permitem tirar conclusões consistentes acerca da delimitação das ZAC, ao contrário do que sucede na comparação com os registos municipais efetuada no subcapítulo seguinte.”</p> <p>O Município já efetuou, no âmbito da proposta de REN apresentada no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC, um significativo esforço de aferição, partindo de dados de base com pouca consistência e incompletos (fornecidos pela entidade), que resultaram, mesmo com o conhecimento sobre o território em questão, numa grande incerteza. Conclui-se, assim, conforme já exposto, que os mesmos se demonstram inadequados para serem considerados no âmbito da delimitação da tipologia, não sendo viável ou consequente, qualquer nova tentativa de aferição (tendo em conta a falta de consistência dos dados, bem como a fase adiantada em que o processo da REN se encontra). Conforme referido nas OENR, “a delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias deve ser adequadamente descrita e documentada e ter por base informação fiável”, sendo eu este último ponto não está garantido, para o registo fornecido pela entidade.</p> <p>O contrário não se aplica ao registo de cheias efetuado internamente pelo Município, o qual permite, de facto, tirar importantes conclusões e validar a modelação hidrológica e hidráulica efetuada.</p>	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.06	23	<p><i>i. Não obstante o trabalho de campo referido, a existência de um murete na Escola implantada junto ao afluente da margem direita da ribeira do Paul, freguesia de Paul, impeditivo da entrada de água na Escola por transbordo daquele curso de água, foi delimitada ZAC no local (Figura 6) assegurando maior segurança de um edifício sensível. Note-se que o murete é um obstáculo, mas a sua estabilidade depende do seu estado e da altura e velocidade de escoamento.</i></p>  <p>Fig. ZAC - 6 – Proposta de ZAC na freguesia do Paul, junto a elemento exposto (Escola).</p>	<p>Relativamente ao Ponto i., na zona da Escola Básica do Paul (localizada na margem esquerda da ribeira da Erada, afluente da ribeira do Paul), independentemente da existência do muro de vedação, uma vez que a simulação apresenta áreas inundáveis no recinto escolar, apresenta-se com delimitação de ZAC.</p> <p>Salienta-se que, embora se verifique a existência do muro de vedação, os dados altimétricos não são traduzidos na cartografia de base homologada (sendo esta elaborada à escala 1:5 000, não traduzindo este tipo de detalhe), assim no momento da elaboração do MDT e posteriormente no desenvolvimento da simulação das áreas inundáveis, esta barreira não é identificada levando ao espraio da ZAC em recinto escolar.</p> <p>Note-se ainda que, embora a entidade não tenha avaliado a proposta de Exclusões de áreas da REN, as áreas ZAC abrangidas pelo recinto escolar (e habitações localizadas a norte) são propostas como exclusão do Tipo C (C31 e C60) (imagem seguinte), devendo assegurar a sua integração na planta de zonas inundáveis.</p> 	Contributo registado
ZAC.07	23	<p><i>k. O EHH deve constar como anexo da Proposta de REN, parte integrante desta.</i></p>	<p>O EH para o concelho da Covilhã é parte integrante da MDJ da REN, sendo a Anexo à mesma.</p>	Contributo registado
ZAC.08	23	<p><i>Concluindo, a proposta de delimitação das ZAC apresentada não reúne ainda condições de aceitação, devendo ser corrigidos os aspetos apontados nos pontos f., g., h. e i. e complementados os restantes apontados.</i></p>	<p>Entende-se que os aspetos identificados nos pontos f, g, h e i se encontram corrigidos/respondidos segundo o apresentado nos pontos ZAC.06, ZAC.07, ZAC.08 e ZAC.09.</p>	Contributo registado

5. Áreas Urbanas Consolidadas

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AUC.01	24	<p>A APA-ARHTO considera que a “retirada” de áreas da REN deve decorrer no contexto das exclusões. Com efeito, ao retirar essas áreas na fase da delimitação da REN bruta do concelho, elimina-se (apaga-se) informação relevante sobre o território; pelo contrário, na sequência de um procedimento de exclusão, a informação permanece disponível no processo de revisão / elaboração do PDM.</p> <p>Este conhecimento, da realidade potencial do território (independente da ocupação existente) poderá ser relevante, por exemplo, para futuras intervenções no território que impliquem ou resultem de alterações de ocupação do solo.</p>	<p>A aferição das tipologias AEIPRA e AEREHS pelas AUC constitui um passo intermédio (no final da proposta de REN Bruta, e antes da proposta de exclusões), que tem sido prática corrente nos processos de REN em muitos concelhos da região Centro, no âmbito da respetiva delimitação da REN à luz das novas OENR.</p> <p>Este passo permite reduzir, substancialmente, o número de propostas de exclusões do tipo C, “eliminando”, desde logo, um conjunto de áreas que já não cumprem as funções inerentes à integração em REN, nas duas tipologias referidas.</p> <p>Neste contexto, e paralelamente ao que tem sido hábito noutros concelhos da região Centro, entende o Município manter esta proposta de aferição, procedendo às Exclusões tendo por base a REN já aferida/expurgada das AUC (apenas nas tipologias AEIPRA e AEREHS).</p>	Recomendação não acolhida

Conferência Procedimental – REN

Ponderação final - CCDRC

QUADRO 3

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDRC) – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

Ponderação do parecer emitido em sede de Conferência Procedimental realizada no dia 04 de novembro de 2025 (UOT-DOT 1653/2025) com continuação no dia 11 de novembro de 2025 –

NOTA PRÉVIA: após realização da 1.ª parte da Conferência Procedimental (CP) no dia 04 de novembro de 2025 e da emissão de pareceres à proposta de REN por parte das CCDRC e APA/ARHTO, o Município da Covilhã enviou às duas Entidades uma primeira versão dos quadros de ponderação desses pareceres. Essa primeira versão dos quadros foi utilizada como instrumento de trabalho na realização da 2.ª parte da Conferência Procedimental, realizada no dia 11 de novembro de 2025. Apresenta-se, de seguida, uma nova versão (atualizada) do quadro de ponderação ao parecer da CCDRC, que reflete as alterações entretanto efetuadas à proposta de REN, no sentido de procurar a sua aprovação final por parte das Entidades.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA REN				
REN. 01	6 e 7	4. Proposta de exclusão de áreas de REN Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN	Ver “Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN – Ponderação”, apresentada de seguida.	-
REN. 02	12	5. Carta da proposta de delimitação da REN do município da Covilhã <i>A Carta da REN prevista no artigo 9.º do RJREN deve ser apresentada à escala do Plano e vai integrar todas as áreas a incluir e a excluir da REN, devidamente identificadas e diferenciadas, elaborada de acordo com todas as especificações da “Norma Técnica para a Produção e Reprodução das Cartas de Delimitação da REN”, aprovada pelo Aviso n.º 9282/2021, de 17/05.</i>	-	Recomendação acolhida
REN. 03	13	7. Conclusão (...) <i>Sobre a proposta de exclusão de áreas de REN e face aos elementos apresentados</i> <i>- deve a mesma ter em atenção a posição assumida pela CCDR Centro na Tabela 1.</i> <i>- alerta-se a Câmara Municipal que nas áreas de exclusão abrangidas pela tipologia zonas ameaçadas pelas cheias, que por força da proposta de ordenamento sejam classificadas como zonas inundáveis em perímetro urbano, devem ser implementadas medidas que salvaguardem as funções desta tipologia de REN estabelecidas no respetivo regime jurídico, nomeadamente, prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens, garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas, regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas, estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa, manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.</i>	Ver “Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN – Ponderação”, apresentada de seguida. No Regulamento do PDM, é adotado um normativo (SECÇÃO VI – RISCO DE INUNDAÇÃO / Artigo 42.º - Zonas inundáveis), a aplicar às áreas de exclusão da tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias, que por força da proposta de ordenamento são classificadas como Zonas Inundáveis. Esse normativo dá resposta às preocupações elencadas pela entidade.	Recomendação acolhida

Tabela 1 - Apreciação das propostas de exclusão da REN - Ponderação

Exclusão	Superfície (m2)	Tipologia(s) REN	Fim a que se destina / Uso proposto	CCDR Centro			Câmara Municipal da Covilhã	
				Parecer	Critério	Observações	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
C1	11 086,69	AEIPRA+ZAC	Espaços de Atividades Industriais	Favorável condicionado	1	mancha foi substancialmente reduzida passando a incluir apenas o edificado existente condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos RERAE - decisão favorável condicionada - o comprovativo de legalidade das construções existentes só pode ser viabilizado pela alteração da REN	-	Recomendação acolhida
C2	12 122,65	ZAC	Área de Edificação Dispersa	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - atualmente não integra a Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C3	8044,09	AEREHS	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável condicionado	3	PNSE	Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF emitido no âmbito da 2.ª Reunião da CC) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina a exclusão pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C4	10 544,21	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1	-	-	-
C5	9694,94	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1	-	-	-
C6	3615,52	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C7	1113,55	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C8	1111,19	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C9	12 101,28	AEIPRA	Espaços Agrícolas de Produção	Favorável	1	-	-	-
C10	1119,97	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C11	1344,48	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C12	16 471,63	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	juntou as exclusões C10 e C11 da 2ª CC	Comprovativo da legalidade das construções existentes foi apresentado no Quadro de Ponderação ao parecer da CCDRC emitido no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC, com correspondência aos códigos de exclusões C10 e C11, então apresentados. O referido Quadro de Ponderação integra a versão cinco (v5) da proposta de delimitação da REN/versão dois (v2) da proposta de exclusão de áreas de REN, com data de setembro de 2025, pelo que se considera pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C13	1157,46	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida

C14	1045,03	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C15	80,08	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C16	545,18	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C17	2972,17	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	Face à interferência com a tipologia AIV, e não com ZAC, considera-se a pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C18	2465,20	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C19	2740,92	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C20	698,90	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C21	19 652,63	AEIPRA	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE	Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas. Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C22	24 203,13	AEIPRA+AEREHS	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE	Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas. Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C23	4314,49	AEIPRA+AEREHS	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	3	PNSE	Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas. Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
C24	4165,43	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C25	14 660,16	AIV	Espaços de Uso	Favorável	1	juntou as exclusões C21 e C24	-	-

			Especial – Espaços de Equipamentos, Espaços Habitacionais Tipo I			da 2ª CC		
C26	1 046,25	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C27	65,91	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C28	8 783,59	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C29	7 433,83	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C30	8532,94	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C31	2 286,75	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C32	17 713,66	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I, Espaços Centrais	Favorável	1	juntou as exclusões C31, C32 e C33 da 2ª CC	-	-
C33	12 673,53	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I, Espaços Verdes de Utilização Coletiva	Favorável	1	juntou as exclusões C34 e C35 da 2ª CC	-	-
C34	803,36	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I, Espaços de Equipamentos	Favorável	1	-	-	-
C35	485,61	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Favorável	1	-	-	-
C36	4 056,38	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Favorável	1	-	-	-
C37	6 825,19	AEIPRA+ZAC	Espaços Agrícolas de Produção	Favorável condicionado	1	juntou as exclusões C38 e C39 da 2ª CC a área de exclusão integra o edificado existente e as áreas de circulação necessárias para o normal funcionamento da atividade. decorre de processo RERAE . condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos. Compatível com RAN .	-	Recomendação acolhida
C38	37 253,05	AEIPRA	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C39	22 944,72	AEIPRA+AEREHS	Espaços de Ocupação Turística	Favorável condicionado	1	apenas se aceita a exclusão das áreas aprovadas pelo Despacho 3170/2023	A delimitação proposta considera a área excluída pelo Despacho n.º 3170/2023 e as áreas de circulação necessárias ao normal funcionamento do empreendimento, pelo que se mantém a proposta de exclusão, nos termos apresentados pela CM Covilhã.	Recomendação não acolhida
C40	13 492,10	AIV	Espaços Urbanos de Baixa Densidade, Espaços Verdes de Enquadramento	Favorável	1	-	-	-
C41	2 027,36	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C42	5 838,34	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-

C43	1 071,44	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C44	462,01	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C45	1 469,75	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	PIP válido	-	-
C46	62 357,07	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	PIP válido	-	-
C47	3 318,66	ZAC	Aglomerado Rural	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C48	44 637,58	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Favorável	1	-	-	-
C49	601,16	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	-	-	-
C50	2 630,43	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	-	-	-
C51	3 831,03	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	PIP válido	-	-
C52	4 397,47	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	1	-	-	-
C53	4 165,60	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais, Espaços de Uso Especial	Favorável	1	-	-	-
C54	816,76	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C55	38,22	ZAC	Espaços Centrais	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C56	40,40	ZAC	Espaços Centrais	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	-	Recomendação acolhida
C57	3 105,32	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C58	2 937,75	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C59	10 452,40	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade, Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Favorável condicionado	1	juntou as exclusões C60 e C61 da 2ª CC condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C60	4 307,08	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento -	-	Recomendação acolhida

						Salvaguardas/Riscos.		
C61	443,82	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C62	464,72	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C63	981,51	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C64	3 166,87	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C65	18 878,81	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C66	1 969,63	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C67	919,28	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C68	4 212,00	AIV	Aglomerado Rural	Favorável	1	-	-	-
C69	2 546,83	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
C70	2 411,19	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C71	11 359,62	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Favorável	1	juntou as exclusões C71 e C73 da 2ª CC	-	-
C72	4 981,36	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C73	3 393,50	AIV	Espaços Centrais	Favorável	1	-	-	-
C74	76,10	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C75	2 838,35	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C76	2 694,04	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C77	2 817,48	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C78	3 880,54	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	-	-	-
C79	2 638,03	AIV	Espaços Centrais	Favorável	1	-	-	-
C80	3 191,57	AIV	Espaços Centrais, Espaços Habitacionais Tipo II	Favorável	1	juntou as exclusões C78 e C79 da 2ª CC	-	-
C81	889,97	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos.	-	Recomendação acolhida
E1	25 851,17	AEIPRA+AEREHS	Aglomerado Rural	Favorável condicionado	3	PNSE	É mantida a proposta de Aglomerado Rural. Uma vez que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre o AR em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	-
E2	2 448,18	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-	-
E3	928,98	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-	-
E4	997,30	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-	-
E5	52 361,44	AEIPRA+AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	-	-
E6	5 977,39	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável	2	-	-	-
E7	42 229,18	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Favorável	2	-	Devido às correções efetuadas na tipologia CALM (indicações da APA/ARHTO), torna-se necessária a separação da área da Exclusão E7 em duas áreas, surgindo uma nova E8. Consequentemente, as exclusões precedentes são renumeradas até à E12.	-
E8	53 088,25	AEIPRA	Área de Edificação	Favorável	2	a mancha foi substancialmente	Exclusão renumerada para E9.	-

			Dispersa			reduzida passando a incluir apenas o edificado existente		
E9	934,53	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	Exclusão renumerada para E10.	-
E10	48 983,14	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	Exclusão renumerada para E11.	-
E11	1 016,46	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Favorável	2	-	Exclusão renumerada para E12.	-

Conferência Procedimental – REN

Ponderação final – APA/ARHTO

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO)

Ponderação do parecer emitido em sede de Conferência Procedimental realizada no dia 04 de novembro de 2025 (S062478-202511-ARHTO.DPI ARHTO.DPI.00103.2022), com continuação no dia 11 de novembro de 2025 -

Apreciação da proposta de REN

NOTA PRÉVIA: após realização da 1.ª parte da Conferência Procedimental (CP) no dia 04 de novembro de 2025 e da emissão de pareceres à proposta de REN por parte das CCDRC e APA/ARHTO, o Município da Covilhã enviou às duas Entidades uma primeira versão dos quadros de ponderação desses pareceres. Essa primeira versão dos quadros foi utilizada como instrumento de trabalho na realização da 2.ª parte da Conferência Procedimental, realizada no dia 11 de novembro de 2025. Apresenta-se, de seguida, uma nova versão (atualizada) do quadro de ponderação ao parecer da APA/ARHTO, que reflete as alterações entretanto efetuadas à proposta de REN, no sentido de procurar a sua aprovação final por parte das Entidades.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
2. Elementos da proposta				
EP.01	3	<p>Foram descarregados da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none">Memória Descritiva e Justificativa da REN (0503_MDJ REN_17092025.pdf, datada de setembro 2025)Informação geográfica:<ul style="list-style-type: none">Proposta de delimitação das diferentes tipologias;Cartografia de base <p><u>Note-se que não foi entregue nenhum exemplar da MDJ ou outros documentos com as alterações introduzidas devidamente assinaladas conforme amplamente solicitado em pronúncias anteriores destes serviços.</u></p>	<p>Reitera-se a fundamentação já apresentada no quadro de ponderação ao parecer emitido pela Entidade no âmbito da proposta de REN submetida para a 2.ª Reunião Plenária da CC da 1.ª Revisão do PDM:</p> <p>“As alterações/correções, advindas da 1.ª Reunião Plenária da CC, foram vertidas na MDJ da delimitação da REN, bem como nos respetivos Quadros de Ponderação apresentados. Neste contexto, a MDJ sofreu um número muito significativo de alterações, dando lugar à reformulação de um grande número de textos, dados, cartogramas, e mesmo de alguns subcapítulos de forma integral.</p> <p>Num primeiro momento, procurou-se manter esse registo de alterações no documento Word, mas este acabou por ficar demasiado “pesado”, tendo sido necessário abandonar esse registo de alterações, sob pena de não ser possível trabalhar ou mesmo gravar o documento.</p> <p>Optou-se, assim, pela apresentação de uma MDJ “final” consolidada, onde, numa forma integral, se analisasse a delimitação da REN do concelho.”</p>	-
4. Apreciação técnica				
4.1. Aspetos gerais				

AG.01	3	<p><i>Relativamente à representação da hidrografia de base, e apesar de se verificar que foram realizadas correções/aferições, conforme indicado na MDJ e na shapefile pnt_rev_CALM_Covilhã.shp, estas retificações não são suficientes para assegurar uma correta representação da rede hidrográfica do concelho.</i></p> <p><i>Reitera-se o entendimento anteriormente comunicado de que a proposta apresentada não assegura uma correta representação da rede hidrográfica, carecendo de revisão.</i></p>	<p>Importa destacar, neste âmbito, a dificuldade em saber exatamente quantas e quais as linhas de água nas quais a Entidade considera necessário efetuar correções, na medida em que, nos diversos pareceres emitidos, foram sendo identificados casos exemplificativos e nunca forma identificadas as situações na sua totalidade.</p> <p>Reitera-se o já referido nos quadros de ponderação aos pareceres anteriormente emitidos pela Entidade: as OENR (Portaria n.º 336/2019 de 26 de setembro) explicitam que “a definição de cursos de água constante do regime jurídico da REN determina a seleção das linhas de água identificadas na cartografia de base que possuem as características mínimas para serem integradas na REN”.</p> <p>Para além disso, o n.º 6 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto estabelece que “os organismos e serviços públicos, bem como as entidades concessionárias de serviços públicos, só podem utilizar cartografia oficial ou, na ausência desta, cartografia homologada, desde que inscritas no Registo Nacional de Dados Geográficos” (SNIG), sendo a Direção-Geral do Território (DGT) a entidade competente para promover a constituição da Base de Dados Nacional de Cartografia.</p> <p>No caso específico da Covilhã, a cartografia utilizada (no PDM, e também como base para delimitação da REN) foi homologada pela DGT, no âmbito da qual foi apreciada a Rede Hidrográfica, conforme consta do “Relatório de avaliação da qualidade da Cartografia Topográfica do Município da Covilhã – 2021” que integrou procedimento de Homologação. Assim, subsistem dúvidas quanto à eventual posição da DGT quanto ao tipo de alterações/atualizações sugeridas pela APA, na medida em que estas pressupõe correções de forma avulsa, e não obedecem aos necessários processos de homologação legalmente exigíveis.</p> <p>Salienta-se, igualmente, o problema das discrepâncias que decorrem das diferentes escalas de representação, nomeadamente entre a Cartografia de Base (1:5000), a Rede Hidrográfica Geocodificada do SNIAMB (Escala Equivalente 1:25.000), a Carta Militar (escala 1:25.000) e os Ortofotomapas da DGT (Resolução espacial: 25 cm/30 cm).</p> <p>Paralelamente, importa considerar as implicações que a representação de “novas” linhas de água que não coincidam com a realidade verificada no local, têm no exercício das competências das Câmaras Municipais e das Entidades, nomeadamente, no âmbito do Ordenamento do Território e da Gestão Urbanística.</p> <p>A eventual existência de linhas de água, que não sejam CALM, e que não estejam cartografadas encontra-se expressamente salvaguardada no n.º 1 do artigo 8.º da proposta de Regulamento do Plano, com a seguinte redação: “1 – Sempre que se verifiquem desfasamentos ou omissões entre a representação gráfica do domínio hídrico constante da Planta de Condicionantes e a realidade física do território, são aplicáveis às linhas de água identificadas no local todas as disposições legais e regulamentares relativas à servidão administrativa, devendo a área de intervenção de qualquer operação urbanística ser avaliada com base no traçado efetivamente existente”.</p> <p>Apesar de todos os argumentos acima apresentados, no sentido de procurar uma aproximação da proposta de REN à posição manifestada pela Entidade, foram sendo efetuadas, ao longo do processo de delimitação da REN (a decorrer em paralelo do processo de Revisão do PDM), diversas correções aos traçados dos CALM: ao todo, foram efetuadas 332 correções em troços de cursos de água, devidamente documentadas na Memória Descritiva da REN (ver imagem seguinte), em informação geográfica auxiliar e nos quadros de ponderação aos pareceres das entidades anteriormente emitidos. A maioria das alterações corresponde a correções de traçado, havendo também lugar a correção/integração em CALM de troços que se encontravam omissos na cartografia de base, bem como outras correções na forma de representação (polígono ou linha) do curso de água.</p>	<p>Recomendação parcialmente acolhida</p>
-------	---	--	--	--

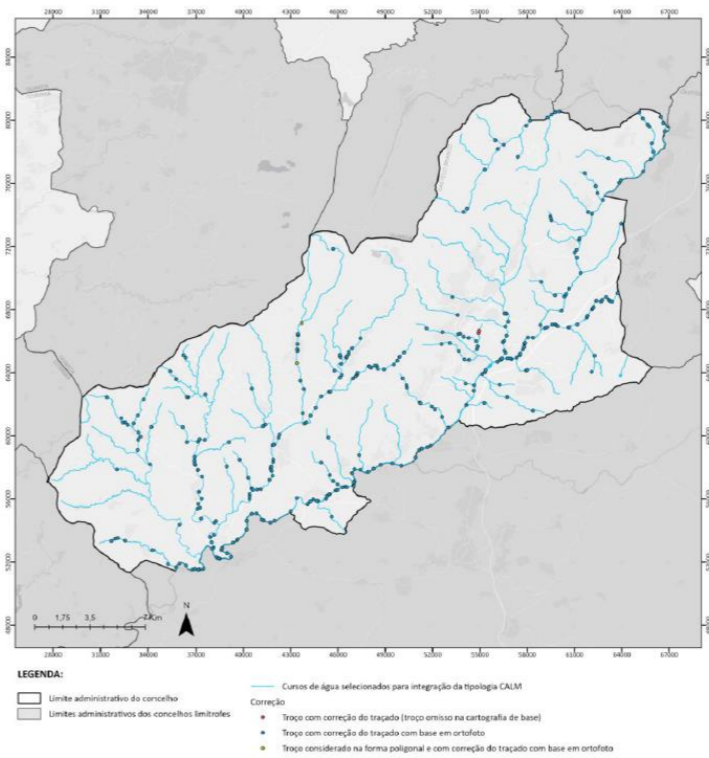
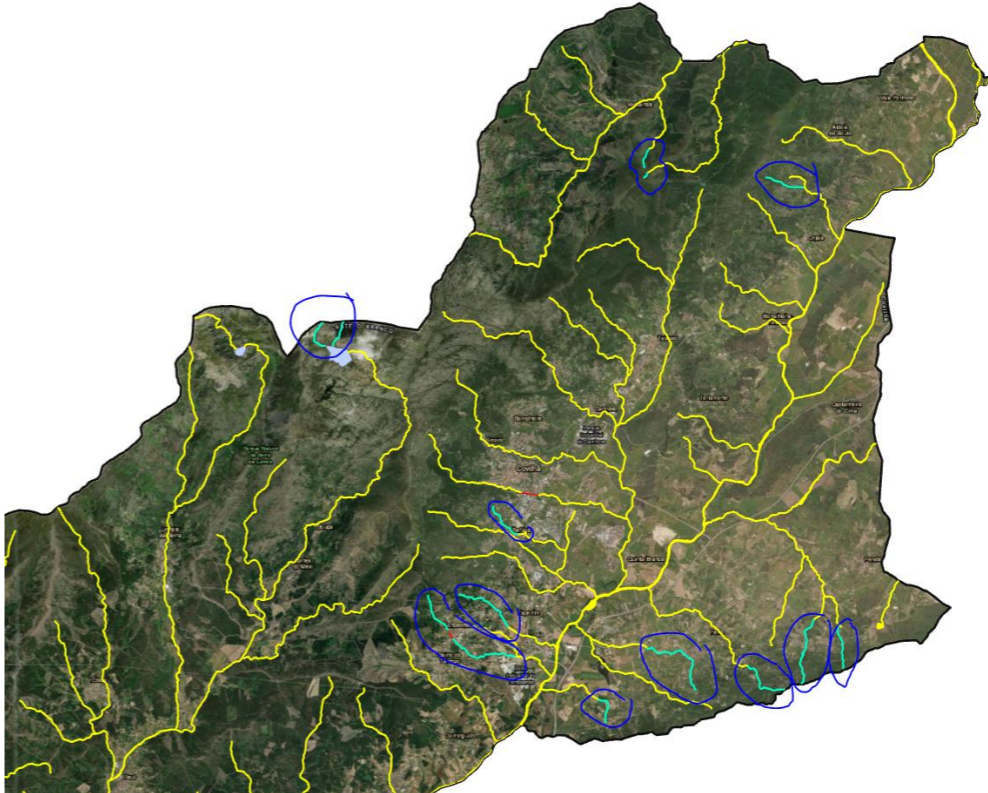
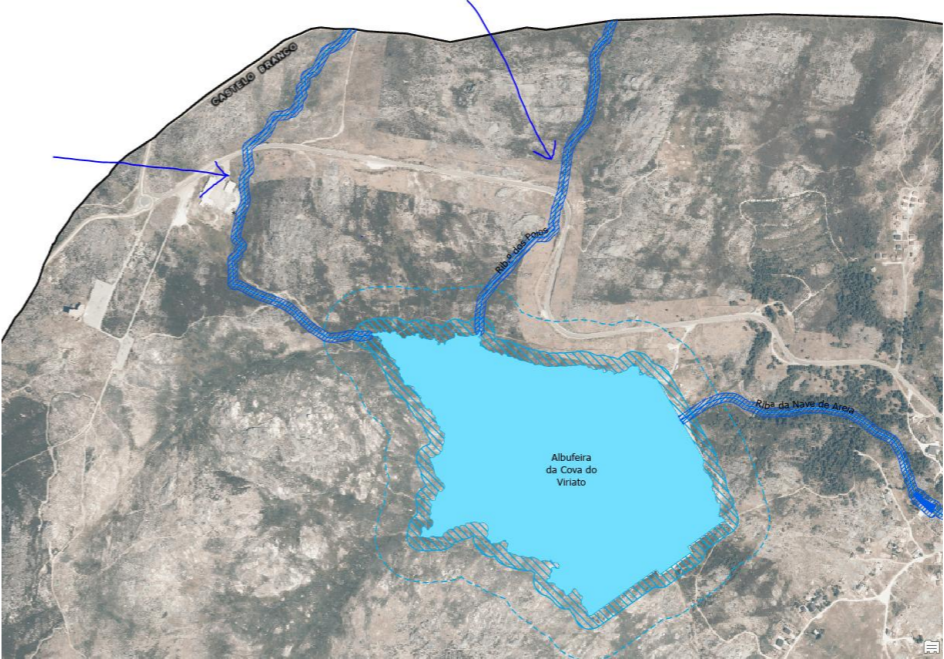

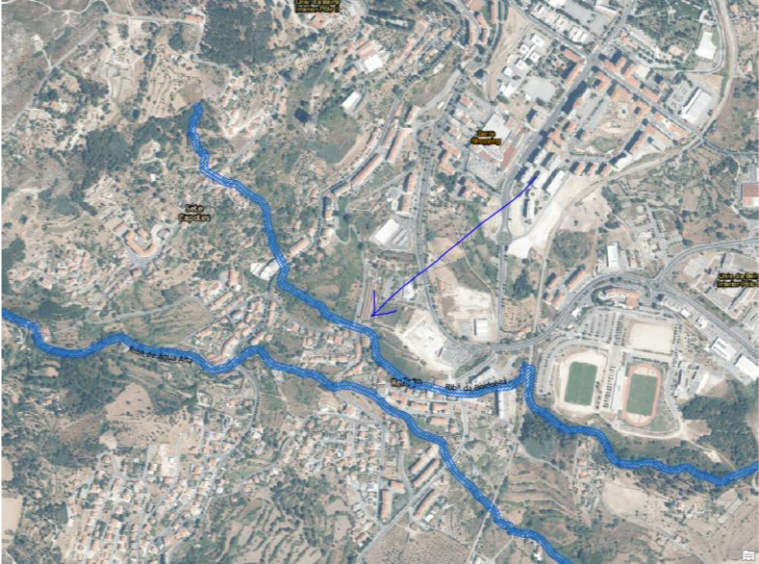


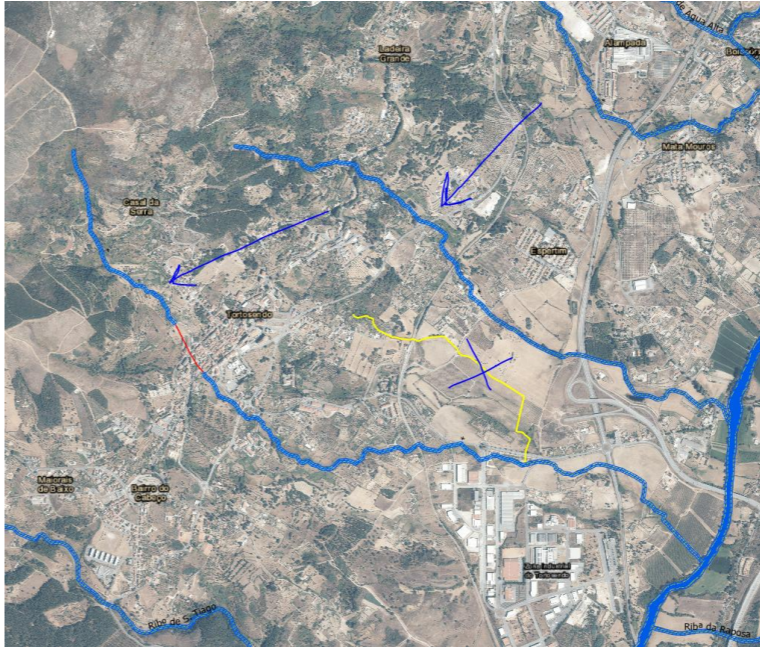

Figura 4. Localização e tipo de correções do traçado efetuadas nos cursos de água selecionados para integrar a tipologia CALM
Base cartográfica da figura: CAOP, 2023; Basemap da ESRI


Decorrente do parecer da Entidade e da posição manifestada por esta no âmbito da Conferência Procedimental, o Município propõe, adicionalmente, e no sentido de estabilizar a tipologia CALM, efetuar um conjunto de alterações de correção de traçado de CALM e/ou prolongamento de CALM para montante. Assim, foi efetuada, na proposta atualizada de REN submetida, a correção/prolongamento adicional de CALM em 11 novas situações, conforme imagem seguinte:

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			 <p>(Linha amarela – proposta de REN anterior à CP linha azul-claro – proposta de REN revista após CP)</p>	
4.2. Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre				
4.2.1. Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM)				
CALM.01	3 e 4	No que respeita à proposta delimitação dos CALM, reitera-se o referido nos pareceres anteriores relativamente à cartografia de base - Rede Hidrográfica, designadamente nas consequências que advêm para a proposta de delimitação da REN. Esta questão foi, igualmente, abordada no processo de revisão do PDM.	Ver ponderação ao ponto anterior (AG.01).	-

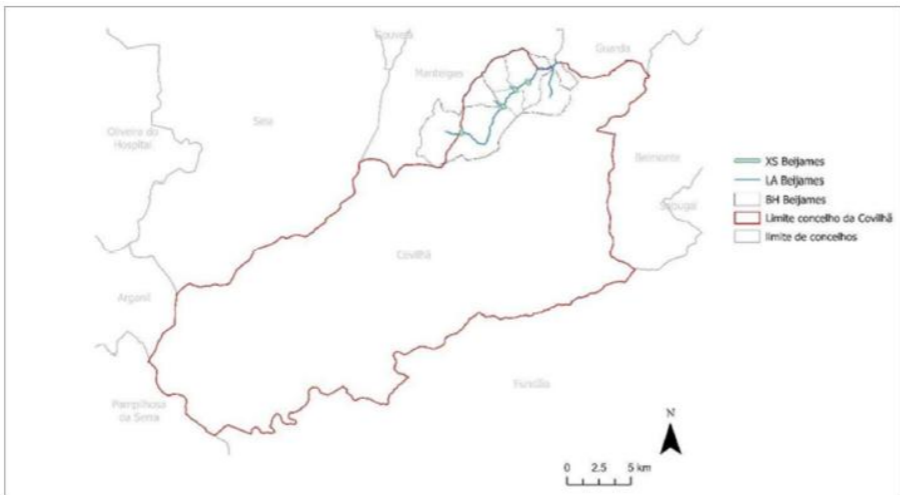
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.02	4	<p>Quanto à proposta de delimitação desta tipologia, continuam a subsistir questões que não foram acolhidas pela entidade e para as quais apresentamos o nosso entendimento:</p> <p>I. As linhas de água para montante da Albufeira da Cova do Viriato devem integrar a REN; Neste aspeto não se concorda com a interpretação apresentada pela CMC, recordando-se que as OEREN indicam no seu ponto 2.1 – Curso de água e respetivos leitos e margens, o seguinte: "Os cursos de água são delimitados em toda a sua extensão, ou seja, da nascente até à foz e a sua integração na REN deve ser precedida da verificação da sua evidência no terreno."</p> <p>No nosso parecer com refª. S061266-202310-ARHTO.DPI, consta "...Importa salientar desde já que esta tipologia não pôde ser devidamente analisada sem a cartografia vetorial da hidrografia do concelho, em falta...", e que portanto, seria "...efetuada uma análise parcial e aleatória sobre a representação do traçado das linhas de água tendo em conta diversas fontes de informação cartográficas ou de imagens aéreas, com particular relevo para os ortofotomapas (DGT), no sentido de detetar situações não conformes com a realidade no terreno."</p> <p>Assim, naquele parecer emitido sobre a delimitação desta tipologia, não nos foi possível fazer uma análise detalhada à mesma, por falta de informação disponibilizada pela entidade. Nos pareceres subsequentes tem também vindo a insistir-se que "no que respeita à cartografia de base – rede hidrográfica, tem repercussões significativas nesta tipologia", "É ainda referida a representação das linhas de água da foz à nascente. Contudo, neste âmbito, existem ainda algumas situações a rever, tal como já referido.", conforme consta no parecer com a Refª S041256-202407-ARHTO.DPI.</p> <p>A situação apontada sobre a Albufeira da Cova do Viriato foi expressamente reiterada no parecer com a Refª S032725-202506-ARHTO.DPI, em 06/06/2025.</p> <p>Desta forma, reafirma-se o apontado anteriormente sobre a necessidade de integrar na REN as linhas de água para montante da Albufeira da Cova do Viriato.</p>	<p>Efetua-se, na proposta atualizada de REN submetida, a integração em CALM dos dois cursos de água (ribeira dos Poios e outro curso de água mais expressivo, s/nome), a montante da Albufeira da Cova do Viriato, estendendo-se o curso dos mesmos, até ao limite administrativo do concelho.</p> <p>(ver imagem seguinte)</p> 	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.03	4 e 5	<p>II. Linhas de água que não estão representadas até à cabeceira;</p> <p>Verificou-se que do trabalho realizado no aperfeiçoamento da representação dos cursos de água CALM até à cabeceira, apenas se detetou, na totalidade do concelho, o prolongamento de três cursos de água. Subsistem, assim, muitas situações em que as incorreções se encontram por sanar. Apresenta-se, a título de exemplo, a Fig.1 representando uma dessas situações, reforçando que a verificação deverá ser assegurada pela CMC em todo o território, complementando idênticas situações, e não apenas no exemplo apontado.</p>  <p>Fig.1 (CALM) - Proposta atual (azul); Prolongamento até à nascente (amarelo)</p>	<p>Como indicado na ponderação ao ponto AG.01, foram corrigidas 11 situações adicionais de CALM, estendendo-se os mesmos até a sua “nascente”, com base em fotointerpretação, apoiada por cartografia militar. Relativamente à situação apontada na Fig.1 (CALM) do parecer, ribeira de Boidobra, apresenta-se abaixo o resultado da correção, que consta da proposta atualizada de REN submetida.</p> 	Recomendação acolhida




N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.04	5	<p>III. Linhas de água representadas na Carta Militar, visíveis nos ortofotomapas e que não estão representadas na rede hidrográfica base.</p> <p>Como já referido, subsistem omissões na representação da rede hidrográfica, que se considera que deverão ser corrigidas. Esta representação é essencial para a correta delimitação da REN e da análise a efetuar. Identificou-se que existem, muitas omissões de linhas de água, sendo a zona de Tortosendo um exemplo claro desta questão, conforme se pode verificar na Fig. 2.</p>	<p>Ver ponderação ao ponto AG.01.</p> <p>Relativamente à situação apontada na Fig.2 do parecer da Entidade (cursos de água la freguesia de Tortosendo), em concordância com o indicado pela APA/ARTO, apresenta-se abaixo o resultado da correção, que consta da proposta atualizada de REN submetida. Desta aferição, detetou-se a necessidade de delimitação de um troço entubado, presente no aglomerado urbano de Tortosendo.</p>  <p>Troço entubado identificado (ponto inicial e final do entubamento):</p> 	Recomendação acolhida
CALM.05	6	<p>Neste contexto, considera-se que a proposta de delimitação das CALM deve ser revista tendo em conta as situações exemplificativas acima referidas, bem como os aspetos referidos nos pareceres antecedentes.</p> <p>Salienta-se que as situações apontadas, ilustram as implicações que as lacunas na representação da rede hidrográfica têm diretamente na elaboração da proposta de REN – CALM.</p> <p><u>Tendo em conta o exposto, considera-se que a proposta de delimitação da tipologia CALM não se encontra ainda em condições de ser aceite.</u></p>	<p>Ver ponderação aos pontos anteriores.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
4.2.3. Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA)				
AEIPRA.01	5 e 6	<p>Relativamente à componente das cabeceiras das bacias hidrográficas no município de Covilhã, não foram detetadas alterações quanto à metodologia ou resultado da delimitação das Cabeceiras das Linhas de Água.</p> <p>Neste contexto, nenhum aspeto se altera em relação ao parecer anterior, mantendo-se a necessidade de alertar que o referido na análise, remetida através do documento Nº S032725-202506-ARHTO.DPI, enquadrada nas orientações em vigor, não foi acolhido.</p> <p>Não obstante, uma vez que foram considerados os ajustes, explicitados no parecer Nº S041256-202407-ARHTO.DPI, ARHTO.DPI.00048.2022 e ARHTO.DPI.00103.2022, <u>considera-se que a delimitação se encontra favorável condicionada ao resultado da revisão da rede hidrográfica da cartografia base.</u></p>	<p>Consequentemente às correções efetuadas na tipologia CALM, procedeu-se à retificação das CBH, assegurando-se que estas se apresentem até ao início dos CALM. (ver imagem seguinte)</p> 	Recomendação acolhida
4.3. Áreas de prevenção de riscos naturais				
4.3.1. Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC)				
4.3.1.2 Apreciação técnica				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.01	8	<p>I. Refere-se que não foi remetida, conjuntamente com a Proposta, uma versão da MDJ com identificação de todas as alterações introduzidas (com texto em cor diferente) de modo (...) a tornar eficaz a análise a efetuar”, conforme solicitado no parecer antecedente.</p> <p>O QP fundamenta esta opção na circunstância de que «As alterações/correções, advindas da 1ª Reunião Plenária da CC, foram vertidas na MDJ da delimitação da REN, bem como nos respetivos Quadros de Ponderação apresentados. Neste contexto, a MDJ sofreu um número muito significativo de alterações, dando lugar à reformulação de um grande número de textos, dados, cartogramas, e mesmo de alguns subcapítulos de forma integral.</p> <p>Num primeiro momento, procurou-se manter esse registo de alterações no documento Word, mas este acabou por ficar demasiado “pesado”, tendo sido necessário abandonar esse registo de alterações, sob pena de não ser possível trabalhar ou mesmo gravar o documento.</p> <p>Optou-se, assim, pela apresentação de uma MDJ “final” consolidada, onde, numa forma integral, se analisasse a delimitação da REN do concelho».</p> <p>O fundamento respeita à 1ª Reunião Plenária da CC.</p> <p>Considera-se que a opção considerada em sequência do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva (parecer antecedente), da MDJ e outros elementos não serem apresentados com indicação das alterações, não é suscetível de ser enquadrada no fundamento anterior, ainda que o mesmo fosse eventualmente admitido, pelo facto das alterações em causa serem bastante inferiores.</p>	<p>Discorda-se do argumento apresentado pela Entidade, pois as alterações efetuadas ao documento foram em número suficiente para que o documento Word se tornasse demasiado pesado e bloqueasse com alguma frequência, sendo inoperativa a opção de manter o registo de alterações.</p> <p>Importa salientar que as atualizações efetuadas não se resumem à REN Bruta, tendo sido também efetuadas significativas alterações à proposta de exclusões e à aferição às Áreas Urbanas Consolidadas, que tornavam o documento demasiado pesado.</p> <p>Salienta-se o esforço efetuado pelo Município/Equipa Técnica na apresentação do quadro de ponderação aos pareceres suficientemente detalhado para que se possa aferir as principais alterações efetuada.</p> <p>Por último, importa referir que nem o quadro de ponderação (prática comum), nem o documento da MDJ com registo de alterações (prática pouco comum para entrega de documento final às entidades) são exigíveis pelas OENR ou pelo RJREN.</p>	-
ZAC.02	8	<p>II. Face ao parecer antecedente S032725-202506-ARHTO.DPI, bem como ao correspondente Quadro de Ponderação (QP) apresentado, cumpre esclarecer que, não obstante o mencionado no QP, verifica-se que a atual Proposta não introduz quaisquer alterações à versão anterior. Assim, é de referir o seguinte:</p> <p>a) Questão ZAC.02 do QP, referente à redação demasiado lata do EHH, considerando que este não era focado para o contexto da delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) no âmbito do RJREN e das OENR, o QP indica que o contributo foi acolhido quando, na realidade, não o foi.</p>	<p>Após reponderação do texto, opta-se por manter no EHH a informação de contextualização. Importa referir que esta opção, que valoriza o esforço técnico colocado na elaboração do estudo, não coloca em causa o cumprimento do disposto nas OENR ou no RJREN.</p> <p>Nesta fase dos trabalhos, será ineficaz e pouco consequente efetuar alterações em matérias do EHH que não terão resultado prático em termos de alteração da delimitação das ZAC.</p>	Recomendação não acolhida
ZAC.03	8, 9 e 10	<p>b) Questão ZAC.03 do QP, considerada como “Contributo Registado”, consta o comentário de que:</p> <p>“A informação vetorial, indicada pela entidade, consta da Informação Intermédia (delimitação da ZAC) apresentada em sede da 2.ª Reunião Plenária.</p> <p>Constando ainda os Registos de cheia analisados e a velocidade e profundidade de escoamento”, nos ficheiros à altura enviados.</p>	<p>Por lapso da Equipa na compilação dos elementos, foram anexados, no processo de REN que deu origem a este parecer, os ficheiros de Profundidade e Velocidade que não correspondiam, ainda, à versão atual das ZAC.</p> <p>Assim, e para que definitivamente deixe de haver dúvidas quanto à modelação efetuada, envia-se, juntamente com o presente Quadro de Ponderação, os ficheiros relativos aos mapas de profundidade e velocidade de escoamento atualizados, que correspondem à atual versão de ZAC.</p> <p>Note-se que, apesar do lapso que acima se assume, as imagens apresentadas no quadro de ponderação ao parecer da Entidade emitido no âmbito da 2.ª Reunião da CC (ponto ZAC.04 do quadro de ponderação então elaborado) eram já extraídas a partir da informação de profundidade e velocidade mais atuais (aquelas que agora se enviam).</p>	-

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO																																																
ZAC.04	8, 9 e 10	<p><i>Note-se estar em causa o pedido da localização exata, em shapefile, das secções estudadas no Estudo Hidrológico e Hidráulico, de acordo com a localização das figuras, e completada com os atributos das tabelas, ambas do Anexo II do EHH, acrescida dos parâmetros profundidade e velocidade de escoamento.</i></p> <p><i>Em resumo, fornecendo o exemplo do Rio Beijames, pag.34 do “Anexo II - Secções de avaliação de caudal de pico de cheia para dimensionamento das ZAC” do EHH (ficheiro “0503_Anexo I – Cartografia de Risco de Inundação_Estudo Hidrológico_abril 2025.pdf”, pag.161), as secções identificadas (figura seguinte) devem constar da informação geográfica, e a informação constante do quadro associado às secções (tabela seguinte), bem como a profundidade e velocidade de escoamento em cada uma dessas secções, deve integrar a tabela de atributos da referida informação geográfica. Esta informação não consta dos ficheiros intermédios, nem na versão anterior, nem na atual versão (note-se que a atual versão é idêntica à anterior).</i></p> <p><i>Esta solicitação aplica-se às várias bacias estudadas, em conformidade com o Anexo II do EHH.</i></p> <div></div> <p>Secções de avaliação de caudal de pico. Rio Beijames (Fonte – Figura da página 34 do Anexo II do EHH)</p> <table><tr><th>River</th><th>Reach</th><th>River Stat</th><th>qp(m3/s/km2)</th><th>Area (km2)</th><th>Q(m3/s)</th></tr><tr><td>rio de Beijames</td><td>Reach 1</td><td>10500</td><td>4.99</td><td>9.3</td><td>46</td></tr><tr><td>rio de Beijames</td><td>Reach 1</td><td>4300</td><td>4.99</td><td>30.2</td><td>151</td></tr><tr><td>rio de Beijames</td><td>Reach 1</td><td>2600</td><td>4.99</td><td>38</td><td>189</td></tr><tr><td>rio de Beijames</td><td>Reach 1</td><td>1400</td><td>4.99</td><td>41</td><td>205</td></tr><tr><td>beijamesME01</td><td>beijamesME01</td><td>2511</td><td>4.99</td><td>2.9</td><td>14</td></tr><tr><td>ribCova</td><td>ribCova</td><td>1000</td><td>4.99</td><td>4.0</td><td>20</td></tr><tr><td>ribSarzedo</td><td>ribSarzedo</td><td>500</td><td>4.99</td><td>3.0</td><td>17</td></tr></table> <p>Caudal de pico, para as secções estudadas. Rio Beijames (Fonte – Tabela da página 34 do Anexo II do EHH)</p>	River	Reach	River Stat	qp(m3/s/km2)	Area (km2)	Q(m3/s)	rio de Beijames	Reach 1	10500	4.99	9.3	46	rio de Beijames	Reach 1	4300	4.99	30.2	151	rio de Beijames	Reach 1	2600	4.99	38	189	rio de Beijames	Reach 1	1400	4.99	41	205	beijamesME01	beijamesME01	2511	4.99	2.9	14	ribCova	ribCova	1000	4.99	4.0	20	ribSarzedo	ribSarzedo	500	4.99	3.0	17	<p>Após clarificação, por parte da entidade, no âmbito da CP (2.^a parte), atualizam-se os quadros do Anexo II do EHH, e submete-se shapefile (“XS_covilha_AnexoEHH_nov2025”) apenas das secções utilizadas para a avaliação do caudal de pico de cheia no âmbito do dimensionamento das Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC), apresentadas no Anexo II do EHH – ou seja, das secções da linha de água localizadas em pontos de variação significativa do caudal, onde ocorre a confluência e acumulação dos escoamentos provenientes dos afluentes a montante.</p> <p>Nesse anexo, bem como na shapefile, foram completados os quadros/tabela de atributos com os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>River</i> - Nome do rio modelado• <i>Reach</i> - Nome do trecho (segmento) do rio• <i>River Sta</i> (River Station) - Estação do rio - distância (em metros) medida ao longo do trecho, de jusante para o montante• <i>Q Total</i> – Caudal de escoamento na secção em estudo• <i>Min Ch El</i> (Minimum Channel Elevation) - O ponto mais baixo da secção transversal do canal (o fundo do canal)• <i>W.S. Elev</i> (Water Surface Elevation) - A elevação calculada da superfície da água na secção transversal• <i>Crit W.S.</i> (critical water surface) - a elevação na qual o fluxo seria crítico (número de Froude = 1)• <i>E.G. Elev</i> (Energy Grade Elevation) - A elevação da linha de energia total (superfície da água + altura de velocidade)• <i>E.G. Slope</i> (Energy Grade slope – declive da linha de energia entre duas secções transversais• <i>Vel Chnl</i> – velocidade média no canal• <i>Flow Area</i> – área de escoamento na secção transversal• <i>Top Width</i> - largura da superfície de escoamento na secção transversal• <i>Froude # Chl</i> – n.º de Froude	Recomendação acolhida
River	Reach	River Stat	qp(m3/s/km2)	Area (km2)	Q(m3/s)																																															
rio de Beijames	Reach 1	10500	4.99	9.3	46																																															
rio de Beijames	Reach 1	4300	4.99	30.2	151																																															
rio de Beijames	Reach 1	2600	4.99	38	189																																															
rio de Beijames	Reach 1	1400	4.99	41	205																																															
beijamesME01	beijamesME01	2511	4.99	2.9	14																																															
ribCova	ribCova	1000	4.99	4.0	20																																															
ribSarzedo	ribSarzedo	500	4.99	3.0	17																																															

<p>ZAC.05</p>	<p>10, 11 e 12</p>	<p>c) <i>Relativamente à questão identificada na ZAC.04, de que a delimitação das ZAC representada na Imagem D da Figura 40 do EHH (Fig. ZAC-1 do parecer antecedente), não se afigurava viável do ponto de vista da representação das ZAC no local, independentemente dos testemunhos obtidos no trabalho de campo da Equipa Técnica (ET), tendo-se na altura solicitado a correção daquela mancha, a recomendação não foi acolhida como descrito no QP.</i></p> <p><i>É referido que, “Transversalmente, observa-se que o resultado “bruto” é coerente nas duas margens do rio Zêzere, mostrando-se com a mesma cota de inundação.</i></p> <p><i>No caso das áreas vazias de maior dimensão, através da análise dos pontos cotados da cartografia de base homologada, verifica-se, genericamente, que estas se encontram acima da cota de inundação apresentada (...).</i></p> <p><i>Neste contexto, entende o Município/ET, manter a delimitação dos vazios da ZAC”.</i></p> <p><i>“Relativamente às incoerências registadas nos ficheiros da profundidade e velocidade de escoamento, importa salientar que, por lapso, foi integrado, no processo da REN remetido para a 2.ª Reunião da CC, uma versão antiga e desatualizada dos ficheiros de profundidade e escoamento.</i></p> <p><i>Para que não restem dúvidas sobre os resultados intermédios da delimitação da tipologia, mais especificamente, os mapas de profundidade e velocidade de escoamento que fundamentam a delimitação das ZAC, juntam-se ao processo da delimitação da REN os ficheiros atualizados”.</i></p> <p><i>Clarifica-se que os ficheiros agora apresentados não esclarecem as dúvidas suscitadas. Por outro lado, não obstante o mencionado no QP, reforça-se o anteriormente exposto:</i></p> <p><i>“O local é aplanado, localizado em zona de confluência de dois cursos de água com caudal elevado em situação de evento de precipitação extrema, com vasta área contributiva, sendo que as diferenças de cotas entre as áreas delimitadas como ZAC e as bolsas/áreas excluídas não são expressivas, o que não permite garantir com segurança que o nível de água decorrente de cheia centenária, não atinja essas áreas”.</i></p> <p><i>Reforça-se que a área em causa (representada na figura seguinte) integra a Zona Adjacente (ZA) ao rio Zêzere publicada pela Portaria n. 1053/93, de 19 de outubro.</i></p> <p><i>Salienta-se ainda que, embora as OENR não definam o acréscimo de precipitação na situação de eventos extremos em consequência das alterações climáticas, o seu efeito não é desprezável, pelo que deve ser acautelada a segurança do local. Dizem as OENR, na sua Secção II, n. 10, que “A delimitação da REN deve evoluir em paralelo com a disponibilidade de informação que permita delimitações mais rigorosas (e. g. conhecimento mais rigoroso acerca da recarga e descarga de aquíferos resultante de modelos numéricos de escoamento subterrâneo e da delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias) ou maiores certezas sobre certos fenómenos (e. g. efeitos das alterações climáticas e respetivos cenários), privilegiando-se para o efeito os mecanismos de dinâmica dos instrumentos de gestão territorial”.</i></p> <p><i>As alterações climáticas são atualmente uma evidência que, associadas às incertezas dos parâmetros e dos procedimentos de modelação hidrológica, cumulativas, justificam a adoção de soluções de menor risco.</i></p> <p><i>As áreas indicadas na figura seguinte devem integrar as ZAC, pelas razões apontadas.</i></p>	<p>Relativamente à profundidade e velocidade de escoamento, os ficheiros submetidos (ver ponderação ao ponto ZAC.03), juntamente com a informação pormenorizada por secção (ver ponderação ao ponto ZAC.04) fundamentam, do ponto de vista técnico, e de forma bastante sólida, a delimitação da ZAC apresentada.</p> <p>No quadro de ponderação ao parecer da Entidade emitido no âmbito da 2.ª Reunião da CC, é também referido pelo Município, para além do que a entidade menciona, o seguinte:</p> <p><i>“Abaixo apresenta-se uma imagem onde se procura explicar o resultado, na zona mencionada pela entidade. Como resultado da simulação da área inundável “bruta” (polígono azul-claro), observam-se algumas áreas vazias (círculo amarelo), nomeadamente em zonas onde as curvas de nível efetuam uma inflexão (apontando para a existência de um pequeno “morro”, corroborado por alguns pontos cotados ligeiramente superiores à envolvente, intercalados com outros com cota similar.</i></p> <p><i>Neste caso, para delimitação da ZAC (trama castanha), o vazio foi colmatado, tornado a ZAC mais orgânica e aderente ao território.”</i></p> <p>Essa fundamentação é acompanhada pelas seguintes imagens de profundidade e velocidade de escoamento (que já correspondiam, aquando da elaboração do quadro, aos ficheiros de profundidade e velocidade de escoamento mais atualizados, referidos na ponderação ao ponto ZAC.03)</p> <div data-bbox="1546 825 2309 1104">  </div> <p>Ao contrário do que a Entidade menciona não existem “bolsas/áreas excluídas”, mas sim áreas “não incluídas”: nunca se excluíram estas manchas, uma vez que elas não integram o resultado “bruto” da ZAC.</p> <p>Essas áreas “não incluídas”, nesta área em específico, são bastante expressivas, na medida em que apresentam áreas aproximadas de 13 ha e de 7,5 ha. Note-se que, de acordo com as OENR (Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro), Secção II – Diretrizes para a delimitação, Ponto 16: “A generalização e agregação das manchas resultantes da aplicação dos critérios de delimitação devem seguir parâmetros ponderados a nível regional, a desenvolver pelas CCDR em função do contexto de aplicação, assegurando congruência intrarregional”. Desconhecem-se parâmetros de nível regional, que estejam a ser aplicados, e que indiquem claramente a necessidade de preenchimento de “vazios” de área inferior a 13 ha ou 7,5 ha na REN, na tipologia ZAC (o que seria contraditório à ordem de grandeza dos valores de generalização/preenchimento de vazios que têm sido adotados noutras tipologias REN).</p> <p>Quanto às diferenças que existem entre as ZAC e a Zona Adjacente, entende-se que essa matéria já se encontra devidamente fundamentada e documentada (com exemplos concretos) no capítulo 4.3.4. <i>Comparação dos resultados das áreas inundáveis simuladas com a Zona Adjacente em vigor.</i> Do ponto de vista técnico, é incorreto e incoerente, do ponto de vista metodológico, forçar a integração em ZAC de uma área com base no facto de se encontrar em Zona Adjacente, pelos motivos que se apontam nesse capítulo do EHH (pg. 117 e seguintes), onde se refere, nomeadamente, o seguinte: “De notar que, mesmo com esta nova delimitação de ZA (sobre uma cartografia à escala 1:25 000), observam-se ainda – quando, por exemplo, comparada a ZA com cartografia militar (à escala 1:25 000) – erros de delimitação, designadamente a existência de cotas diferentes de ZA em ambas as margens de uma mesma secção do curso de água, bem como diversas áreas onde ZA não segue corretamente as curvas de nível. (...) Comparando, então ambas as áreas (ZA e área inundável simulada) verifica-se que as diferenças resultam, sobretudo, de um muito menor rigor cartográfico que esteve subjacente à delimitação da ZA. Estas situações tornam-se ainda</p>	<p>Recomendação acolhida</p>
----------------------	--------------------	--	--	-------------------------------------

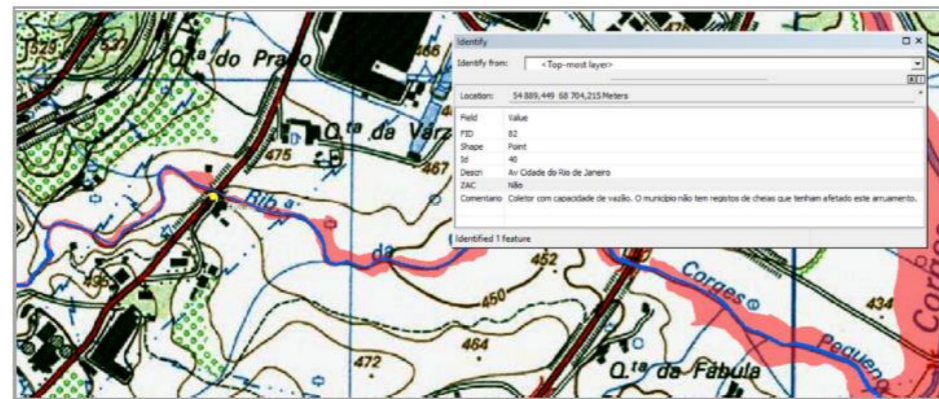
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<div></div> <p>Confluência do rio Zêzere com a ribeira da Gaia. Proposta de ZAC (setembro de 2025), a cor vermelha. Bolsas identificadas pelas setas devem integrar as ZAC</p>	<p><i>mais evidentes, quando comparada a ZA com a cartografia de base do concelho (elaborada à escala 1:5 000)”. A Figura 40 do EHH é ilustrativa da falta de rigor da ZA, que impede que a mesma seja considerada para efeitos de correção da delimitação da REN.</i></p> <p>Apresenta-se registo fotográfico efetuado nos dias 12 e 13 de novembro de 2025 (trabalho de campo desenvolvido pelo Município, posteriormente à realização da CP.). Durante estes dias ocorreram eventos de precipitação intensa na região (e a nível nacional, devido à tempestade Cláudia), observando-se um aumento expressivo do caudal dos cursos de água. Contudo, não se verificou uma subida do nível da água que tivesse submergido a totalidade da área sul não incluída em ZAC.</p> <div></div> <p>Apesar da fundamentação técnica apresentada, que se mantém enquanto resultado do Estudo Hidrológico elaborado (o qual reflete a aplicação dos métodos e cálculos técnicos efetuados), face à discordância da Entidade quanto à delimitação da ZAC proposta neste local, e ao apelo para “acautelar a segurança do local” e adotar “soluções de menor risco”, entende o Município aceitar a integração das duas manchas referidas em ZAC, promovendo a sua inclusão na versão atualizada da proposta de REN submetida.</p> <p>(ver imagem seguinte)</p> <div></div>	

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.06	12, 13	<p>d) No que respeita à ZAC.05, a recomendação dos serviços não foi acolhida, tanto no que respeita à revisão da hidrografia de base (fundamentação exposta em AG.01 do QP e a avaliar nesse âmbito), como na revisão da localização do registo de ocorrências de cheias fornecido pela APA, de modo que aquelas sejam devidamente ponderadas na delimitação das ZAC.</p> <p>O QP refere que “O Município já efetuou, no âmbito da proposta de REN apresentada no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC, um significativo esforço de aferição, partindo de dados de base com pouca consistência e incompletos (fornecidos pela entidade), que resultaram, mesmo com o conhecimento sobre o território em questão, numa grande incerteza. Conclui-se, assim, conforme já exposto, que os mesmos se demonstram inadequados para serem considerados no âmbito da delimitação da tipologia, não sendo viável ou consequente, qualquer nova tentativa de aferição (...)”.</p>	Acrescenta-se aos argumentos anteriormente apresentados, nos pontos seguintes, a análise aos casos particulares identificados pela entidade.	-

ZAC.07

12, 13

A título exemplificativo, a figura seguinte demonstra que existem registos de ocorrências de cheia, fornecidos pela APA, que não devem ser desconsiderados, cuja informação do município (constante da tabela de atributos da informação geográfica do registo de cheias fornecido pela APA, completada com informação do município ou outra), é inconsistente com a proposta de delimitação das ZAC apresentada.

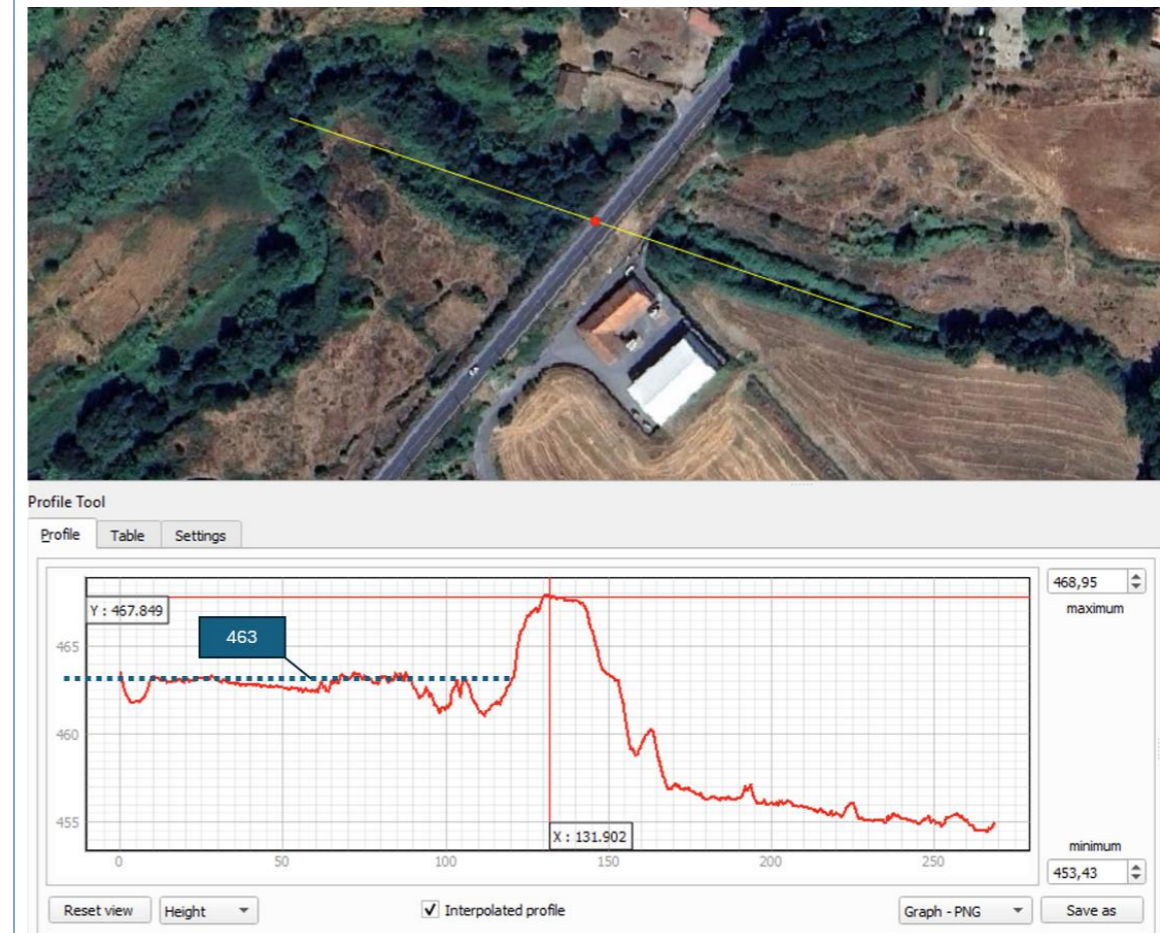


Registo de ocorrência de cheia, a cor amarela, e respetiva tabela de atributos (Fonte – APA, com complemento da Equipa Técnica). Proposta de ZAC, a cor vermelha (Fonte – CMC, datada de abril de 2025)

O registo de ocorrência de cheia remetido pela Entidade apenas apresenta os seguintes dados, não sendo indicado o troço abrangido, a cota de cheia, ou quaisquer outros dados. Assim, o ponto assumido para comparação com os resultados das ZAC foi meramente indicativo, considerando-se o ponto mais próximo do curso de água.


09	Covilhã	Rio de Água	16-09-2023 16:50
10	Covilhã	Av Cidade do Rio de Janeiro	17-09-2023 11:10
11	Covilhã	Rua Formosa	17-10-2023 9:55

Apresenta-se abaixo a secção (tendo por base o MDT do LiDAR da DGT, 2025) da zona em questão, com as cotas aproximadas de cheia aferida no EHH (aprox. entre 462,5 e 463) e da Av. Cidade do Rio de Janeiro, na zona da passagem hidráulica (aprox. 468m).



Apresenta-se, também, um conjunto de fotografias retiradas no local, nos locais indicados (pontos vermelhos) na imagem infra, onde se observa o desnível expressivo (aprox. 6m) entre o top da estrada e o curso de água.

Recomendação
não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<div></div> <p>Pelos motivos expostos, o registo não tem consistência suficiente para influenciar o resultado das ZAC, sendo que o registo poderá eventualmente ter decorrido de algum entupimento das drenagens laterais à via e/ou outras passagens hidráulicas.</p>	

ZAC.07

13, 14

Também a figura seguinte é representativa de uma ocorrência de cheia na Rua das Almas, cujo registo foi fornecido pela APA, não admitida para efeitos de ajuste da mancha de ZAC, embora a proximidade a linha de água e a ZAC. Consta da tabela de atributos que a ZAC proposta não atinge a cota do arruamento e que a ocorrência deverá dever-se a insuficiente capacidade de vazão do coletor pluvial. No entanto, pela figura (registo fotográfico aéreo) observa-se a contiguidade do referido arruamento ao curso de água, pelo que é provável que a ocorrência em causa se deva efetivamente ao transbordo da referida linha de água.

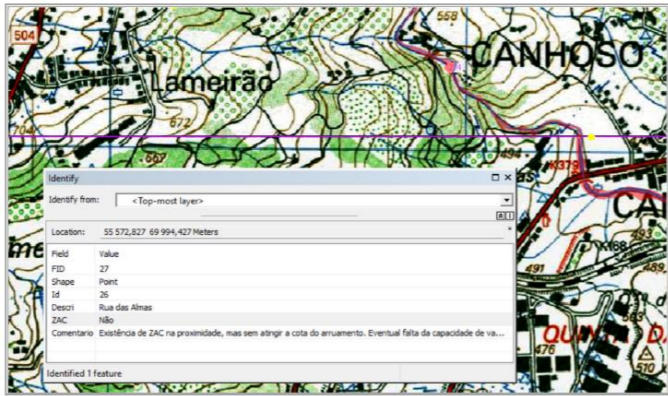


Figura superior: Rua das Almas. Registo de ocorrência de cheia, a cor amarela, e respetiva tabela de atributos (Fonte – APA, com complemento da Equipa Técnica). Proposta de ZAC, a cor vermelha (Fonte – CMC, datada de abril de 2025); Figura inferior: Registo fotográfico aéreo da Rua das Almas e da linha de água confinante, setas a cor branca (Fonte – GoogleMaps)

O registo de ocorrência de cheia remetido pela Entidade apenas apresenta os seguintes dados, não sendo indicado o troço da rua abrangido, a cota de cheia, ou quaisquer outros dados. Assim, o ponto assumido para comparação com os resultados das ZAC foi meramente indicativo, considerando-se o ponto mais próximo do curso de água.

35	Covilhã	Rua da Lapada n.20	20-12-2019 17:35
36	Covilhã	Rua das Almas	20-12-2019 18:15
37	Covilhã	Avenida 8 Março	20-12-2019 18:30

Apresenta-se abaixo a secção (tendo por base o MDT do LiDAR da DGT, 2025) da zona mais próxima do curso de água, que apresenta uma cota de 472,5m (onde se marcou o ponto, apenas a título indicativo). Essa zona apresenta uma cota expressivamente acima da cota de cheia resultante do EHH (situada entre 467,5 e 468m)



Recomendação
não acolhida

Apresenta-se, também, um conjunto de fotografias retiradas no local, nos locais indicados (pontos vermelhos) na imagem infra.

Note-se que o registo fotográfico é já posterior à realização da CP. O registo foi efetuado nos dias 13 e 14 de novembro (trabalho de campo desenvolvido pelo Município), durante os quais ocorreram eventos de precipitação intensa na região (e a nível nacional), observando-se um aumento expressivo do caudal dos cursos de água. Contudo, não se verificou uma subida do nível da água que estivesse, sequer, próxima de inundar a rua das Almas, verificando-se que o nível da água ficou, aproximadamente, 5m abaixo da cota da rua).



Apresenta-se, ainda, o registo fotográfico junto da ponte situada a jusante, bem como da garagem dos prédios adjacentes ao curso de água. Observou-se que o nível de água, se situou sempre abaixo da cota das garagens.

Neste âmbito o Município conseguiu ainda recolher contributos de um morador do primeiro prédio junto à ponte (local onde a diferença de cota entre o CALM e o arruamento é menor), sendo que o Sr. Fernando Mendes, morador no 2.º andar esquerdo do bloco 1 da Rua Humberto Delgado, no Canhoso, afirma o seguinte: *“Vivo neste prédio há 40 anos e nunca presenciei cheias no local”*.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<div></div> <p>Acrescenta-se ainda que o Município não dispõe de qualquer registo de fenómenos de cheia, associados a transbordo do leito nesta urbanização, e os meios de comunicação locais também não dão conta de qualquer episódio neste arruamento à data do registo. Uma notícia publicada alguns dias depois da data indicada no registo, dá nota de várias ocorrências devido ao mau tempo, e nada refere relativamente a esta urbanização ou à Rua das Almas: https://radio-covilha.pt/2019/12/sociedade/mais-de-100-ocorrencias-marcam-ultimos-dias-de-mau-tempo-na-covilha/</p> <p>Pelos motivos expostos, o registo não tem consistência suficiente para influenciar o resultado das ZAC. Note-se que a Rua das Almas contorna toda a urbanização e interseta, em dois pontos, a Rua João XXIII. Pela sua conformação e traçado, é um arruamento que poderá ter alguma suscetibilidade a fenómenos de inundação urbana, não enquadráveis em ZAC, nomeadamente em caso de entupimento das infraestruturas de drenagem pluvial e/ou das passagens subterrâneas.</p>	

<p>ZAC.07</p>	<p>15</p>	<p>Foram igualmente desconsideradas algumas marcas de cheias resultantes do trabalho de campo (exemplo meramente ilustrativo, figura seguinte).</p> <div data-bbox="507 560 1074 961"></div> <p>Ribeiro do Cravancinha. Registo de ocorrência de cheia resultante de trabalho de campo, a cor de rosa, na confluência de dois cursos de água, Ribeiro do Cravancinha, e afluente deste da margem esquerda. Não consta proposta de ZAC (Fonte – CMC)</p> <div data-bbox="1095 560 1492 869"></div>	<p>Como indicado no EHH, existia uma informação interna do Município acerca de significativo aumento de caudal neste curso de água, cuja fonte exata não foi possível, à data de hoje, confirmar.</p> <p>Foi essa informação que desencadeou o levantamento de campo efetuado nesta área. Este levantamento, entre outros, foi explanado nas fichas específicas que constam do Anexo I – Registos históricos de cheia no concelho da Covilhã (trabalho de campo).</p> <p>Conforme descrito na ficha que consta das páginas 7, 8 e 9 do Anexo I do EHH, existem alguns vestígios nas margens da ribeira, a uma cota de 480,05m. Foi também recolhido um testemunho no local: “O Senhor Engenheiro Gilberto Mendes, que trabalha no edifício há mais de 6 anos, garantiu que nunca assistiu a cheias naquele local e que o caudal do ribeiro nunca ultrapassou o nível dos vestígios existentes nas margens (detritos presos na vegetação marginal e musgo na pedra), cuja cota identificada é de 480.05 metros”.</p> <p>A cota de cheia registada (480,05m), não abarca, por isso, a zona do pavilhão, estando integrada na margem da ribeira. Ao longo deste curso de água, não se observam, também, características ou registos que justifiquem a sua integração em ZAC. Apresentam-se, de seguida, fotos do local, com indicação de algumas cotas do leito e das marcas de cheia.</p> <div data-bbox="1567 808 2691 1123"></div> <p>(levantamento de campo – ficha do Anexo I do EHH)</p> <p>Apresenta-se, ainda, a secção (tendo por base o MDT do LiDAR da DGT, 2025) na zona do armazém existente. Observa-se que a cota 480m é correspondente, genericamente, à cota do leito do curso de água, não representando, assim, uma cota a considerar como cota de cheia para este curso de água.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>
---------------	-----------	---	---	----------------------------------

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<div><p>Profile Tool</p><p>Profile Table Settings</p><p>Apresenta-se de seguida o registo fotográfico efetuado nos 13 e 14 de novembro (trabalho de campo desenvolvido pelo Município devido aos eventos de chuvas fortes), onde se registaram intensas chuvadas na região. Embora se observe um aumento expressivo do caudal dos cursos de água, não se verificou uma subida do nível da água com capacidade de inundar a zona do armazém (desnível, aproximadamente, de 5m até ao curso de água).</p><div></div><p>Face ao exposto, tendo em conta que não foi possível aferir, à data de hoje, a origem deste registo/informação, e considerando não haver qualquer outro registo de cheias neste curso de água, considera o Município que o ponto deve ser considerado não válido, não devendo o mesmo incorporar a informação relativa aos registos de cheia do Município considerados no EHH.</p></div>	

N. REF. ^a	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO																								
ZAC.08	15	<p><i>Insiste-se na verificação e ou confirmação dos registos de ocorrências de eventos de cheias provenientes das diversas fontes disponíveis, os quais devem integrar um ficheiro único de informação geográfica (shapefile), cuja tabela de atributos compreenda as coordenadas, a cota altimétrica (se existente), a origem da informação e, quando os mesmos forem ignorados ou rejeitados, fundamento relativamente ao mesmo. Por princípio, a delimitação das ZAC deve incluir ou ser balizada pelas marcas de cheia resultantes do transbordo de cursos de água, pelo que a desconsideração dessas marcas deve ser adequadamente alicerçada.</i></p> <p><u><i>Pelo exposto, deverá haver ajustamento/redelimitação das ZAC, face às marcas de cheias que venham a ser validadas.</i></u></p>	<p>Não se compreende a insistência na verificação ou confirmação dos registos de ocorrências, uma vez que a mesma foi efetuada com grande detalhe, sendo devidamente explicada e fundamentada. A título de exemplo, apresenta-se uma imagem do detalhe que é apresentado no Quadro 41, complementado com diversos cartogramas, como os que constam, por exemplo, da figura 31 do EHH.</p> <div><p>Quadro 41. Análise da incidência de áreas inundadas nos registos de cheias/inundações da ANEPC</p><table><tr><th>ID</th><th>Data</th><th>Descrição</th><th>Coordenadas geográficas (DD)</th><th>Incidência em ZAC</th><th>Análise</th></tr><tr><td>1</td><td>09/03/2018 10:47</td><td>Rua Comendador Campos Melo Nº 70</td><td>7,5041225°W 40,2821283°N</td><td>Não</td><td>Sem linhas de água na envolvente, provável registo de inundação urbana.</td></tr><tr><td>2</td><td>09/03/2018 11:22</td><td>EN 18 - Orjais</td><td>7,3923254°W 40,3455333°N</td><td>Não</td><td>Não foi possível determinar a localização exata deste ponto. A EN encontra-se numa cota muito superior à cota assumida pela ZAC da Covilhã e também pela ZAC de Belmonte. Troço da EN também não está abrangido pela Zona Adjacente.</td></tr><tr><td>3</td><td>09/03/2018 20:50</td><td>COVILHA#COVILHA_SAO_PEDRO COVILHA_CANHOSO CTB#COVILHA 6200-344: @INTERMARCHE (SUPERMERCADO#105734)</td><td>7,4932121°W 40,2706050°N</td><td>Não</td><td>Sem linhas de água na envolvente, provável registo de inundação urbana.</td></tr></table></div> <div><p>Figura 31. Incidência de áreas inundadas nos registos de cheias/inundações da ANEPC (APA, 2024)</p></div> <p>Por último, entende o Município que será mais benéfico, em termos de organização dos ficheiros intermédios, manter a informação geográfica em <i>shapefiles</i> separadas, em função das diferentes fontes, do diferente grau de detalhe (campos diferentes da tabela de atributos) e também da maior ou menor fiabilidade que as bases de dados (relativas aos registos de cheias) apresentam. Esta opção será, também, mais coerente com a estratégia adotada em termos de abordagem aos registos, com reflexo na própria estrutura do EHH, onde se apresentam, em capítulos distintos:</p> <ul style="list-style-type: none">4.3.2. Comparação dos resultados das áreas inundáveis simuladas face aos registos de cheias/inundações da ANEPC;4.3.3. Comparação dos resultados das áreas inundáveis simuladas face aos registos municipais históricos de cheias (complementado pelo Anexo I).	ID	Data	Descrição	Coordenadas geográficas (DD)	Incidência em ZAC	Análise	1	09/03/2018 10:47	Rua Comendador Campos Melo Nº 70	7,5041225°W 40,2821283°N	Não	Sem linhas de água na envolvente, provável registo de inundação urbana.	2	09/03/2018 11:22	EN 18 - Orjais	7,3923254°W 40,3455333°N	Não	Não foi possível determinar a localização exata deste ponto. A EN encontra-se numa cota muito superior à cota assumida pela ZAC da Covilhã e também pela ZAC de Belmonte. Troço da EN também não está abrangido pela Zona Adjacente.	3	09/03/2018 20:50	COVILHA#COVILHA_SAO_PEDRO COVILHA_CANHOSO CTB#COVILHA 6200-344: @INTERMARCHE (SUPERMERCADO#105734)	7,4932121°W 40,2706050°N	Não	Sem linhas de água na envolvente, provável registo de inundação urbana.	Recomendação não acolhida
ID	Data	Descrição	Coordenadas geográficas (DD)	Incidência em ZAC	Análise																							
1	09/03/2018 10:47	Rua Comendador Campos Melo Nº 70	7,5041225°W 40,2821283°N	Não	Sem linhas de água na envolvente, provável registo de inundação urbana.																							
2	09/03/2018 11:22	EN 18 - Orjais	7,3923254°W 40,3455333°N	Não	Não foi possível determinar a localização exata deste ponto. A EN encontra-se numa cota muito superior à cota assumida pela ZAC da Covilhã e também pela ZAC de Belmonte. Troço da EN também não está abrangido pela Zona Adjacente.																							
3	09/03/2018 20:50	COVILHA#COVILHA_SAO_PEDRO COVILHA_CANHOSO CTB#COVILHA 6200-344: @INTERMARCHE (SUPERMERCADO#105734)	7,4932121°W 40,2706050°N	Não	Sem linhas de água na envolvente, provável registo de inundação urbana.																							

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.09	15	e) A ZAC.06 não introduz preocupação no âmbito da delimitação das ZAC, não se tendo anteriormente solicitado qualquer retificação. Quanto à proposta de exclusão explicitada, a mesma será analisada em sede e tempo próprios.	-	Contributo registado
5. Áreas Urbanas Consolidadas				
AUC.01	16	Quanto à metodologia apontada pela CM Covilhã para a aferição das tipologias AEIPRA e AEREHS através das AUC, a APA mantém o seu entendimento de que a exclusão de áreas da REN deverá decorrer no contexto das exclusões. Desta forma, mantém-se a posição expressa no parecer anterior.	Metodologia com parecer favorável da CCDRC.	-
6. Exclusões				
Exc.01	16	Relativamente aos pedidos de exclusões, considera-se que a proposta ainda não reúne as condições para poder ser alvo de análise quanto a esta matéria, emitindo-se globalmente parecer desfavorável.	Proposta de exclusões com parecer favorável/favorável condicionado da CCDRC. Procedendo-se às correções indicadas pela CCDRC.	-